



TRADIÇÃO ECONÔMICA

Mercado da cachaça movimentado mais de 20 mil empregos na PB

Estado possui o maior número de estabelecimentos e quantidade de rótulos do produto no Nordeste. **Página 17**

Foto: Carla Miranda



Ampliar a arborização é um desafio para cidades em desenvolvimento

Na capital paraibana, um pré-inventário revelou a existência de 15,3 mil exemplares em 902 ruas, mas, segundo o IBGE, apenas 53,2% da população vive em locais com presença de árvores.

Página 20

Atividades manuais contribuem para aliviar a sobrecarga mental

Além de proporcionar regulação emocional e redução da ansiedade, práticas ajudam a ativar funções cognitivas e motoras.

Página 8

Foto: Carla Miranda



**ESCUTAR
É ESTAR
PRESENTE,
VOCÊ NÃO ESTÁ SÓ!**

LIGUE: 188

APOIO EMOCIONAL

SETEMBRO
AMARELO



■ “Passado mais de século da visão americista, colhida na infância, mudou a estrada, que é hoje de asfalto, mas a paisagem é a mesma”.

Gonzaga Rodrigues

Página 2

■ “Faz mais de quarenta anos que frequento essa feira incomparável e, cada vez mais, percebo que sabemos muito pouco. Não subestimo ninguém”.

Hildeberto Barbosa Filho

Página 11

■ “E, quando falamos em cidadão, muitos de nós, comunicadores, cometemos um equívoco: colocamos todas as pessoas na mesma caixinha”.

Angélica Lúcio

Página 26

Maus-tratos contra animais somam 53 inquéritos em João Pessoa

Casos também se estendem para o interior do estado, com práticas de tortura, zoofilia e envenenamento de bichos.

Página 7

Concursos oferecem vagas em 3 estados, com salários que chegam a R\$ 25 mil

Editais são de órgãos municipais, como a Câmara de São José do Sabugi (PB) e a Prefeitura de Floresta (PE), além da Sefaz-AL.

Página 16

Flávio Tavares relembra trajetória e influências em sua carreira

Artista plástico pessoense recorda as experiências fora do estado e comenta a utilização da inteligência artificial na produção artística.

Página 4

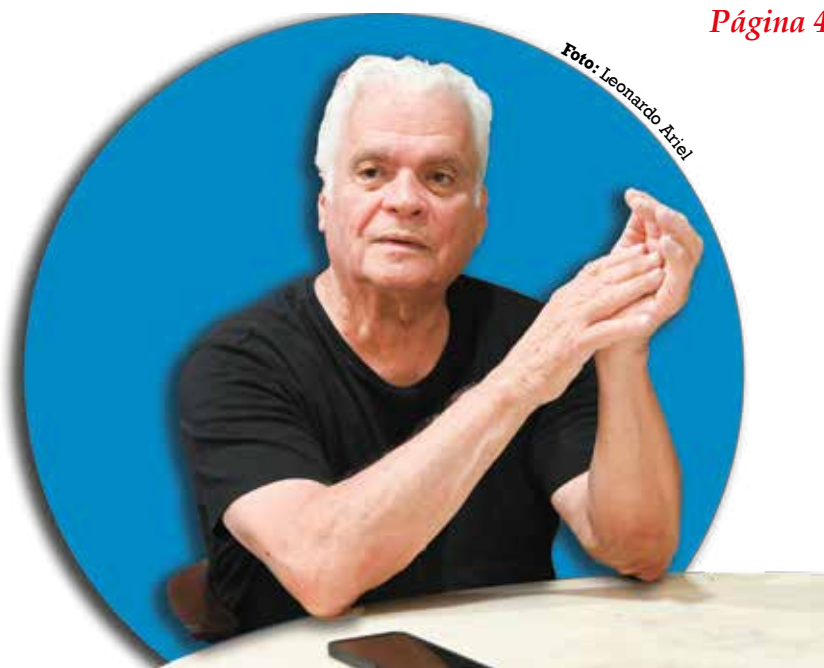
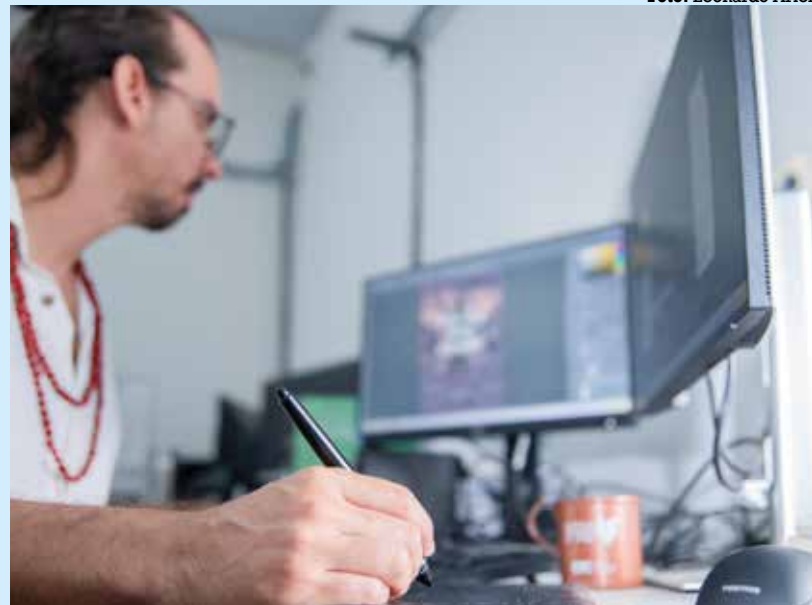


Foto: Leonardo Ariel

Foto: Leonardo Ariel



Editora A União prepara 34 livros

Obras, oriundas da Lei Aldir Blanc, reúnem trabalhos de 42 autores de 23 municípios e serão lançadas na 3ª FliParaíba.

Página 9

Editorial

Riqueza exige proteção

A criação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos inaugura uma nova etapa para o aproveitamento dos recursos minerais brasileiros. A Lei nº 15.506/2026 institui regras para pesquisa, lavra, beneficiamento, transformação e mineração urbana. Entre os minerais alcançados pela política estão as chamadas “terras raras”, fundamentais para tecnologias como veículos elétricos, equipamentos eletrônicos, sistemas de energia e aplicações industriais. A relevância desses recursos ultrapassa, portanto, a atividade mineradora e alcança setores estratégicos da economia.

O Brasil possui importantes reservas desses minerais e, diante da crescente disputa internacional por matérias-primas estratégicas, proteger esse patrimônio deve ser uma preocupação permanente, já que o desafio de possuir uma reserva abundante está no processo de conciliação entre aproveitamento econômico, soberania nacional e preservação ambiental.

A nova política estabelece mecanismos de rastreabilidade da cadeia mineral e prevê contrapartidas socioambientais para projetos beneficiados por incentivos públicos. Água, solo, biodiversidade e comunidades localizadas nas áreas de interesse mineral precisam ser considerados antes que qualquer projeto seja autorizado.

Também merece atenção o risco de o país permanecer somente como fornecedor de matéria-prima. A legislação procura estimular o beneficiamento e a transformação em território nacional, buscando agregar valor aos minerais antes de sua comercialização. A estratégia pode contribuir para reduzir a dependência externa e ampliar a capacidade brasileira de produzir tecnologias associadas à transição energética, porém, transformar potencial geológico exige pesquisa, fiscalização, planejamento e investimentos de longo prazo.

A própria política prevê um Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos e instrumentos de financiamento para projetos considerados prioritários, entre eles está um fundo garantidor que poderá receber até R\$ 2 bilhões da União. Os incentivos, por sua vez, devem estar vinculados ao interesse público, à inovação, à geração de empregos qualificados e ao cumprimento das obrigações ambientais.

A proteção das reservas significa, inclusive, conhecer melhor o território brasileiro. O Serviço Geológico do Brasil vem realizando estudos sobre terras raras, grafita, lítio, urânio, titânio e outros minerais considerados estratégicos. Conhecimento geológico é, nesse sentido, uma forma de soberania, tendo em vista que quanto mais o país conhece suas reservas, suas características e seus limites ambientais, maiores são as condições de decidir quando, onde e como explorá-las.

A riqueza mineral brasileira não pode ser tratada como estoque inesgotável, por isso a política recém-criada deve servir para organizar uma exploração responsável, impedir desperdícios e evitar que interesses imediatos determinem o destino de recursos que pertencem às futuras gerações.

Artigo

Rui Leitão
iurleitao@hotmail.com

O último fogo da Inquisição

Na última quinta-feira, neste espaço, relembrei o assassinato do guerrilheiro Carlos Lamarca, durante os 21 anos em que o Brasil viveu sob uma Ditadura Militar. Hoje, rememoro a execução do padre jesuíta Gabriel Malagrida, ocorrida em 21 de setembro de 1761, em Lisboa, naquele que seria o último grande auto de fé da Inquisição portuguesa em que um condenado foi executado na fogueira.

Malagrida, italiano de nascimento, fez praticamente toda a sua trajetória missionária no Brasil, onde atuou em diferentes regiões do Norte e Nordeste. Já septuagenário e debilitado pelos anos de missões, Malagrida passou cerca de dois anos e meio encarcerado em condições extremamente severas. Acabou entregue à Inquisição, acusado de heresia, falsas profecias e outros delitos religiosos.

Tornou-se alvo da hostilidade do poderoso Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. Visionário e místico, afirmava ter experiências e revelações divinas, dizendo manter contato com Deus e com a Virgem Maria. Pombal passou a tratá-lo como falso profeta e herege. O conflito entre os dois ganhou dimensão política, sobretudo porque o jesuíta possuía grande influência entre setores da aristocracia e mantinha vínculos com os círculos religiosos da Corte.

Em 1º de novembro de 1755, um violento terremoto destruiu grande parte de Lisboa, seguido por incêndios e por um tsunami que atingiu a costa portuguesa. A tragédia provocou milhares de mortes e deixou a cidade em ruínas. Nos dias que se seguiram, Malagrida passou a realizar missas e a proferir sermões nos quais interpretava a catástrofe como manifestação da vontade divina e castigo pelos pecados dos homens.

Em 1756, publicou o opúsculo *Juízo da Verdadeira Causa do Terremoto*, no qual atribuía o desastre à ira de Deus. A interpretação contrariava a orientação racional e pragmática de Pombal, empenhado na reconstrução da cidade e na afirmação da autoridade do Estado.

Pombal acabou determinando o desterro de Malagrida para Setúbal. Ali, o jesuíta continuou pregando e mantendo relações com setores da aristocracia portuguesa. A tensão entre ambos agravou-se até que

Malagrida fosse preso em 1758, no contexto das acusações decorrentes do atentado contra D. José I.

Depois de permanecer encarcerado por longo período, foi entregue à Inquisição. O tribunal acabou considerando heréticos alguns de seus escritos, entre eles textos relacionados a supostas revelações que afirmava ter recebido.

O desfecho foi uma das páginas mais sombrias da história portuguesa do século XVIII. A execução de Malagrida provocou forte repercussão na Europa e contribuiu para ampliar as críticas à Inquisição e à utilização política dos mecanismos de perseguição religiosa.

Sua morte tornou-se, assim, um símbolo do encontro entre fanatismo religioso, poder político e perseguição. Seu processo ocorreu num momento em que Pombal procurava reduzir a influência dos jesuítas e fortalecer a autoridade da Coroa. A execução não pode ser compreendida apenas como um episódio religioso: ela também se insere na disputa política e institucional que marcou Portugal naquele período. Sua morte, longe de representar a força de seus algozes, acabou contribuindo para expor ao mundo a brutalidade de um sistema que confundia fé, poder e punição.

“

Seu processo ocorreu num momento em que Pombal procurava reduzir a influência dos jesuítas e fortalecer a autoridade da Coroa

Foto

Legenda

Roberto Guedes



Retrato de denúncia

Gonzaga Rodrigues

gonzagarodrigues33@gmail.com | Colaborador

Trempes de pedra e sol

Eu não conhecia o Curimataú, a não ser pelas descrições literárias de José Américo, pela gagueira do meu primo Augustinho Avelino, filho do velho Noberto. E pelo testemunho bem-humorado de Otávio Henrique, antigo companheiro da Casa do Estudante, egresso de Picuí.

Há muitos anos, a pretexto de ver alguns serviços de açudagem feitos pelo governo, naquela região, constatei, com os meus olhos, o que o impressionismo de José Américo me fizera ver e sentir:

“Os animais que se salvaram comendo espinhos pareciam esqueletos vivos”. Esse, sim, era o reino mineral. Pedras de todos os formatos como esculturas nativas, um mundo de pedras, rochas que se descascavam como cobras. As estradas eram calçadas pela variedade de cores dos seixos rolados. “O rebanho alimentava-se de cactos queimados, como se comessem brasa e ficassem o leite seco do rio para beber”.

Passado mais de século da visão americanista, colhida na infância, mudou a estrada, que é hoje de asfalto, mas a paisagem é a mesma: pedra, seixos e o espectro solar encostando na terra.

Aqui serão os homens de outra espécie e de diferente natureza. Onde, de que gruta ou fonte tiram a água e o alimento?

No café da manhã, em Barra de Santa Rosa, servem-nos queijo assado, carne de sol e ovo de capoeira. Café gordo, farto, produzido de ninhos e currais que me pareciam impossíveis naquela solidão descampada.

“De que vivem vocês?” — perguntei em Pedra Lavrada, descida a Serra de Cuité, atravessada as trempes de sol de Picuí, de onde a cidade desponta numa luminosidade de nos levar a mão a proteger os olhos.

É o velho Egídio quem responde: “Aqui nos deixaram sozinhos: sem água, sem árvore, a vida na pedra”. Naquele tempo era assim.

E depois de uma pausa, depois de uma longa e silenciosa meditação: “A vida arrancada a unha”.

É como eles cavavam o minério socado

“

Tudo me pareceu em estado primitivo, a rocha, a planície tostada, a serra incandescente, tudo à espera do primeiro sopro vegetal

na pedra ou uma aluvião, principal meio de vida da região.

Mas o que escasseia na terra, aflora bonito e simpático no rosto de uma gente risonha de cabelos de sol: o viço de alguma coisa, da alma, do instinto natural, da vida humana, enfim.

Lá fora o homem me mostrava a Serra do Alagamar, pimpinada de pequenas lavras, onde estão socados, de tempos imemoriais, os ancestrais que ressoavam das conversas do meu pai Manuel Avelino, filho do corcovo que ele chamava “Lagamar”. Sobrevivente dessas locas, só podia ser desmedida a fúria com que entrou, de enxada em punho, nas fofas terras do Brejo. Era um celedado no eito, no destocamento, no plantio, deixando para trás todos os seus parceiros. Não se gabava disso, mas da terra que adotara no Brejo, ligada ou fofa.

Antes de entrar na estrada de volta, dei uma última olhada. Tudo me pareceu em estado primitivo, a rocha, a planície tostada, a serra incandescente, tudo à espera do primeiro sopro vegetal. Ali, Deus deixou a água e as coisas de folha para um dia que ainda não chegou.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



Gisa Veiga
GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA-PRESIDENTE

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO

Uma publicação da EPC

Av. Chesf, nº 451 — CEP 58.082-010 — Distrito Industrial — João Pessoa (PB)

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (83) 3218-6500

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (assinaturas)

ASSINATURAS IMPRESSAS: anual R\$ 404,25 / semestral R\$ 202,12 / número atrasado R\$ 4

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br / ouvidoria@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor, exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

NO SERTÃO

Projetos levam integração e socialização para famílias

Há 70 anos, a Ação Social Diocesana de Patos beneficia a população carente

Mirvan Lúcio
mirvanlucio.jornalista@gmail.com

Entende-se como missão da Igreja evangelizar e fortalecer os vínculos espirituais entre as pessoas e Deus. É sob essa perspectiva que movimentos religiosos atuam em diversos âmbitos da comunidade, trabalhando não apenas o que está nas sagradas escrituras, mas volvendo um olhar social sobre a realidade das famílias que acolhem. Foi assim que nasceu, há 70 anos, a iniciativa da Ação Social Diocesana de Patos (ASDP).

A fundação da organização beneficente, em 24 de maio de 1956, antecede a criação da Diocese de Patos, que só aconteceu em 27 de janeiro de 1959. Desde então, o movimento já entendia a importância e promovia atividades de cunho social, assistindo pessoas em situação de vulnerabilidade. Com o passar dos anos, a estruturação da Cúria Diocesana proporcionou melhores condições para o desenvolvimento do trabalho filantrópico.

A ampliação das ações das ASDP passou a abranger outros cenários sociais. Passou-se, então, a incluir nas atividades propostas de incentivo à cultura, projetos educacionais e iniciativas de adaptação ao semiárido, mantendo como público-alvo grupos em vulnerabilidade social, econômica, alimentar e ambiental. A abrangência territorial vai além da circunscrição diocesana, não se limitando a atender apenas às pessoas que seguem os preceitos católicos.

“Quando a gente chega nos municípios, a porta de entrada são as paróquias. As comunidades são articuladas a partir delas. Muitas vezes a igreja está fazendo sua parte e as pessoas não percebem. O que chega por meio da ação social, é também uma ação da igreja. A gente tenta trabalhar de forma conjunta, onde há uma interação das paróquias com o trabalho social e as famílias”, explicou José de Arimatéia Gouveia, coordenador técnico da ASDP.

“É uma entidade ligada à Diocese, mas que tem um foco nas pessoas. Pode ser católico, evangélico, branco, preto, indígena. Independente de cor, religião, etnia, os programas chegam para todas as pessoas. Isso é uma coisa que a gente tem muita clareza: é um trabalho social para atender a um grupo diverso”, acrescentou.

Ações no campo

Um dos trabalhos mais longevos da ASDP foi o Programa de Promoção e Ação Comunitária (Propac), executado durante 40 anos, tendo encerrado sua vigência em 2025. No tempo em que esteve ativo, o programa recebeu o financiamento da Misereor, uma organização católica com sede na Alemanha, que se dedica a contribuir com iniciativas de combate à pobreza na América

Latina, Ásia e África.

Nos últimos 13 anos José de Arimatéia esteve à frente do Propac, ele estima que, só nesse período, cerca de 15 mil famílias tenham sido beneficiadas em sete microrregiões. “Era um trabalho de preservação e de direito à vida. A atuação era muito focada na agricultura familiar, camponesa, na questão da convivência com o semiárido e da agroecologia. Trabalhamos a questão do acesso à água para as famílias, da produção de alimentos saudáveis, dentro da perspectiva da transição agroecológica”, esclareceu.

Há ainda uma atenção voltada aos povos remanescentes de quilombo. De acordo com a ASDP, as comunidades Serra do Talhado e Monte de São Sebastião, em Santa Luzia; quilombo da Pitombeira, em Várzea; quilombo de Serra Feia, Aracati e Chã, na Serra de Teixeira; Areia de Verão, Sussuarana e Vila Teimosa, em Livramento; Domingos Ferreira, em Tavares; quilombo Sítio de Livramento, em São José de Princesa; e quilombo Fonseca, em Manaíra, foram contempladas com as ações, como acesso a políticas públicas.

“Nas comunidades quilombolas, a gente construiu com as famílias, as associações e as lideranças os caminhos para que elas conseguissem acessar essas políticas de direito à terra, como processo de demarcação territorial, desapropriação daquelas áreas onde eles vivem. Políticas públicas de saúde, assistência social e educação específicas para o quilombo. Porque quando essas políticas vêm, esse público é prioritário”, expôs Arimatéia.

Outra iniciativa, também voltada às famílias camponesas, tinha como objetivo fortalecer a inclusão produtiva. Financiado pela Conferência Episcopal Italiana, o trabalho potencializava o processo de produção em pequenas comunidades, a partir da compra de equipamentos, oportunizando o beneficiamento e a comercialização de alimentos. Com os incentivos, a produção aumentou e o excedente passou a ser vendido em feiras de agronegócio e agricultura familiar, além de ser encaminhado para venda em outras regiões, garantindo uma complementação na renda.

Cleoberto Teodósio de Sousa, conhecido como “Dóia”, tem 54 anos e mora na comunidade Curral velho, em Santana dos Garrotes, Sertão do estado. O produtor rural é um dos beneficiados com os projetos da ASDP. Sua produção de arroz vermelho, ou arroz da terra, tornou-se um potencial para o rendimento da família. “Antes, aqui tudo era nas mãos de atravessador. Hoje, eu vendo meu arroz, mando para Campina Grande, vendo nas feiras e o dinheiro fica todo com a gente. É uma situação muito diferente”, comemorou.



Foto: Divulgação/Ascom-ASDP

Atividades em grupo estimulam o desenvolvimento

Ações contribuem para o aprendizado de crianças

Por meio do Projeto Atores da Cidadania, a ASDP desenvolve ações voltadas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para o fortalecimento da aprendizagem, da socialização, da convivência familiar e comunitária. A iniciativa acolhe crianças de zero a seis anos, que apresentam dificuldades de aprendizado. Elas passam por um processo de avaliação e são direcionados à atendimentos individuais e em grupo, estimulando ao desenvolvimento em ações educativas.

Já dos sete aos 17 anos, as crianças e adolescentes anos participam de oficinas socioeducativas, recreativas, culturais e esportivas. O Laboratório Digital Itinerante

possibilita o acesso à tecnologia e contribui para o desenvolvimento do letramento digital. Os sócio-educadores realizam visitas domiciliares e encontros com as famílias, buscando fortalecer os vínculos e ampliar a participação das crianças e adolescentes em sua comunidade.

“O trabalho desenvolvido nessa área já possui mais de 15 anos de atuação. São priorizadas crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino e consideradas as condições socioeconômicas das famílias, com atenção especial àquelas que vivenciam situações de maior vulnerabilidade e às famílias monoparentais”, explicou Genilda Leite de Carvalho Dias, coordenadora pedagógica na Ação Diocesana.

Cisternas garantem água no período de seca

Um dos maiores desafios das famílias que vivem no semiárido é o acesso à recursos hídricos. Em uma região caracterizada pela escassez de chuva e o tempo seco, estratégias para o armazenamento de água tornam-se cada vez mais importantes. Para amenizar essa realidade, vem sendo executado um projeto de construção de cisternas. Os reservatórios são divididos em duas categorias, com diferentes finalidades de armazenamento.

As chamadas cisternas de primeira água, com volume de 16 mil litros, são voltadas para o consumo humano. Já os reservatórios para segunda água, com capacidade para até 52 mil litros, têm como finalidade a irrigação da produção agrícola e o consumo dos animais. Com isso, é possível garantir segurança hídrica no período de estiagem, além de propiciar as condições para que o cultivo de alimento e o cuidados com os animais não se tornem um prejuízo. “Nós trabalhamos com uma palavra chave: estocagem. Não dá para conviver no semiárido se você não estoca água, sementes e forragem. Isso é importante para, de fato, garantir soberania alimentar daquelas famílias, dos ani-

mais e a resistência do próprio solo”, orientou.

Dóia também foi contemplado com essas iniciativas. “Primeiro, a gente recebeu as cisternas, que foi uma coisa muito boa para nós, porque a gente sofria com falta de água. Isso melhorou muito. Depois, a Ação Diocesana mandou uma máquina ensiladeira. Eram 10 produtores e nós pagamos o financiamento todinho. E isso só fez crescer. Esse foi o ano que a gente mais fez silagem aqui no município”, afirmou.

Segundo José de Arimatéia, atrelado aos programas, também são ministradas formações sobre como lidar com o equipamento. “A gente visita as famílias, conversa, identifica as principais necessidades das comunidades e ensina os processos de captação, gerenciamento e armazenamento assim que elas recebem a cisterna”, destacou.

“A Ação Diocesana trouxe conhecimento para a gente. Eu digo que aqui nós éramos todos cegos. Cegos no sentido de não conhecer as coisas, não saber como fazer. Agora, a gente já andou tanto, conheceu outros lugares, viveu experiências que fizeram a gente aprender muito mais. Agora a gente já caminha com as próprias pernas”, reforçou Dóia.

Eduardo Augusto

eduardomelosocial@gmail.com

Cartas para o grande esquecimento

Há um silêncio que mora nas coisas velhas. Um silêncio que não é ausência de som, mas uma presença densa, feita de poeira e de tempo. Foi esse silêncio que procurei, sem saber, ao me deparar com a obra de José Rufino. O artista paraibano, com seus garranchos e papéis amarelados, suas madeiras carcomidas e anotações de um cartório fantasma, me colocou diante de uma questão antiga como a humanidade e nova como cada amanhecer: o que es-

colhemos esquecer? Suas instalações parecem cartas que o passado escreveu para o futuro, mas que se extraviaram no percurso. Caminhar por entre elas é como entrar em um arquivo que respira. As gavetas, os envelopes, os manuscritos que Rufino reúne não são apenas matéria: são testemunhas de vidas que já foram. Ali, a memória não se apresenta como um álbum de fotografias em ordem cronológica, mas como um canteiro de obras onde o esquecimento trabalha incansavelmente, demolindo e reconstruindo.

Penso que a memória, ao contrário do que gostamos de supor, não é uma fortaleza que guarda tesouros. É antes um rio, cuja água é o esquecimento. Sem ele, o rio transbordaria e afogaria a própria vida. Recordar tudo seria enlouquecer, pois o passado é um peso que nenhum ombro suporta. Por isso, esqueçamos. Esqueçamos para continuar. Esqueçamos para que o presente não seja um mero eco do que já passou.

Mas há algo de violento no esquecimento. Ele apaga rostos, silencia vozes, torna cinza o que era colorido. E é nesse ponto que a obra de Rufino torna-se um ato de resistência. Seus trabalhos não são apenas um resgate do que foi esquecido: são uma denúncia do gesto mesmo de esquecer. Ao transformar documentos velhos, cartas de amor desfeitas, registros de propriedades que já não existem, em arte, ele nos pergunta: quem se beneficia com o esquecimento?

Há uma dimensão política no trabalho de Rufino que não pode ser ignorada. Ao usar como matéria-prima os arquivos do antigo engenho de cana-de-açúcar de sua família, no interior da Paraíba, ele nos confronta com uma memória que é, ao mesmo tempo, íntima e coletiva. Aqueles papéis carcomidos falam de escravidão, de terra, de poder, de vidas que foram registradas apenas como números. E nos perguntamos: o que fizemos com essas vidas? O que fizemos com essas histórias? Esqueçamos, claro. Esqueçamos como se esquecêssemos de um sonho ruim ao acordar.

Mas o artista não nos deixa esquecer. Ele insiste em nos mostrar que o passado não é um país estrangeiro; é uma casa vizinha. E que seus fantasmas nos visitam, quer queiramos quer não. As obras de Rufino são como lápides, mas lápides que se recusam a ser apenas pedra. Elas respiram, movem-se, observam-nos. São memórias que se tornaram carne, que se tornaram madeira e tinta, que se tornaram silêncio — mas um silêncio que fala.

Talvez a grande lição de José Rufino seja essa: a memória e o esquecimento não são inimigos. São amantes em uma dança eterna. Um não existe sem o outro. O que chamamos de “memória” é, na verdade, um esquecimento seletivo, uma escolha constante do que guardar e do que abandonar. E essa escolha, meus amigos, é tudo, menos inocente.

Ao fim, saio da exposição com uma estranha sensação de débito. Devo algo aos que vieram antes de mim, aos que foram esquecidos, aos que tiveram seus nomes apagados dos arquivos. Devo, no mínimo, o gesto de olhar. Devo, no mínimo, o esforço de lembrar que o esquecimento existe, que é ativo, que é uma força. E que, diante dele, restam-nos esses pequenos atos de resistência: escrever uma carta, plantar uma árvore, olhar para uma obra de arte e, por um instante, lembrar.

Talvez seja isso o que Rufino nos oferece: não a memória em si, mas a possibilidade de lembrar que esqueçamos. E nesse gesto, já há uma esperança. Pois onde há consciência do esquecimento, há também a chance de um novo começo.

Flávio Tavares

Artista plástico

“No Rio de Janeiro, eu fazia uma contagem diária: quero voltar para a Paraíba”

Em entrevista ao jornal *A União*, pintor pessoense relembra sua trajetória e fala sobre suas principais influências

Bárbara Wanderley
babiwanderley@gmail.com

Com mais de 60 anos de carreira, Flávio Tavares é um dos artistas paraibanos mais bem-sucedidos e produtivos do país. Nascido em João Pessoa, em 1950, começou a fazer aulas de desenho e pintura com apenas 15 anos, época em que também recebeu do então governador do Estado, Pedro Gondim, uma passagem para o Rio de Janeiro, para aprimorar seu talento.

Com medo de perder sua essência nordestina e sem querer ficar longe da família e dos amigos, a quem considerava sua tribo, nunca quis deixar a Paraíba, onde tinha raízes profundas. A distância dos grandes centros, porém, não atrapalhou o progresso de sua carreira, e Flávio já expôs diversas vezes no exterior e tem planos para uma exposição na Alemanha dentro de alguns meses.

Nesta entrevista, ele relembra sua trajetória, fala sobre as suas principais influências e garante que até hoje ainda ouve a voz de Hermano José, a quem considera seu mestre, enquanto pinta um quadro.

Entrevista

■ *Você vem de uma família de artistas, com um avô fotógrafo e um pai que desenhava, embora não profissionalmente. Até que ponto isso influenciou sua escolha de carreira?*

Eu acho que ela teve como ponto de partida o prazer primeiro, porque ninguém pensava, pelo menos uma criança, de fazer disso uma profissão. Lá em casa é interessante, cada um seguia um rumo diferente, mas, dos seis filhos, quase todos desenhavam muito bem. Não tem aquela casa do músico, que todos tocam instrumento? Eu acho que é por aí. Eu tive o incentivo do meu pai de me matricular, com 15 anos, por aí, na Coex, a Coordenação de Extensão Cultural da Universidade Federal da Paraíba. Aí meus professores... o mais importante, entre outros todos importantes, era Raul Córdula. E tinha professores itinerantes, como Lazareni, do Rio de Janeiro, que ensinava técnicas de pintura, escultura; Breno Matos. Tinha um teórico muito bom, que falava muito sobre história da arte, Archidy Picado, e outros iam aparecendo, era como que fosse um laboratório. Hoje eu vejo que era avançado o método, porque eu tinha 15 anos e tinha amigos de 40, de 50 anos. Era uma oficina de trabalho mais do que um curso. Daí passei a fazer exposições em Olinda, aqui na universidade [UFPB]. Tem também os incentivos de amigos. O governador Pedro Gondim me deu uma passagem e uma hospedagem. Eu fui com Raul Córdula para conhecer os museus do Rio de Janeiro. Eu ficava assim estarecido vendo o Museu Nacional. Fui para Petrópolis ver aquele museu da Quitandinha e o outro onde tem Pedro Américo. Fui para *shows* musicais, vi Paulinho da Viola, Clementina de Jesus, Nelson Cavaquinho.

■ *Em nenhum momento cogitou outra profissão?*

Eu era louco para fazer Sociologia, fiz Letras. No ano que eu tava para terminar Letras, tive duas exposições fora, uma em Berlim e outra no Rio de Janeiro. Aí eu já achava que não tinha mais nada na época. Ingenuidade, porque eu acho a universidade uma coisa importantíssima, independente de qual profissão você

queira seguir, porque dá embasamento cultural, e o convívio com o mundo estudantil, para mim, era uma maravilha. Era numa época de contestar a ditadura, essa coisa toda que faz a juventude vibrar. O tempo que eu passei na universidade, eu ia para o conservatório de música, via o pessoal treinando, conhecia maestro. A universidade não é só o curso que você faz. Esse mundo vai se abrindo.

■ *Mas, se não fosse artista, seria o quê?*

Eu queria ser professor de História ou de Sociologia, porque eu tinha visto no Rio de Janeiro uma palestra — e fiquei impressionado — de Florestan Fernandes sobre o negro nas Américas. Como o papai era muito ligado à História também como médico, ele fazia parte do movimento folclórico, era amigo de Câmara Cascudo, ele contextualizava muito as histórias dos índios com Darcy Ribeiro. *O homem cordial* eu li através dele, esse livro diz que hoje até não é tão importante, mas na época era, de Sérgio Buarque de Holanda. E a parte da história do Brasil eu fui interligando também à história política do Brasil, pelos movimentos estudantis; dos dois irmãos meus mais velhos, um foi exilado na França e o outro, o Zé Arnaldo, foi caçado da universidade como médico. Depois ele foi preso. Esses movimentos estudantis fizeram um amadurecimento precoce na juventude daquela época. Eu já estava no Lyceu quando tinha aquelas passeatas. Inclusive, eu pichando a rua, pichei “Castelo é branco, mas a fome é negra”, a polícia me prende. Eu tinha 17 anos. A gente passou uma noite na delegacia, o pai da gente foi lá, conversou e soltou. Mas era uma coisa assim, corajosa. E também namorava muito, porque as meninas eram envolvidas, apareceu o movimento *hippie*. Eu comecei a ler também Jack Kerouac, Alan Ginsberg, o mestre Suzuki entrando para Zen Budismo, o *Pasquim*, com Paulo de Tarso, Millôr Fernandes, Ziraldo. Isso é o que fez a cabeça de uma geração, com Chico [Buarque], com Caetano [Veloso] cantando “Alegria, alegria”. Não quer dizer que isso forme um artista, mas isso forma o que eu levo até hoje como o entendimento de humanismo. O

artista não tendo esse entendimento junto com o povo... É até uma música de Milton Nascimento que a gente ouvia muito, que o artista tem que estar onde o povo está [refere-se à canção “Nos bailes da vida”]. Então a gente, vendo aquelas fotos, os artistas de cinema protestando, foi importante isso.

■ *Esse interesse por história e sociologia influenciou na temática das suas obras?*

Tem muita coisa na pintura minha e mais no desenho. Eu fiz um tempo humor também, fazia charges para os jornais, e fiz um álbum que eu vou até relançar esse ano, que é chamado *O pavão sem mistério*, com apresentação de Ziraldo. Era um álbum em quatro partes, que uma era a tortura, outra a censura, outra a beleza e outra o pavão no meio da geometria. E esse álbum tinha uma maneira dele de comportamento meu muito confuso, porque a minha pintura das galerias que saía para o público era muito ligada a um floral, a mulheres, religiosidade. O mundo católico agrário era muito forte na família de mamãe. Mamãe era de Sapé e era muito religiosa. Já papai não. Papai já estudava medicina mágica, ia muito para Angola, Moçambique, Europa, ele já era um homem mais universal, na parte médica e também na parte ideológica. Essa fusão entre o catolicismo, o profano e o sagrado, seguiu muito a minha pintura, era como que se eu sísse do sagrado eu estava pecando no profano. Eu não tinha um entendimento gráfico que as duas coisas fazem parte da realidade brasileira, da gente ter sido colonizado, tiraram a alma do índio, tiraram a alma do negro, que já veio sequelado para cá. Esse entendimento eu não tinha. Eu passei a ter quando eu comecei a ler mais Jorge Amado, Gabriel García Márquez, aí comecei a ter um entendimento de América Latina colonizada. Mas é extremamente difícil você botar isso dentro dos acordes da pintura, porque de repente você pode ter um ufanismo, ter um patriotismo que leva ao fascismo, mesmo se você se diz contra o sistema. O que me salvava era a leitura. Quando eu comecei a ler sobre Bauhaus, a escola de vanguarda alemã, eu comecei a ter o entendimento da modernidade, da plasticidade de [Wassily] Kandinsky, de Paul Klee, depois o expressionismo alemão, passando pelo impressionismo francês. Aí eu comecei a ver a diversidade de força da arte. A *Guernica*, de Picasso, fez parte de um movimento muito grande, tanto na estética como na temática, de protesto contra o bombardeio de Granada, da Espanha fascista. Eu me lembro que tinha aula de Raul com 15, 16 anos, que ele mandava livremente desenhar na igreja São Francisco, escolhesse tanto a nave, o teto, como aqueles anjinhos. E eu vejo, hoje, que esse desenho meu mais arredondado, mais assim barroco, vem dessas aulas. Agora, você para sair disso e entrar no princípio crítico, na minha cabeça, eu não emendava. Então o meu desenho era muito mais crítico do que a pintura. Porque a pintura tinha um espelho na sobrevivência.

Ninguém ia botar um quadro de protesto dentro de casa. Então, o artista é também esmagado pelo gosto social, pelo gosto dos arquitetos, das ambientações. Eu, para viver de arte, viagens, exposições, tinha que vender. Com 20 anos, eu fiz um mural na Clínica São Camilo, fica atrás do Palácio do Bispo [Centro de João Pessoa]. Mural de 13 m, em cerâmica. Então, dali começa a luta que eu, chamo de “um estrabismo divergente”. Você olha para um lado, as camadas políticas sociais, e olha para o religioso. Eu acho que hoje a minha pintura de painel é sempre dividida no meio, como que fosse um lado profano e um lado, vamos dizer, do paraíso. Por mais que você diga que a modernidade rompeu com o academicismo, com as linhas muito rígidas da escola acadêmica, todo mundo fazia um retrato seu, todo mundo fazia igual. Mas depois, na minha percepção, quando chegou a Semana de Arte de 1922, com a maravilhosa Tarsila de Amaral, Di Cavalcanti, o pessoal da modernidade brasileira, Ismael Nery, que era o primeiro surrealista brasileiro. Quando apareceu Di Cavalcanti, se você for olhar de uma forma mais profunda no sentido da leitura das imagens, é um olhar meio absurdo. É isso que o nazismo fazia com a face das pessoas. É judeu, o nariz é aquilino, tal. Na pintura tem isso. Você olha, não que seja fascismo, mas é uma descritiva ainda colonizada.

■ *Você viajou bastante, foi para o Rio, expôs fora do Brasil diversas vezes, mas sempre se manteve na Paraíba. Nunca sentiu necessidade de ir para um grande centro para vender suas obras, ou talvez uma parte da sua inspiração venha de estar aqui?*

Eu acho que você tem toda a razão. Quando eu tinha 17 a 18 anos, tinha aquela frase: “Esse menino tem tanto talento que tem que ir para o Rio de Janeiro, vai se perder aqui”. Aí eu fui para casa de uma tia do Rio de Janeiro, estudei lá um ano, mas eu fazia uma contagem diária como um presidiário: quero voltar para a Paraíba. Aí, quando chegaram as férias de final de ano, eu vim embora, não queria saber do Rio de Janeiro. Hoje eu vejo que foi muito bom: a maneira do carioca se comportar, a espontaneidade. Eu me lembro muito do Rio de Janeiro.

■ *Mas, ainda assim, queria voltar.*

Foi uma coreografia, queria voltar. Não atrás de carne de sol, de comer pamonha. Era eu acho que a família da gente. Era uma família muito agregada a um estilo de vida. Meu pai, minha mãe eram muito eletrizantes, a casa era sempre cheia de gente. Tinha uma alegria no sentido do cotidiano. Vinha gente de fora se hospedar lá em casa. Para o filme *Menino de Engenho*, ficaram hospedados lá em casa Geraldo Del Rey, Walter Lima Júnior, Nelson Rocha. Eu não sei se a narrativa de memória é falsa, no sentido de você achar que tudo era muito bom, ou é uma narrativa coreográfica, que você não contextualiza as mazelas de

uma época. Eu penso que era uma intuição minha, que iria romper meu curso de nordestino, porque o nordestino que eu encontrava em São Paulo, no Rio, era muito saudoso, sabe? Chorososo. Eu ficava com medo do tempo que eu poderia perder aqui na cidade, porque eu não me interessava muito por progresso. Pintura eu sabia que era uma coisa ainda muito embrionária, que, aprendendo lá, aprendia aqui. E aqui tinha esses bons professores. Eu acho que isso tudo pesou. O mundo de amigos que a gente tinha, de sair do Centro da cidade e ir tomar banho em Tambaú a pé. Na época era como se tirasse você de uma tribo, com seus códigos naturais, de política, cultura.

■ *O uso da inteligência artificial tem causado controvérsias. A tecnologia é inimiga da arte?*

Eu acho que não. Ela pode ser concorrente da arte. Semana passada esteve aqui um amigo meu para eu ilustrar um livro dele. Quando ele me entregou o livro, tinha umas ilustrações em preto e branco, em bico de pena, e ele disse: “Isso que eu botei no computador é inteligência artificial”. Eu já tinha visto outras coisas. A parte de pintura mesmo, você vê a Mona Lisa em todas as posições, andando. Existe uma magia, que eu acho que é maior do que quando surgiu a fotografia na época da pintura, que os pintores diziam que iam passar fome, os que faziam retratos. Eu acredito que pode ser até um perigo, mas quando se usa para o mal. Eu tenho um filho que é cardiologista, e diz que tem avançado muito as leituras com inteligência artificial em alguns diagnósticos. Então, para o médico, na parte de exames, para arquitetura, eu acho uma ferramenta espetacular. E alguém dizia — e não era verdade — que Diego Rivera projetava os murais dele. Ele fazia o desenho, fotografava e projetava para adiantar. Mas existe uma coisa que o desenho é muito visceral, o desenho mexe, é quase uma linguagem falada o desenho, uma caligrafia. E a projeção de *slide*, queira ou não, deforma muito e esfria a emoção. Nada contra, porque o hiperrealismo americano era a projeção de imagens. Você fazia um retrato seu, fotografava, pegava a tela, projetava e fazia. Eu sei quando a alma que eu olho é projeção fotográfica. Não todos, evidentemente, mas eu conheço, porque tem uma alma sintética, uma coisa fria. Eu não sei nem dizer o que é. É uma coisa estática, sabe? Mesmo que seja um movimento, é um movimento robotizado. E o desenho saindo da mão, pelos erros, ele se torna mais humano. Eu li uma vez que os italianos usam o erro, no desenho e na pintura, como um acidente feliz. Muitas vezes um erro faz você repensar o que está fazendo e fazer outra coisa. Então, o universo gráfico é tão infinito quanto o universo das palavras. Eu acho que o artista, em certa forma, se parece um pouco com o mágico.

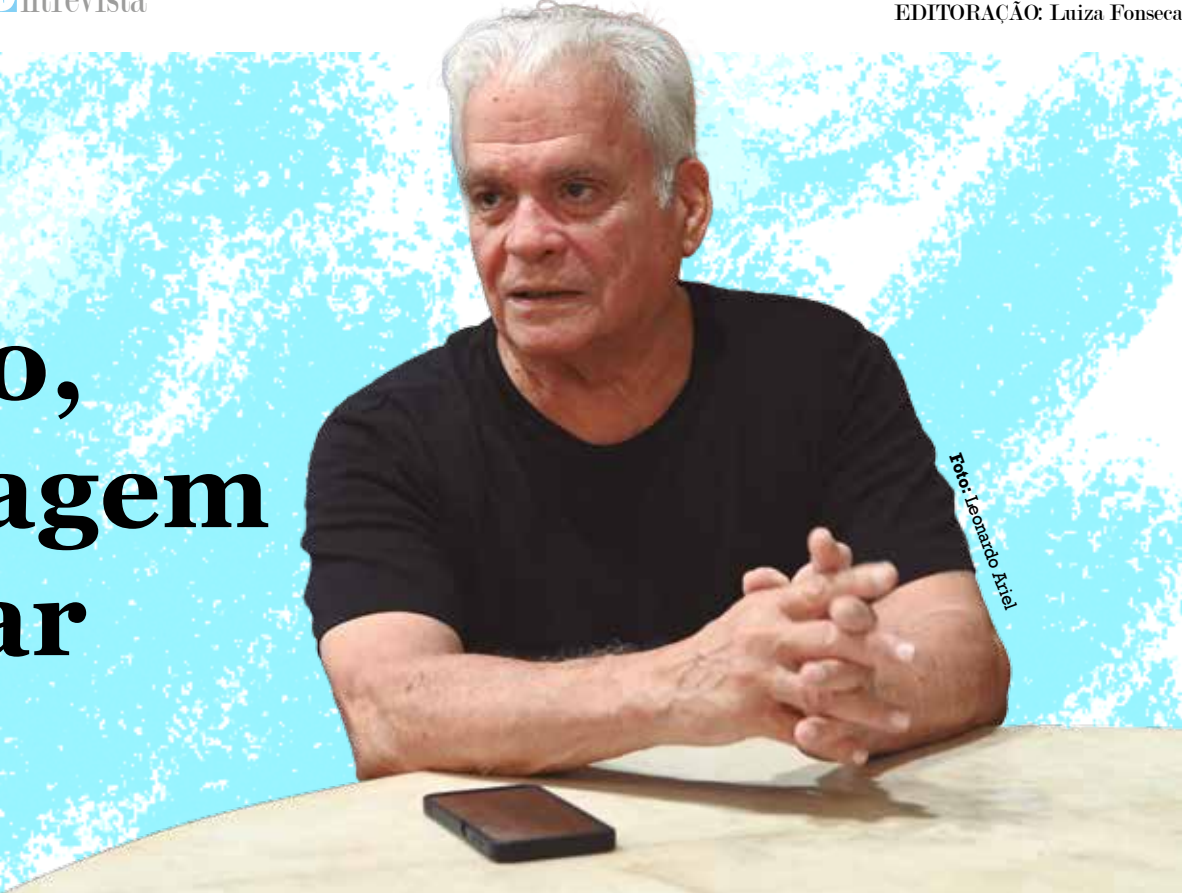


Foto: Leonardo Jria

VIDA SOLO

Autonomia traz alegrias e desafios

Para jovens que passaram a viver sós, deixar a família foi apenas o início de uma jornada de transformação

Nalim Tavares
nalimtavaresrdo@gmail.com

Morar sozinho pela primeira vez vai além da mudança de endereço: é um teste de autonomia em tempo integral, em que todas as responsabilidades, por si mesmo e pelo imóvel, recaem sobre uma única pessoa. Em meio ao entusiasmo de conquistar independência, ter o próprio espaço e administrar a própria rotina, há a necessidade de assumir finanças e tarefas que, antes, podiam ser compartilhadas ou nem sequer eram percebidas — uma experiência que exige organização, capacidade de adaptação e que pode mudar a forma como se encara a vida adulta.

Para muitos jovens, essa experiência começa na faculdade, quando a instituição fica em um local diferente da cidade onde a família reside. Fazer a viagem diariamente nem sempre compensa a médio ou longo prazo e, dessa forma, a ideia de sair da casa dos pais começa a se formar na mente de alguns. Foi assim para Amanda Garrido, de 19 anos, que se mudou do município de Coremas para ficar mais perto do Centro Universitário de Patos (Unifip), onde atualmente cursa o terceiro período de Biomedicina.

Amanda passou os primeiros seis meses de curso planejando a mudança e comprando coisas que sabia que precisaria quando começasse a viver no novo apartamento. Antes de morar sozinha, ela teve a experiência de dividir a casa somente com o irmão, mas a residência da mãe ficava bem ao lado. A estudante conta que, na época, trabalhava pela manhã, seguia para a faculdade à tarde e voltava pouco antes da meia-noite. No domicílio, a responsabilidade que tinha era lavar a louça e manter o próprio quarto organizado, enquanto a mãe e uma colaboradora assumiam os demais deveres.

Embora a rotina de trabalho e estudo tenha se mantido, a quantidade de tarefas que dependiam dela aumentou quando Amanda chegou ao novo endereço. “Eu precisava pensar em limpeza, comida, roupa, compras, contas... Até as coisas pequenas, que antes eu nem percebia que alguém fazia, passaram a ser minha responsabilidade”. Para ela, o desafio principal tem sido conciliar tudo isso com a autocobrança: “Quero que a casa esteja sempre organizada e que eu consiga estudar, trabalhar, treinar, me alimentar bem e ainda ter tempo para outras coisas. Na prática, não dá para fazer tudo perfeitamente todos os dias”.

Apesar disso, Amanda percebe que morar sozinha, encontrando formas de administrar as responsabilidades da rotina, a atenção à casa e os cuidados consigo mesma, tem um lado positivo. “Tem me feito amadurecer bastante e tenho de-



Foto: Arquivo pessoal

Tem me feito amadurecer bastante. É cansativo, mas gratificante. Traz uma sensação muito boa de independência

Amanda Garrido

envolvido a percepção de que sou capaz de cuidar de mim e do que me disponho a fazer. É cansativo, mas gratificante. Traz uma sensação muito boa de independência”. Para ela, tudo é uma questão de adaptação: no primeiro semestre da faculdade, por exemplo, precisou deixar de lado a prática do jiu-jítsu, de que sempre gostou, mas continuou procurando formas de encaixar o esporte na rotina e, atualmente, tem conseguido manter a constância nos treinos. “Hoje, é algo inegociável para mim, pois faz muito bem, tanto para o físico quanto para o mental”.

Questão financeira

Aos 26 anos, Cael Lima está concluindo a graduação em Teatro pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e também saiu da casa da família, em Sapé, para ficar mais perto da faculdade. Bolsista de um Programa de Educação Tutorial (PET), por meio do qual pesquisa cultura popular, Cael explica que está passando por um momento delicado de reorgani-

zação, já que, após a formatura, não poderá mais contar com o valor da bolsa.

“Minha família não tem condições financeiras para oferecer esse suporte, então sempre precisei trabalhar. Sou pintor, trabalho com muralismo, e tinha muitos clientes em Sapé. Isso permitiu que eu economizasse uma grana, mas chegou um momento em que ficou muito difícil administrar trabalho e estudo, principalmente porque eu fazia isso em cidades diferentes”, conta. Uma vez em João Pessoa — morando, inicialmente, com amigos —, Cael continuou trabalhando para complementar a renda — tanto com arte, participando de espetáculos e escrevendo roteiros para quadrilhas juninas, quanto em outras áreas, como garçom, fotógrafo e vendedor de peixe.

Por um período, ele precisou voltar para Sapé e dedicou-se principalmente ao trabalho. Foi a aprovação como

Percepção Segundo o artista e estudante Cael Lima, que partiu de Sapé para a capital, mesmo os instantes de solidão e saudade serviram para desenvolver autoconhecimento

bolsista que lhe deu segurança para focar mais nos estudos e pensar em morar sozinho. Cael encontrou uma quitinete perto da universidade, mobiliada com o essencial pela locatária e, assim, assumiu responsabilidade integral por si mesmo. “Sinto que assumir essa tarefa me trouxe um sentimento de liberdade. Eu não precisaria

mais responder a ninguém além de mim. Tudo o que aconteceria seria responsabilidade minha. Eu precisaria lidar com minhas próprias frustrações e comemorar minhas próprias vitórias. Isso traz essa sensação de liberdade, principalmente, no início. Acho que, até agora, sinto-me um pouco assim”.

Para Cael, mesmo os momentos de solidão, quando ele sentia falta da família, foram uma oportunidade para se conhecer melhor. Procurando formas de se sentir mais confortável e acolhido no novo ambiente, ele decorou a quitinete com coisas simples, como plantas e itens afetivos trazidos de Sapé, mas preferiu não fazer alterações ou investir demais no espaço alugado, ciente de que sairá de lá um dia.

“Acho que a maior dificuldade de morar só é conquistar estabilidade. Não tenho emprego fixo com um salário alto e penso muito no que

vou fazer depois de me formar, quando não tiver mais o dinheiro da bolsa — que é o que me mantém. Fico pensando se vou conseguir emprego na minha área. São dúvidas que surgem e é muito complicado dar de cara com realidades assim”, pondera. Segundo o estudante, já ter provado para si mesmo que é capaz de superar dificuldades não significa parar de sentir receio ao se deparar com mudanças e novos desafios.

“Sou muito grato por tudo o que tenho vivido morando sozinho. Agora, estou em um processo de mudança e, depois de me formar, vou passar um tempo morando com um amigo, porque ainda não recebo o suficiente para pagar aluguel, comer todas as refeições e ter o mínimo de lazer. É um novo desafio, e ainda não descobri como vou lidar com isso, mas não abriria mão de momento nenhum”, frisa Cael.



Foto: Evandro Pereira

Aprovado em um concurso, Davi trocou Campina Grande por João Pessoa; para ele, a mudança trouxe benefícios sociais e emocionais

Rede de apoio não deve ser recusada, diz psicóloga

De acordo com a psicóloga Rayanne Moreira, para adultos que estão morando sozinhos pela primeira vez, o aumento de responsabilidades, a necessidade de cortar gastos e a falta de interação social dentro de casa são fatores estressantes, que podem gerar dúvidas e ansiedade. “Aosair de um ambiente compartilhado, a pessoa percebe que, antes, contava com uma rede de suporte. Essa percepção costuma ser sentida com mais força nos primeiros meses, quando a rotina ainda está sendo construída e os momentos de solidão, em um imóvel inteiro, parecem muito diferentes da experiência anterior, onde havia companhia”.

Segundo Rayanne, é provável que haja nervosismo em relação às datas de ven-

cimento das contas e dificuldade para gastar dinheiro com lazer e autocuidado sem sentir culpa. “Com isso, vem a sensação de estar sempre no limite de alguma coisa. Essa é a primeira vez que o orçamento pessoal enfrenta todos os gastos e, em casa, não há ninguém esperando para saber como foi seu dia ou compartilhar uma refeição. Tudo isso é sentido e, uma vez que a decisão de sair da casa dos pais é tomada, muitos jovens têm vergonha ou dificuldade de continuar aceitando ajuda”.

Por outro lado, a especialista observa que, ao decidir assumir toda a responsabilidade por si mesmo e pelo próprio estilo de vida, as pessoas vão se tornando mais resolutivas. “Em alguns casos, é possível começar a se en-

tender melhor com os próprios pais, justamente porque a independência permite que você enxergue as coisas de uma outra forma. Tem muitos fatores positivos, mas é necessário se organizar e se permitir desabafar, quando necessário”.

Vivência individual

Rayanne acredita que começar a mudança aos poucos pode ser interessante, planejando com calma e conversando com quem que já mora sozinho. “Também dá para dividir com amigos primeiro, que é uma experiência diferente de viver com a família e oferece uma conquista de independência mais gradual”.

Ao ser convocado para assumir vaga após um concurso público, em fevereiro de

2025, Davi Nascimento mudou-se de Campina Grande para João Pessoa e começou a dividir um apartamento com outros dois homens que, até então, eram desconhecidos para ele. “Passei 27 anos morando com meus pais e vim para a capital, sem família e sem amigos próximos. Dividir a casa, de certa forma, me ajuda a interagir fora do trabalho. A gente acaba compartilhando problemas, desabafando, e começa a ver que há um benefício social e emocional — mesmo que, no começo, a ideia de dividir apartamento com estranhos possa parecer esquisita”, avalia.

Para a psicóloga, a conquista da independência é uma história pessoal, que pode variar muito entre cada um. “Todos precisam enfren-

tar desafios próprios. Algumas pessoas adoram ficar sozinhas em casa, outras detestam. Algumas continuam perto dos pais, outras saem do estado. O importante é encontrar um equilíbrio e saber que ser responsável e autônomo não significa ter tudo resolvido”, conclui.

A conquista da independência é sempre uma história pessoal e pode variar muito, segundo a especialista Rayanne Moreira

CÁLCULOS RENAIS

Calor pode levar a aumento de casos

Em épocas mais quentes, a baixa hidratação somada à maior perda de líquidos causa concentração da urina

Henrique Toscano
henritosca06@gmail.com

Estimativa da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) indica que um em cada 10 brasileiros sofre com cálculos renais. Entre as principais causas do problema está a baixa ingestão de água. Em períodos mais quentes do ano, faz-se necessário um consumo maior do líquido, já que, ainda de acordo com a entidade, a incidência da doença chega a aumentar até 30%.

A nefrologista Ana Valéria Lustosa Benício explica que, no calor, o corpo perde muito mais líquido por transpiração do que a pessoa costuma perceber ou repor. Essa perda insensível de água, somada muitas vezes a uma ingestão baixa de líquidos, leva à diminuição do volume urinário e, principalmente, a uma urina mais concentrada. É exatamente essa concentração urinária que é o grande vilão na formação de cálculos.

“Quando a urina fica mais concentrada, a presença de substâncias litogênicas, como cálcio, oxalato, ácido úrico e cistina aumenta proporcionalmente. Já os inibidores naturais da cristalização, como o citrato, não acompanham esse aumento na mesma medida. Isso favorece a supersaturação urinária, que é o processo físico-químico inicial pelo qual esses solutos deixam de ficar dissolvidos e começam a formar cristais, que depois podem se agregar e crescer até se tornarem cálculos clinicamente relevantes”, assinala.

Nas épocas mais quentes do ano, as pessoas também costumam consumir mais bebidas açucaradas, refrigerantes ou alcoólicas, em vez de água pura, o que pode favorecer a for-

Dados

Homens são mais afetados do que as mulheres e faixa etária de 30 a 50 anos inspira maior atenção, embora condição possa ocorrer em qualquer idade

mação de cálculos. A maior exposição solar aumenta a produção de vitamina D, podendo elevar discretamente a absorção intestinal de cálcio e, em pessoas predispostas, aumentar a excreção urinária de cálcio.

“Do ponto de vista prático, esse é o motivo pelo qual a orientação nefrológica mais importante para a prevenção de litíase urinária, independentemente do tipo de cálculo, é manter uma ingestão hídrica alta e constante, de forma que o volume urinário fique em torno de dois a dois litros e meio por dia, o que significa ajustar o consumo de água para acompanhar as perdas, especialmente em dias de calor intenso, atividade física ou exposição prolongada ao sol”, observa.

Sintomas

A especialista explica que o sintoma mais característico é a cólica renal. Trata-se de uma dor lombar ou em flanco, de início súbito, e de forte intensidade, que pode irradiar para a virilha ou genitália conforme o cálculo desce pelo ureter. “Outros sintomas incluem hematúria [sangue ou glóbulos vermelhos (hemácias) na urina], que pode ser visível ou ape-



Foto: Roberto Guedes

Problema pode causar sintomas como dor na região lombar, urgência para urinar e febre, se houver infecção associada

nas detectada no exame de urina, sintomas urinários baixos como urgência para urinar, disúria e polaciúria

quando o cálculo está próximo à bexiga. Febre é um sinal de alerta importante porque pode indicar infec-

ção associada. Alguns cálculos, principalmente os que ficam alojados no rim sem obstruir, podem ser

completamente assintomáticos e ser descobertos incidentalmente em exames de imagem”, ressalta.

Tratamento médico depende da avaliação de cada caso

O profissional liberal José Ubiratan Ferreira, de 48 anos, vem acompanhando o tratamento de sua mãe, Maria Francisca Ferreira, de 78 anos, que apresenta um quadro de perda da função renal em grau três, descoberto há mais de dois anos.

“Ela estava com uma anemia muito forte, tendo sonolências e fraquezas. Inicialmente, a levamos a uma hematologista, que nos encaminhou para uma nefrologista, e foi quando se constatou o problema renal. Houve a detecção de pedra nos rins, decorrente desse problema”, relembra. José Ubiratan relata que, em razão da idade da mãe e do tamanho reduzido do cálculo, a orientação médica foi para que ela passasse a tomar bastante água e tivesse acompanhamento nutricional. “Mantemos retornos para consultas a cada quatro ou seis meses. Caso seja verificado que algumas taxas estão baixas,

Foto: Arquivo pessoal

“

As opções incluem a litotripsia extracorpórea por ondas de choque, que fragmenta o cálculo

Ana Valéria Lustosa Benício

ela toma medicação para fazer a reposição, suprir a função que os rins não estão executando. No mais, é

seguir a dieta recomendada para manter o quadro estável”, pontua.

A nefrologista Ana Valéria esclarece que o tratamento depende de cada caso, levando-se em consideração fatores como o tamanho do cálculo, da localização e da presença de obstrução, infecção ou comprometimento da função renal. Cálculos pequenos, geralmente com cerca de cinco a seis milímetros, têm boa chance de eliminação espontânea. Nesses casos, a escolha costuma ser o acompanhamento com boa hidratação e analgesia, sendo os anti-inflamatórios a primeira opção, enquanto os opioides — analgésicos mais potentes — ficam reservados para dores mais resistentes.

Para cálculos maiores, que não têm boa chance de eliminação espontânea, ou quando há dor incontrolável, obstrução persistente, infecção associada ou perda de função renal,

entra-se com tratamento intervencionista.

“As opções incluem a litotripsia extracorpórea por ondas de choque, que fragmenta o cálculo de fora do corpo; a ureterolitotripsia a laser, feita por endoscopia através das vias urinárias; e, para cálculos maiores ou mais complexos, principalmente os localizados no rim, a nefrolitotripsia percutânea.

Em situações de urgência, como obstrução com infecção, pode ser necessária a colocação de um cateter ureteral, conhecido como “duplo J”, ou uma nefrostomia percutânea para desobstruir o sistema antes de tratar o cálculo definitivamente”, complementa.

Grupo de risco

Existe um perfil de maior risco para o surgimento de pedras nos rins. Historicamente, os homens são mais afetados do que as mulheres — em uma proporção de dois a três casos

para um —, embora essa diferença venha diminuindo nas últimas décadas. A maior incidência ocorre na faixa dos 30 aos 50 anos, mas a condição tem sido observada em idades cada vez mais variadas, inclusive em adolescentes.

É importante estar atento aos alertas. Existem sinais que sugerem cálculo renal em atividade: dor lombar ou em flanco de início súbito e intensa, tipo cólica; sangue na urina, visível ou não; dor ao urinar, urgência ou aumento da frequência urinária; náusea e vômitos associados à dor.

Há ainda sinais que indicam necessidade de atendimento de urgência, e não podem esperar, como febre associada à dor lombar. Isso porque o sintoma sugere infecção urinária alta associada a obstrução, uma combinação potencialmente grave.

Outras situações são a dor incontrolável, mesmo com analgesia adequada;

incapacidade de urinar; vômitos incoercíveis que impedem hidratação oral; dor associada a calafrios ou queda do estado geral.

A médica reforça que a atenção deve ser dobrada em casos específicos. “Pacientes com rim único, transplantado ou com doença renal crônica prévia, qualquer episódio sugestivo de cálculo já deve ser considerado de maior risco e avaliado com mais rapidez, pela menor reserva funcional para tolerar obstrução”, conclui Ana.

■

Ocorrências de cinco a seis milímetros têm grandes chances de eliminação espontânea, e recomenda-se uma boa hidratação

VIOLÊNCIA ANIMAL

Registros destacam-se por crueldade

Ao longo dos últimos meses, episódios de maus-tratos observados no estado têm intrigado autoridades e a população

Carolina Oliveira
marquesdeoliveira.carolina@gmail.com

Marisa Rocha
contato.marisarocha@gmail.com

Crimes de maus-tratos contra animais e práticas como tortura, zoofilia e até mesmo mortes por envenenamento de centenas de cães e gatos têm figurado na imprensa paraibana e chamado a atenção de protetores e ativistas dedicados aos bichos. Em João Pessoa, a Delegacia de Crimes Contra o Meio Ambiente soma 53 inquéritos policiais neste ano. “A maioria deles são relacionados a maus-tratos contra animais domésticos”, detalha o delegado titular Canrobert Rodrigues. E, de acordo com o Painel de Inquéritos Policiais e Autos de Prisão em Flagrante, elaborado pelo Portal de Análise, Desempenho e Indicadores (Padin) do Ministério Público da Paraíba (MPPB), do total de 99 processos abertos na Delegacia Especializada do Meio Ambiente de Campina Grande, em 2026, 63 correspondem a maus-tratos e oito a crimes contra a fauna.

Casos registrados em diferentes municípios do interior paraibano também saltam aos olhos de quem acompanha ocorrências relacionadas à violência contra animais. Nos últimos três meses, seis bichos foram resgatados em Cajazeiras, no Sertão do estado, apresentando sinais indicativos de zoofilia — crime confirmado por exames veterinários em pelo menos dois deles. Outro caso destaca-se ainda mais pela dimensão: desde maio deste ano, mais de 200 cães e gatos faleceram envenenados



Fotos: Leonardo Ariel

Mais de 50 inquéritos policiais relacionados a crimes contra bichos foram abertos, neste ano, em delegacia especializada da capital; em CG, o total é de 99 processos

em Teixeira, cidade da mesma região. Relatos de delitos ocorridos mais recentemente, em localidades como Queimadas e Paulista, reforçam a impressão de um panorama crítico no estado.

Professora e coordenadora do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Giorggia Petrucce Abrantes também é coordenadora adjunta do Núcleo de Justiça Animal e Ambiental (Neja) — projeto de extensão vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da instituição, voltado à defesa, à pesqui-

sa e à promoção dos direitos dos animais e da proteção do meio ambiente. Para ela, diante de tantas ocorrências que revelam crueldade contra os animais, a conscientização e a mobilização para denunciar novos episódios são comportamentos que precisam ser reforçados entre a população.

“É preciso que a coletividade se engaje e denuncie à polícia e ao Ministério Público toda ação humana que agri-da animais. A denúncia, inclusive, pode ser anônima, ligando-se para o Disque 197 [da Polícia Civil]”, enfatiza

Giorggia. “É importante, porém, caso seja possível, que as denúncias não sejam anôni-mas e estejam acompanhadas de áudios, vídeos, fotos [relacionadas ao crime], testemunhas e o respectivo boletim de ocorrência [BO]. Nesses casos, fica bem mais fácil para a autoridade policial detectar a autoria do crime e, desse modo, responsabilizar criminalmente o agressor”, complementa. Se os maus-tratos forem cometidos por médico veterinário ou zootecnista, a denúncia também deve ser feita junto ao Conselho Regional de Me-

dicina Veterinária da Paraíba (CRMV-PB).

Nesse contexto, a coordenadora do Neja aponta ainda que é preciso ampliar e reforçar as campanhas institucionais voltadas para o controle populacional de cães e gatos, por meio de esterilização cirúrgica, e para a adoção de animais em situação de rua. “Tudo na forma como determina a Lei Federal nº 13.426/2017, imprimindo essas obrigações para todos os 5.570 municípios existentes no país desde o início de sua vigência, em 2017”, indica

Giorggia. A ausência desses mecanismos de conscientização, de acordo com a professora da UFPB, promove um cenário propício para o abandono e, consequentemente, para os casos de violência observados ultimamente.

“Além disso, a população ainda está caminhando lentamente no que diz respeito à exigência do cumprimento da lei por parte das autoridades competentes e, assim, da instauração dos procedimentos investigativos adequados e da responsabilização dos crimes”, pontua Giorggia.

Projetos de lei buscam tipificar outras condutas abusivas

Em relação aos maus-tratos envolvendo tanto animais silvestres como domésticos, na esfera administrativo-legal, a Paraíba dispõe do Código de Direito e Bem-Estar Animal (Lei nº 11.140/2018), que estabelece uma multa mínima de R\$ 19.273,80 para quem maltratar qualquer animal — gato, cão, coelho, caplopsita, serpente, capivara etc. — e em relação a cada um, considerado individualmente. Nesse cenário, o código ainda proíbe que o agressor tutele qualquer outro bicho pelos 10 anos seguintes.

Na esfera criminal, foi determinado, em 2020, um incremento da pena para quem maltratar cão ou gato, podendo o criminoso ser alvo de uma multa penal e condenado à prisão, em regime fechado, por até cinco anos. Se o autor da agressão for um tutor, perderá a guarda do animal.

“Algumas condutas humanas em face de animais ainda precisam de atualização legislativa”, frisa Giorggia Petrucce. Uma delas, conforme a professora, é o crime de tráfico de animais silvestres, cuja tipificação é alvo de um projeto de lei (PL nº 5.809/2025). “Nesse caso, a pena geral passa a ser de dois a cinco anos de prisão, além de multa. A pena aumenta para até oito anos em casos mais graves, como maus-tratos, morte do animal



Conforme especialista, a agressão psicológica também pode gerar sequelas profundas nos animais

ou lucro”, explica. O projeto também aumenta penas de outros delitos contra bichos e ajusta regras da lei atual. “Outro crime que precisa ser tipificado é o de zoofilia. Ele é alvo do PL nº 1.494/2021, que aumenta consideravelmente as penas daí decorrentes”, salienta.

Impacto mental

“Quando falamos de maus-tratos, precisamos lembrar que eles não se limitam à violência física propriamente dita. A violência psicológica também é muito impactante para os animais”, observa o médico veterinário Gabriel Medeiros. De acordo com ele,

o ponto central para entender essas situações é o entendimento de que os animais são seres sencientes. “Eles não são irracionais; têm sentimentos e noção de tudo. Isso significa que eles são capazes de processar coisas complexas, como dor, medo e estresse”.

“O impacto mais profundo, muitas vezes, é a sequela emocional e psicológica”, afirma Gabriel. Segundo o veterinário, quando sofrem maus-tratos recorrentes, os bichos podem desenvolver quadros equivalentes ao estresse pós-traumático, passando a viver em estado de hipervigilância e assustando-se com qualquer barulho ou movimento.

O trauma costuma manifestar-se de várias formas. “Ou pelo isolamento e pela apatia profunda, ou quando o animal ‘perde o brilho’ e começa a parar de interagir. A agressividade defensiva também pode ser desencadeada — ou seja, o animal fica reativo com o mínimo gesto de toque e tenta atacar por quase nada”, descreve Gabriel.

Em casos severos, ainda podem surgir distúrbios compulsivos. O bicho pode desenvolver hábitos como lamber-se excessivamente, provocando dermatites por lambadura, ou mesmo movimento estereotipado, quando ele começa a repetir uma

ação sem razão ou benefício próprio. “A mensagem mais importante é que existe esperança. Com o suporte da medicina veterinária para tratar dor e lesões, aliado a um trabalho de reabilitação comportamental, paciência e muito afeto, a grande maioria dos animais consegue superar seus traumas”, destaca.

Negligência

O especialista acrescenta que situações como abandono, negligência nutricional e/ou sanitária, privação de abrigo e confinamento em pequenos espaços também constituem maus-tratos contra os bichos.

“São exemplos aqueles

cães que ficam acorrentados por toda a vida em um quarto ou no fundo de um quintal, bebendo água suja ou comendo ração mofada. Situações como essa configuram um tipo de violência que impacta diretamente a saúde física e mental dos animais. Um bicho que não é vacinado, não recebe alimentação adequada ou não tem acesso a água potável fica sujeito a enfermidades. Isso também vale para animais exóticos e silvestres, como aves que são deixadas em contato direto com a luz — o que faz muito mal, porque elas precisam de horas de sono — ou répteis que são deixados sem uma fonte de calor”, aponta Gabriel.

Saiba Mais

Mais de 200 cães e gatos morreram no município de Teixeira, no Sertão do estado. Inicialmente tratadas como suspeitas de envenenamento, as mortes foram posteriormente confirmadas, por laudos periciais, como decorrentes da ingestão de substância tóxica. No mês passado, a Polícia Civil da Paraíba (PCPB) cumpriu cinco mandados de busca e apreensão no âmbito da Operação Áfonos, que apura a possível autoria dos crimes.

Em entrevista à reportagem de **A União**, o delegado Thitto de Amorim, responsável pelo caso, informou que não há novidades sobre a investigação e que as apurações continuam.

De acordo com moradores do município, no início deste mês, mais quatro animais foram vítimas de envenenamento. Destes, três morreram e um sobreviveu, após ser socorrido por voluntários do projeto Vira-Lata VirAmor. A população de Teixeira segue em alerta e espera que os envolvidos sejam identificados e responsabilizados pelos crimes.

ATIVIDADES MANUAIS

Prática cria conexões e bem-estar

Pessoas de todas as idades têm buscado aulas que ensinam diferentes técnicas e oferecem um tempo longe da rotina

Carolina Oliveira
marquesdeoliveira.carolina@gmail.com

A descoberta e a prática das diferentes formas de artes manuais têm crescido em apelo entre um público diverso, que encara essas atividades de maneira desprentensiva, porém terapêutica, unindo lazer, autocuidado e desconpressão. Separar momentos para aprender e praticar o desenho ou a pintura, ou até mesmo começar a fazer as primeiras peças em cerâmica, pode trazer benefícios à saúde mental e ativar o uso e dinâmica de funções cognitivas e motoras.

“Quando nos envolvemos em tarefas manuais, nossa atenção se volta para o que estamos fazendo: a textura da argila, as cores, os movimentos das mãos, os detalhes da criação”, descreve a psicóloga Apolônia Souza. A profissional explica que esse direcionamento da atenção pode diminuir, ainda que temporariamente, o “espaço mental” ocupado pelas preocupações e pelos pensamentos ruminantes. De acordo com ela, essas atividades podem pro-



Fotos: Carla Miranda

Durante as aulas, é possível desconectar-se do trabalho e da internet e vivenciar os momentos focados no tempo presente

porcionar regulação emocional e redução do estresse e da ansiedade.

Foi com esses benefícios em mente que Luana Reis começou a experimentar o caminho da arte como válvula de escape. Tentando equilibrar o trabalho como coordenadora programática e as de-

mandas da vida profissional e pessoal, ela encontrou, em atividades como aquarela e pintura acrílica, novas possibilidades para comunicar e entender melhor os próprios sentimentos. “O interesse surgiu diante da dificuldade de trazer algumas reflexões de forma oral, principalmente

na terapia”, conta. Nas palavras dela, a pintura e o desenho foram ferramentas para tentar “diluir” sensações de angústia ou ansiedade.

Assumir uma linguagem artística para transpor sentimentos ajudou-a a redescobrir a própria criatividade. Com o desejo de conhecer novas téc-

nicas, Luana fez a primeira aula de cerâmica e aprendeu um pouco sobre bordados. “Uma parte muito legal desse processo é ver despertar algo que a gente tem quando é criança. Então tem sido um encontro bem bonito também com a [minha] criança interior. Abre portas para experi-

mentar coisas novas, desperta uma curiosidade muito grande, porque não deixa de ser um aprendizado, uma nova linguagem”, destaca.

As atividades foram iniciadas por ela de forma individual e “por conta própria”. Com o passar do tempo, Luana sentiu vontade de compartilhar esses momentos com outras pessoas. “Comecei a chamar amigas — tanto as que já pintavam quanto aquelas que ainda não tinham essa experiência — para estarmos juntas e passar algumas horas conversando; cada uma pinta e desenha o que quiser. É um espaço de sociabilidade também. Esses momentos são uma forma de manter e estreitar laços”, relata, comentando ainda a importância dessa prática para a saúde mental. “É um lembrete de que existem outras coisas além do obrigatório. Acho que tem a ver também com autocuidado a gente ter esses espaços para fazer coisas que nos nutrem de forma genuína, sem que se espere valorização externa ou recompensa monetária”, acrescenta Luana.

Para além da criação das peças, ateliê vira um espaço de convívio

Úrsula Marcondes sempre teve vontade de começar a criar peças em cerâmica. O interesse pelo material, porém, só virou ação depois que ela se mudou do Rio de Janeiro para a capital paraibana. Vivendo por aqui, ela resolveu dar mais tempo e espaço para a atividade que cria uma pausa na rotina profissional como psicanalista. “Eu escolhi fazer [o trabalho] no torno — equipamento usado para moldar o material em formas redondas e simétricas — e, na minha experiência, não foi tão difícil; acho que eu levo o jeito. Porque, no primeiro dia, eu consegui fazer uma peça, e agora eu tô no detalhamento dessa peça”, conta.

Profissional da saúde mental, Úrsula já considera indispensável o tempo dedicado à prática de natureza manual e artística. Na avaliação da psicanalista, essas atividades podem ser verdadeiras ferramentas de autorregulação. “[Fazendo ou trabalhando em uma peça], não se pensa em mais nada, nem sequer se lembra dos problemas. Exige muita concentração, porque qualquer erro já estraga a peça. São três horas totalmente passadas no presente. Meu telefone fica dentro da bolsa, desligado, e eu não atendo. A arte te dá também a possibilidade de criação. E na vida a gente precisa criar”, destaca.

O espaço que Úrsula faz questão de frequentar, pelo menos quinzenalmente, é um ateliê especializado em aulas e confecção de peças em cerâmica. O Puxadinho Ateliê, localizado em Jaguaribe, já existe há cerca de três anos. O primeiro passo foi dado quando a proprietária Laís Taguchi começou a ensinar a modelagem manual de cerâmica. “Hoje em

dia, trabalhamos também com a cerâmica no torno elétrico e temos uma área que vai se tornar uma cafeteria, para que as pessoas consigam aproveitar um pouco mais”, conta a gerente do local, Júlia Robaldo.

As aulas de cerâmica são o carro-chefe, mas as dirigentes do ateliê apostam também em pluralidade de técnicas e experiências. “Abrimos o espaço para que diferentes artistas possam dar outras aulas. Temos parcerias com algumas pessoas. Tivemos recentemente uma oficina de crochê e vamos ter algumas oficinas de flores desidratadas também”, detalha. O resultado é a ampliação das descobertas em arte e criatividade e das formas de partilha e socialização experimentadas pelo público do local.

E esse público é diverso: desde crianças de oito anos até pessoas idosas. O que há em comum entre quem chega por lá, geralmente, é a vontade de começar a usar a criatividade em trabalhos manuais em um espaço dedicado. “Muitas pessoas vêm com recomendações de psicólogos ou psiquiatras para reduzir um pouco a ansiedade, melhorar a concentração e o foco. Outras pessoas buscam socializar”, explica Júlia. “Uma das nossas alunas acabou de completar 87 anos, fez o aniversário dela com a gente, e ela vem toda quinta-feira para pintar”, conta.

Equilibrar expectativas e resultados, bem como “treinar” mãos novatas e amadoras, é uma questão que figura entre as incumbências da equipe do Puxadinho ao receber sua clientela nas primeiras aulas. Orientar com os meios e alinhar objetivos, de acordo com Júlia Robaldo, é algo imprescindível para uma boa introdução com a

cerâmica. “As pessoas vêm aqui achando que não vão conseguir fazer nada e elas geralmente conseguem. A gente auxilia muito nesse processo, justamente para evitar frustrações. Às vezes, é melhor começar com uma coisinha menor, e ir pegando um pouco mais o jeito, antes de realmente fazer algo mais complexo”, explica a gerente.

Eventos também fazem parte da agenda do Puxadinho. “Às vezes até uma oficina de aquarela em porcelana, em cerâmica, e também alguma coisa mais específica, técnicas que não trabalhamos no dia a dia do ateliê. Também tivemos um evento com comidas: foi o Pizza e Vinho. Geralmente as pessoas falam que querem voltar, querem fazer de novo. Porque eu vejo que é um local realmente de socialização”, pontua. O acolhimento do local é o que motiva esses momentos, além da programação regular. Quem passa pelas aulas e atividades acaba conversando com quem está ao lado; já quem prefere “ficar na sua”, em silêncio ou com um fone de ouvido, também tem essa vontade respeitada. “Eu ouço muito as pessoas falarem: ‘Se eu passar um tempo sem vir aqui, sinto falta’”, relata Júlia.

Para a proprietária Laís Taguchi, os momentos que o Puxadinho proporciona propõem um “passo” para trás: a ideia é retornar à manualidade e aos materiais e com isso desacelerar e conectar-se com o presente e consigo mesmo. “Eu acredito que a gente vive num mundo muito acelerado. O capitalismo gera essa ansiedade de viver intensamente as coisas, de se jogar para o trabalho, até completamente às vezes. A gente acaba se conectando de uma forma diferente”, resume.



Hábito promove melhorias para a saúde mental e o desenvolvimento de habilidades cognitivas

Interligação entre arte, corpo e mente traz benefícios diversos

A busca por atividades manuais e criativas contrapõe-se a um contexto em que as formas de lazer e aprendizado passaram a acontecer, predominantemente, mediadas pela tecnologia. “Vivemos em um mundo cada vez mais acelerado, com excesso de telas, estímulos, cobranças e preocupações. Nesse contexto, atividades como pintura, desenho, cerâmica, bordado e artesanato podem representar muito mais do que um passatempo, proporcionando momentos de pausa, presença e cuidado consigo”, aponta Apolônia.

Pesquisas recentes têm encontrado resultados nessa direção. A psicóloga evidencia que um estudo publicado na revista *iScience* em 2025 identificou redução da ansiedade após uma atividade de pintura. Embora os autores ressaltem que ainda são necessárias pesquisas mais robustas para compreender melhor a duração desses efeitos, uma revisão sistemática publicada no mesmo ano, analisando intervenções baseadas em ativida-

des manuais, também encontrou resultados positivos em indicadores como ansiedade, estresse, humor, bem-estar, autoestima e autoeficácia.

Outro aspecto importante é a expressão emocional. “Nem tudo o que sentimos consegue ser colocado em palavras. O processo criativo pode oferecer uma outra forma de expressão, ajudando a pessoa a entrar em contato com emoções, experiências e pensamentos que nem sempre consegue verbalizar”, analisa Apolônia Souza.

Ganhos relacionados a diferentes processos cognitivos também podem ser relacionados. Atividades manuais exigem atenção, planejamento, coordenação motora fina, tomada de decisões, percepção e resolução de problemas. “Não significa que fazer artesanato, por si só, aumente a inteligência ou trate algum transtorno, mas essas atividades proporcionam uma experiência que envolve várias funções cognitivas de maneira integrada”, pondera, citando ainda que a sensação de

competência e realização são muito significativas. “Produzir alguma coisa com as próprias mãos permite experimentar concretamente uma sensação de ‘eu consegui’, ‘eu fiz’. Estudos sobre criatividade cotidiana relacionam esse tipo de experiência a emoções positivas, autonomia, competência e maior sensação de bem-estar”, explica.

A dimensão sensorial também merece atenção: o contato com texturas, cores, movimentos e materiais é capaz de aproximar do corpo e do momento presente. Conforme descreve Apolônia, trata-se de uma experiência diferente daquela que tem-se passando horas diante de uma tela, e consumindo informações, sem necessariamente produzir algo. “O benefício não está apenas no resultado final, mas principalmente no que acontece com a pessoa enquanto ela cria. Ela desacelera, sustenta a atenção, experimenta, erra, corrige, faz escolhas e percebe que é capaz de transformar uma ideia em algo concreto”, avalia.

Os designers da editora tiveram a missão de criar identidade visual própria para cada um dos lançamentos

Foto: Roberto Guedes



LITERATURA

Páginas saindo do forno

Editora A União prepara, para a 3ª FliParaíba, o lançamento de 34 livros oriundos da Política Nacional Aldir Blanc

Renata Escarião
Especial para A União

Após meses de trabalho na editoração de 34 livros provenientes de edital para a seleção, premiação e publicação de obras literárias organizado pela Secretaria de Estado da Cultura (Secult-PB), a Editora A União, da Empresa Paraibana de Comunicação (EPC), parceira da ação, anunciou a entrega das obras aos autores para 29 de outubro e o lançamento na FliParaíba, em novembro.

Foram editados 34 livros, sendo duas coletâneas, o que totaliza 42 autores de 23 municípios, nos gêneros romance, conto, cordel, crônica, poesia, infantojuvenil e ensaio. E duas coletâneas de cordel, compostas por 10 autores, com tiragem de 300 exemplares cada uma, sendo 30 a cota para cada autor, além de bolsa de premiação de R\$ 1 mil. Os 32 livros individuais também terão tiragem de 300 exemplares cada, e cota de 150 exemplares por autor, além de bolsa premiação de R\$ 2 mil.

O edital, cujo resultado foi conhecido em novembro do ano passado, prevê um investimento total de R\$ 500 mil, e é fundamentado na Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), com ênfase em revelar e reconhecer talentos, além de estimular a criação e a divulgação de obras dos autores da Paraíba.

Processo de editoração

Para que todos os livros impressos cheguem às mãos dos autores e leitores, precisam passar por um criterioso processo de editoração, normalização, *design* de capa, diagramação e impressão. Todas as etapas, conforme previsto no edital, foram realizadas pela Editora e Gráfica A União.

Segundo Alexandre Macedo, gerente-executivo da editora, a missão foi desafiadora diante da quantidade de livros e do tempo estabelecido para a entrega, mas está sendo cumprida com satisfação: “Tivemos que conciliar com

as demandas naturais da editora, que são os livros contratados pelos autores e as nossas próprias publicações. E como temos uma equipe já formada e o suporte do setor de Artes, com ilustradores e *designers*, estamos conseguindo concluir com sucesso, o que nos deixa felizes, porque mostra que a editora vai ampliando a cada ano a sua produção”.

De acordo com Macedo, de 2019 para cá, com estas obras do edital, 2026 vai ser o ano no qual a editora finalizará com o maior número de publicações anual, o que é muito relevante para o fomento da literatura paraibana.

As capas foram desenvolvidas pelo *designer* Lênin Braz, as ilustrações foram de Matheus da Fonseca, e diagramação de Abadias de Carvalho e Márcio Acioli. A revisão foi de Luiz Gustavo de Sá Bezerra.

Lênin Braz afirmou que fazer a direção de criação e as ilustrações das capas desse projeto foi uma

das experiências mais complexas e desafiadoras que ele já teve, pelo volume da demanda e diversidade das obras. “Estamos falando de gêneros literários distintos, com características, linguagens e universos próprios. Precisávamos respeitar a individualidade de cada autor e de cada obra sem perder de vista que todos aqueles livros faziam parte de um mesmo projeto. A grande questão da direção de arte, portanto, foi encontrar esse equilíbrio entre diversidade e unidade”, afirma.

No caso das duas coletâneas de cordel, Braz disse que exigiu não apenas pensar as capas, mas também desenvolver uma ilustração específica para cada história presente nesses livros. Também criaram um selo próprio para o projeto, que fica na capa e identifica o gênero literário de cada publicação. “Além disso, estabelecemos como diretriz que nenhuma das capas utilizaria fotografia. A escolha pela ilustração permitiu cons-

truir uma linguagem mais autoral e valorizar o trabalho artístico como elemento central da coleção”, disse Lênin.

Os premiados

No edital foram adotados critérios diferenciados de pontuação para propostas de mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas idosas, pessoas em situação de rua ou membro de povos e comunidades tradicionais, assim como cotas para regionais, com vagas definidas para cada Regional de Cultura de modo a contemplar todo o estado.

Foram premiados autores das cidades de João Pessoa, Pombal, Campina Grande, Bananeiras, Uiraúna, Campina Grande, Itabaiana, Malta, Solânea, Monteiro, Catolé do Rocha, Santa Luzia, Bayeux, Picuí, Nazarezinho, Pilar, São João do Rio do Peixe, Sousa, Patos, São Vicente do Seridó, Areia, São Miguel de Taipu e Itaporanga.

OS LIVROS

■ **12 fatos em foco**, de Maria Eliete da Costa (romance)
■ **A arte de ser céu**, de Djanira Meneses da Silva (poesia)
■ **Abriu-se um rio no meu peito**, de Louise Duarte de Miranda Pereira (poesia)
■ **As cores de setembro**, de Felipe Rocha (não ficção)
■ **Berilau: o menino que contava histórias em verso**, de Junior Fernandes (infantojuvenil)
■ **Bica dos milagres**, de Paulo Henrique da Silva (romance)
■ **Confissões cotidianas de um assum preto**, de Tony dos Santos (poesia)
■ **Do admirável exercício da rotina**, de Carlos Pereira de Almeida (poesia)

■ **Eu, a casa e o bem-te-vi**, de Ângelo Rafael Bezerra de Farias (poesia)
■ **Ignez é morta: uma escritora que o brasil enterrou**, de Tiago Germano (não ficção)
■ **Malaika**, de Erika Trindade (romance)
■ **Me identifico: as vozes invisíveis por trás do uso de drogas**, de Viviane dos Santos Araújo (não ficção)
■ **Metade de mim é quase dor**, de Nilson de Sousa Rutizatz (poesia)
■ **Na encruzilhada corpo-estrutura**, de Alice Cavalcante de Andrade (ensaio)
■ **O imperador e o rio**, de Lucimário Augusto da Silva (romance)
■ **O século 2 de Keynes**, de Alberto Lacet (ensaio)

■ **Rio vermelho**, de Tays Melo (poesia)
■ **As mãos que sabem o caminho**, de Diego Trindade (crônicas)
■ **Pororoca**, de Ana Patrícia Amorim (poesia)
■ **Escalabrião**, de Rafael Medeiros (contos)
■ **Abram as janelas: o vendedor de crônicas**, de Carlos Alves (crônicas)
■ **Aracati: memórias ao vento**, de Maria Aparecida de Sousa Cardoso (poesia)
■ **Nascidos para perder**, de Thyago Correia (poesia)
■ **Geografia do corpo**, de Cibele Laurentino (contos)
■ **O livro que perdeu a capa**, de Jordânia Pereira; ilustrações de Radan Rocha (infantojuvenil)

■ **A formiga que comia letras**, de Jeovana P.; ilustrações de Vanessa Andrade (infantojuvenil)
■ **O presépio da rua**, de Flávio Monteiro (poesia)
■ **Teodósio**, de Tarcísio Pereira (romance)
■ **O cristo de quatro pregos**, de Caio Beltrão (romance)
■ **Certidão de transe**, de Fabiano Ia (poesia)
■ **Vice-versa**, de Marineuma de Oliveira (poesia)
■ **Uma qualquer Maria; um qualquer José**, de José Francisco de Sousa Neto (crônicas)
■ **Antologia de cordel 1 — Fulô de lajedo**, de Maria Thalita Cardoso Rezende; **O cabo da velha enxada**, de Hiury Évines

de Souza Lucena; **A história de Ormeu e Juliana**, de Luís Eduardo Santos de Oliveira Ramos; **A vida e as cores de Pedro Américo**, de José Casimiro Gomes; **Cordel dos tempos da minha vó**, de Josenildo Maria de Lima
■ **Antologia de cordel 2 — Uma abordagem da história de Bananeiras na pancada do ganzá cordelístico**, de Fábio Mozart; **Minha Paraíba**, de Jéssica Silva; **Vicente e o beijo da fuga**, de Railton Tomaz Fernandes; **As cartas que incendiaram a Paraíba**, de Cláudia Teixeira de Souza Guedes; **Maroquinha, a galinha dos ovos de ouro: a valiosa lição**, de Célia Maria Silva

Artigo

Estevam Dedalus
Sociólogo | estevam_dedalus@yahoo.com.br

Por que existem tantas farmácias no Brasil?

Um fenômeno que tem despertado a curiosidade dos brasileiros é a proliferação de farmácias. Elas estão nos lugares mais movimentados, não param de se multiplicar e até deram origem a uma lenda urbana: a crença de que a lavagem de dinheiro é o que explicaria o surgimento de novas unidades. Há ainda uma brincadeira muito popular entre os brasileiros, que costumam dizer: “Tenho medo de ir dormir e, quando acordar, a minha casa ter se transformando em uma farmácia”.

Anedota à parte, sem entendermos a financeirização da economia brasileira e o papel dos fundos de investimento, pouco saberemos, de fato, como funciona o processo. No atual estágio do capitalismo, a racionalidade financeira passou a ocupar uma posição central na organização da economia das empresas, do Estado e da vida cotidiana. Dito de outra forma: a financeirização é a subordinação das decisões de investimento, produção e consumo à lógica de valorização dos ativos financeiros e da renda financeira. As farmácias não estão imunes a ela.

Um erro comum é tratar a expansão das farmácias apenas como um negócio que está crescendo porque os brasileiros passaram a consumir mais medicamentos. Tal ideia deixa de lado a financeirização e a transformação das cidades em espaço de valorização do capital. Poucos deram-se conta de que no Brasil os imóveis ocupados pelas farmácias passaram a funcionar como ativos imobiliários interessantes para estruturas financeiras. As grandes redes adotam uma estratégia focada naquilo que o mercado chama “*core business*”, isto é, no seu negócio final: o varejo farmacêutico multicanal.

A construção dos prédios comerciais traz consigo um custo bilionário com o qual

as redes não querem arcar. Elas, então, fazem dois movimentos para liberar capital para financiar a expansão de seus investimentos em estoque, tecnologia e novas lojas. O primeiro caminho é vender seus imóveis para fundos de investimentos imobiliários, gerando liquidez e a possibilidade de o dinheiro ser alocado para a criação de novas lojas. Em contrapartida, o grupo farmacêutico assina um contrato de aluguel de longa duração, geralmente de 10 ou 15 anos, com o próprio fundo de investimentos para usar o seu antigo prédio que, por sua vez, remunera mensalmente os investidores com o ganho dos alugueis de seus imóveis ou dos juros de títulos do setor.

É possível também que o fundo de investimentos imobiliários financie toda a infraestrutura do zero. Numa modalidade de negócios conhecida por “*built-to-suit*” (BTS), isto é, “construído para servir”. Funciona mais ou menos assim: o FII compra um terreno considerado ideal (na maioria das vezes em esquinas movimentadas ou comercialmente valorizadas) e constrói a farmácia a partir das exigências de cada empresa. Depois, ele assina um contrato de aluguel de longa duração e com multas altíssimas que tornam a rescisão inviável financeiramente.

De um lado, as redes de farmácias ganham aumentando o faturamento e o lucro. A concentração de mercado também produz vantagens competitivas difíceis de acompanhar pelas pequenas empresas locais, seja pelo maior poder de negociação com fornecedores, seja pela capacidade de operar com margens menores e sustentar estratégias agressivas de expansão. Observe que as redes de farmácia só conseguem abrir novas lojas, em tão grande quantidade, por deixarem de ser proprietárias de parte

dos imóveis que utilizam. A desmobilização do capital é a peça-chave para a expansão das unidades. Essa engenharia permite que a empresa consiga controlar um volume de ativos e criar um grau de receita muito maior do que teria só com recursos próprios. Dando um “pulo do gato”.

Já os FII ganham com um “movimento inverso”. Eles imobilizam o capital em imóveis, em busca de gerar renda de forma mais previsível. As farmácias são ótimas para isso. Elas possuem um dos maiores faturamentos por metro quadrado do varejo e são um tipo de negócio que costuma faturar mesmo em tempos de crise. O aluguel atua como uma renda recorrente e a valorização do imóvel como um ganho patrimonial, que pode ou não se realizar por meio de uma venda futura.

Esse é um fenômeno que produz efeitos negativos que atingem a todos nós. A financeirização dos imóveis altera a dinâmica do mercado de alugueis, contribuindo para elevar o preço do espaço urbano e o custo de vida. Quando uma grande rede de farmácias aceita, por exemplo, pagar um aluguel elevado por muitos anos, esse contrato pode contribuir para elevar a renda imobiliária e as referências de preço naquela região. É importante ressaltar que os FII não investem apenas em redes farmacêuticas. Eles também possuem *shoppings*, redes de *fast-food*, edifícios comerciais, galpões logísticos e diversos outros ativos urbanos.

Dessa forma, parte da riqueza gerada pela atividade econômica realizada nesses espaços é apropriada por investidores que sequer vivem na cidade, conectando diretamente a economia urbana local aos circuitos financeiros nacionais e internacionais.

Kubitschek
Pinheiro
Jornalista | kubipinheiro@yahoo.com.br

A casa de François

Sempre que vou caminhar na praia, passo em frente à casa de François, que é a mais bonita da Avenida Cairu, e se eu tivesse grana compraria, mas não tem placa à venda, mas... do mar se diz terra à vista. Uma casa tem muito de quem a construiu para viver com a família.

De François não resta apenas a fotografia da casa, a sua fotografia, não o visual, a imagem sonora, desde quando nos conhecemos — um filme: com o som do vento nos coqueirais, as ondas sonoras do mar e sua casa na paisagem, que releva o despertar de uma velha amizade.

Não éramos velhos amigos, amizade é uma coisa rara e certamente não contamos nos dedos, mas na memória. Não se pode dizer: sou amigo do doutor, do ministro, ou eu era amigo de François. Não é bem assim.

A primeira vez que o vi, já era madrugada, antes de fugir para minha casa, uma talvez férrea rotina, de um homem velho feito eu que não gosta muito de demorar em festas. Estávamos numa sessão de cinema.

Não, não foi ali a primeira vez: foi quando eu levava o menino Vitor, com quatro anos, para tomar banho de mar na Praia do Cabo Branco — aí, veio falar comigo aquele cidadão, dizendo que me admirava e que lia meus textos. Essa cena sempre me deixa encabulado e feliz até hoje.

Os filmes contam muitas histórias, filmes que falam da vida da gente e tendem a representações, tristezas e toques sensacionais. É o caso de François, com seu discurso inquietante e silencioso, cuja emoção e conhecimento permitiam que eu logo percebesse que se tratava de um homem inteligente.

Naquele dia em que seria a noite de fim de ano 2003, François veio e falou de uma inspiração, sobre meu trabalho como jornalista e convidou-me para dar uma passada na casa dele, à noite em que acordaríamos no ano de 2004.

Claro que não fui, nem sabia onde ele morava, apesar dele ter me acompanhado até a Avenida Cairu e apontar para sua casa: “É ali, senhor K,” Isso dele dizer ali e apontar com o dedo, eu pude dizer: nós moramos na última rua, a Paulino Pinto, que esbarra na Avenida Beira Rio. Ele disse: “Eu sei onde você mora”.

Não assim como o maestro Karajan, regendo a *Sinfonia nº9* de Beethoven, François ficou na minha cabeça, um homem simples na linha de frente, conquistando-me para ir em sua casa. Ser chamado para ir à casa de alguém é uma coisa muito íntima, não é coisa de cinema.

Nossa amizade cresceu, até que ele trouxe para mim a edição atualizada do livro *Verdade tropical*, de Caetano Veloso, e que eu me lembre não lhe dei nenhum livro, nenhuma garrafa de vinho ou uísque.

Já era quase cinco horas da manhã, quando fotografei a casa de François, e decerto ele que era um engenheiro ritmado, construiu tijolo com tijolo, onde ele pudesse ver o mar do primeiro andar, como se dali ele visse o Corcovado.

Por estar sempre interessado em não esquecer de lembrar, voltei para casa, na quinta-feira (10) passada, vinha de uma exposição e olhei pelo retrovisor do carro mais uma vez outra vez, a casa de François.

Fui poucas vezes ali, naquele espaço de vivência dionisiaca de uma família formada por François e Heloisa — a última cena, me demorei pouco, ele aparentemente vivo e quase morto, com um câncer no pâncreas.

Amigo é memória, é alma!

Kapetadas

- 1 – Quase tudo se espatifa, menos os patifes.
- 2 – Não discuta com o destino. Ele pode nem ser o seu.

Estética e Existência

Klebber Maux Dias
Filósofo e físico | klebmaux@gmail.com

Regionalismo na música erudita

O regionalismo na música erudita constitui uma manifestação estética por meio da qual os compositores incorporam elementos das tradições culturais de determinadas regiões, como melodias folclóricas, ritmos populares, danças, lendas, instrumentos tradicionais, modos de organização sonora e particularidades linguísticas. Tudo isso representa uma reelaboração artística da memória coletiva, mediante o qual materiais provenientes da cultura popular são transfigurados pela linguagem da música de concerto. Esse fenômeno adquiriu relevância durante a segunda metade do século 19, em relação com a emergência dos nacionalismos europeus e com a consolidação das identidades nacionais. Em um fenômeno marcado pela afirmação dos estados-nação, compositores de diferentes países passaram a questionar a predominância dos modelos musicais associados às grandes tradições germânica e italiana.

Assim, a música tornou-se também um instrumento de afirmação cultural, na qual os povos expressassem suas singularidades históricas e simbólicas por meio da criação artística. Entre as características associadas ao regionalismo encontram-se o emprego de síncopas, ritmos populares, compassos compostos e estruturas métricas assimétricas, além da utilização de escalas pentatônicas, modais e outras formações melódicas vinculadas às tradições locais. Em determinadas culturas, aparecem escalas ciganas ou estruturas modais específicas. No Nordeste brasileiro, a orquestração expõe a sonoridade de instrumentos como a viola caipira, o pífano, a rabeca, a sanfona e os tambores populares.

No Brasil, o regionalismo articula a tradição musical europeia às matrizes indígenas, africanas e populares, contribuindo decisivamente para a construção de uma concepção de identidade musical brasileira. Diversos compositores e pesquisadores dedicaram-se à coleta e à sistematização de manifestações musicais encontradas em diferentes regiões do país. Modinhas, lundus, maxi-

Foto: Arquivo A União



Siqueira: elementos populares no concerto

xes, maracatus, choros, cantigas, danças e temas de tradição oral constroem obras sinfônicas, camerísticas e pianísticas. Nesse processo, destaca-se Heitor Villa-Lobos (1887-1959). As suas *Bachianas brasileiras* e os *Choros* estabeleceu a fusão entre a tradição europeia — especialmente a herança contrapontística de Johann Sebastian Bach (1685-1750) — e temas da cultura musical brasileira. Sua produção incorpora as manifestações populares, as paisagens sonoras e a diferentes matrizes culturais do país. Alberto Nepomuceno (1864-1920) contribuía para a valorização da linguagem de concerto de ritmos de várias culturas e práticas musicais nacionais. Camargo Guarnieri (1907-1993) incorporava a musicalidade caipira e nordestina, sem abandonar a elaboração formal característica da música de concerto.

No Nordeste brasileiro, o Movimento Armorial foi um projeto estético voltado à valorização das suas ancestralidades culturais, que unia a literatura de cordel, romanceiro popular, xilogravura, teatro e música, e valorizava instrumentos e práticas como a rabeca e as bandas de pífanos. Entre os músicos associados a essa perspectiva encontra-se José de Lima Siqueira (1907-1985), César Guerra-Peixe (1914-1993), Clóvis Pereira dos Santos (1932-2024), Cussy de Almeida (1936-2010), José Ursicino da Silva (1935). Eles contribuíram para a transposição de elementos populares para a linguagem de concerto.

No cenário internacional, o regionalismo manifesta-se de diferentes maneiras. Na Rússia, Modest Petróvitch Mússorgsky (1839-1881) e Nikolai Andréievitch Rimski-Korsakov (1844-1908) priorizavam suas composições sobre a história da Rússia medieval, aos contos populares e religiosos. Na Hungria, Béla Viktor János Bartók (1881-1945) e Zoltán Kodály (1882-1967) realizaram pesquisas sobre a música camponesa, na qual incorporavam nas suas composições os ritmos assimétricos e estruturas melódicas de origem popular. Na Espanha, Manuel de Falla (1876-194) e Isaac Albéniz (1860-1909) introduziam temas do flamenco, das tradições andaluzas e das danças ibéricas. Na República Tcheca, Antonín Leopold Dvořák (1841-1904) e Bedřich Smetana (1824-1884) utilizaram ritmos, danças e referências culturais da Boêmia. Desse modo, o regionalismo musical deve ser compreendido como uma complexa operação de transfiguração estética do território cultural.

Sinta-se convidado para a audição do 585º Domingo Sinfônico, que ocorrerá neste dia 20, das 22h à meia-noite. Para quem está em João Pessoa (PB), a sintonia é pela FM 105,5 ou pelo aplicativo da Rádio Tabajara <https://radiotabajara.pb.gov.br/radio-ao-vivo/radio-fm>. Durante o programa, comentarei obras que expressam o regionalismo na música erudita.

Foto: Arquivo pessoal



“A casa de François, que é a mais bonita da Avenida Cairu”

Colunista colaborador

Coisas de Cinema

Alex Santos

Cineasta e professor | alexjpb@yahoo.com.br

Imbróglio político marca o filme Dark horse

Saindo um pouco do memorialismo sobre as nossas “coisas de cinema”, habitual abordagem desta coluna, hoje veremos o cinema sob outro ângulo: o *imbróglio* político e assustador do momento. Diria até deplorável, para não rotulá-lo de coisa mais grave, o que está acontecendo nos meios político-partidários do país.

Pois é, o cinema agora é a bola da vez também na política, sob interesses escusos e tendente a mascarar rios de dinheiro. Fato que vem envolvendo até os poderes públicos, sob as atenções do STF e da Polícia Federal, que têm se mostrado muito vigilantes sobre tais desmandos.

A mídia, sobretudo eletrônica, tem alardeado aos quatro ventos o curso das investigações, elencando algumas figuras dessa trama escabrosa para a realização do tal filme *Dark horse*, tendo como personagem central um ex-presidente da República do Brasil. Na produção, um nome feminino de peso, mas logo abortado pelas investigações. Como também do deputado federal Mário Frias (PL-SP), fazendo o papel de produtor-executivo e roteirista, além de articulador dos repasses das verbas para o filme no Congresso Nacional. E tudo estaria também agregado aos escândalos envolvendo o Banco Master, de Daniel Vercaro, enquanto o deputado Frias atuava na Secretaria da Cultura como integrante no ex-governo Bolsonaro.



Foto: Reprodução

Cena do inédito Dark horse, cujo financiamento por Daniel Vercaro está sob investigação

Segundo noticiou a imprensa, *Dark Horse* é um filme norte-americano, drama biográfico de 2026 dirigido por Cyrus Nowrasteh, que recebera alguns repasses de mais de 60 milhões, de um valor acordado de 134 milhões de reais. Pelo que se sabe, valores bastante altos para o orçamento de qualquer produção cinematográfica brasileira. E, conforme as investigações da Polícia Federal, os recursos do banqueiro dono do Banco Master eram direcionados para as empresas subcontratadas de forma irregular, sem comprovação da efetiva prestação dos serviços contratados.

Mas o que nos importa nesse escândalo todo é o envolvimento da figura de Mário Frias, antes ligada ao cinema, teatro e televisão. No cinema, teve leve passagem, que me lembre, interpretando um surfista no documentário curta-metragem *Mater dei*, em 2004, ironizando o “catolicismo exacerbado”. Mas foi na TV que Frias teve sua maior participação. Das ficções na Rede Globo, ele partiu para a realidade política do Congresso Nacional e, como deputado, se deu muito mal, aplicando o seu “ficcionalismo” quando deveria ser sobre a realidade das coisas do interesse público e social. — Para mais *Coisas de Cinema* acesse nosso blog www.alex santos.com.br



APC: acervo já disponível no Nudoc/UFPB

O presidente da Academia Paraibana de Cinema, prof. João de Lima Gomes, representando o Núcleo de Documentação Cinematográfica (Nudoc) da UFPB, informa que os acervos do núcleo já podem ser acessados de forma gratuita pelo link <https://vimeo.com/user246264145>.

São mais de 80 obras em super-8 digitalizadas no projeto do confrade Fernando Trevas, da APC, e de Lara Amorim, do curso de Antropologia da UFPB. A partir de agora, os títulos ficarão em repositório climatizado no prédio da Reitoria da entidade, na sala 11 do prédio administrativo.

MÚSICA

Festival Alumiô tem *shows* em quatro locais

Esmejoano Lincol
esmejoanolincol@hotmail.com

Hoje, no Festival Alumiô, as bandas Seu Pereira e Coletivo 401, Headspawne Nervosa e a cantora Nina Maia são as atrações da noite no palco Alumiô + BNB, no Centro Histórico de João Pessoa. Enquanto isso, na Vila do Porto (Varadouro), será a vez de LauCapym, Glysmo e Batalha da BR, Passageiro 22 e HajemKunk. No Mofado Bar (Varadouro), Sustain e DJ Ozzy animam a noite. Por fim, no Palco 220, no largo da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves (Varadouro), Acarajow, Kamet, Manami, Beautrois, Anelles e Adrieli completam a festa. Todos os *shows* acontecem gratuita e simultaneamente a partir das 19h.

Para quem quiser uma “canja”, o festival estende um pouco mais a sua grade com a Resaca do Alumiô — amanhã, às 19h, na Vila do Porto. Nesse dia extra em relação à programação oficial, o Sanhauá Samba Clube e as Suraras encerram o quinto ano do evento, produzido com o apoio do Banco do Nordeste Cultural. Trazendo can-

ções autorais — algumas delas, compõem o seu primeiro *EP*, *Más línguas* — LauCapym adianta que o repertório da sua apresentação também contará com *covers* e a presença de outras artistas, com quem dividirá o palco. Dentre elas, Gabi Hardman e A Fúria Negra — com quem faz dueto na faixa homônima.

Sobre a repercussão e o êxito de *Más línguas*, que também dá nome ao seu *show*, cercado de elementos místicos, Lau assinala que o *feedback* tem sido positivo, mas que, para além dessa conexão com o público, esse projeto é, para ela, uma verdadeira realização, a materialização de seu

ofício nas artes. “Para fazer a divulgação, não me limitei às redes. Eu fiz um tarô personalizado e levo em todo o evento que vou. Nos eventos que eu sou convidada, faço uma tiragem e as cartinhas vêm com uma mensagem. É bem um oráculo mesmo, uma forma de conhecer pessoas assim, de trazer essas pessoas para esse universo ali”, explica.

Mirando o futuro, mas sem revelar todos os seus segredos, Lau antecipa que pretende lançar, em breve, mais um *EP* autoral, com as participações de outros artistas paraibanos e de outros estados do Nordeste. Enquanto essa nova empreitada não vem à tona, ela

continua estudando formas criativas de divulgar o seu trabalho. “A maioria de nós, cantores e compositores, tem um pouco de material ali na manga, para ser lançado. Mas, no momento eu estou focada em montar um *show* bem interessante, que conte muito a minha história como artista. E acho que ainda tenho muito o que trabalhar nessas faixas que eu já tenho”, crava.

LauCapym já esteve no festival em outras ocasiões, tanto na plateia quanto em cima do palco — uma delas, na primeira edição, em 2022, ocasião em que fez uma participação especial no *show* da Funkeria. A artista assevera, ainda, as atividades correlatas de formação, no evento, e resistência deste, há quatro anos.

“Fiquei muito feliz com o convite de Ramon [Suarez, o idealizador] as minhas músicas que já estão sendo movimentadas aí nas redes sociais, porque eles fizeram *playlists* não somente para os artistas, mas para quem trabalha com essas mídias e com montagem de palco. É um bom movimento de consolidação da cultura”, conclui.



Foto: Natália di Lorenzo/Divulgação

Letra Lúdica

Hildeberto Barbosa Filho

Escritor e professor | hildebertopoesia@gmail.com

Feira de Oitizeiro

Chip da Tim já com carga, de valores variados; pacote com cinco pares de meia por 10 reais; cuecas a granel, meia dúzia só paga oito pilas. Barbeador portátil, macio como pele de ovelha, e frascinhos de alfazema que podem servir de presente aos amores secretos. A vida é melhor se for mais simples.

E esse canário da terra, Apolinário, tá pedindo quanto por ele? — Cem reais, mas bote preço, poeta. Tu quer com a canária ou solteiro? Vendo do jeito que tu quiser. Se for casado, peço cento e oitenta. A canária é estrela, dá fogo ao macho e faz ele cantar mais encantado e tinindo. Fique à vontade, poeta. Só porque é pra tu, fecho o casal em 150. Vivo disso. Mato a fome de três bruguelos com a venda de passarinho. Tô com um azulão que vale ouro, dois galos-de-campina inegociáveis, um coleirinha-doce e delicado que não troco nem por beijo de mulher bonita.

Aqui tem de tudo, freguês: faca de ponta, anel de aço, cadeado colorido, dedal de porcelana, agulha mágica, canivete do faraó, tabuleiro de damas, boneca de pano, baladeira, pião, carrinho de plástico, volta de prata, brinco de leite, alfinete, sândalo, talismã, pentes, punhais e tudo que aquece o gosto da beleza em miniatura. Tudo que é pequeno toca o apetite da gente. Uma uvinha gelada e um sinalzinho perdido na pele de quem se ama.

Agora é quatro reais uma pela outra, grita o verdureiro conhecido por Ciço. Diz ele que o nome foi para homenagear seu santo de devoção, o Padim do Juazeiro. Tomate, batatinha, cenoura, beterraba, cebola, chuchu e pimentão, tudo aqui é do melhor e mais barato. Esse jerimum, poeta, tem gosto de mel e essa fava verde bota o coração para amolecer com seu sabor de ventura. — Aqui, moça enamorada leva de graça!

— Me compre um corta-unha — pede uma velhinha, cuja magreza me dói no peito. — Não vendi nada hoje — ela fala com voz cansada e sumida. Passe três, comadre, digo, e seus olhinhos brilham de uma alegria tão fina que não cabe na descrição da letra. Os velhos são entidades sublimes e merecem nosso amor.

— Esse bacurim está com 20 kg, vendo e troco. Não quero voltar para casa com ele. Troco por qualquer coisa que tenha alguma utilidade. Bujão de gás, bicicleta, máquina de lavar, fogão elétrico, panela de pressão, *canabis sativa*, uísque irlandês, cocaína da Colômbia, caixinhas de viagem, tadalaflila, rivotril e outros duendes que misturam a água do bem com o perfume do mal. A bem da verdade, não dá para viver nos limites da gramática! A vida pede o arpejo da língua!

Eita! Domingo calorento. Ainda bem que tem a barraca de Mary, com cerveja gelada ou Rainha legítima, diante de um prato de galinha guisada, com cuscuz e macaxeira, para distrair o estômago e aprimorar os olhos, contemplando o milagre da mais carnal e consistente antropologia.

Faz mais de 40 anos que frequento essa feira incomparável, e cada vez mais percebo que sabemos muito pouco. Não subestimo ninguém. Andando por ali, entrando num beco e saindo noutro, compro uma gaiola, um quilo de carne de charque, ou bebo uma lapada para espalhar o sangue, e vejo e ouço as coisas da vida. Da vida como ela é, para lembrar do “anjo pornografico”, o grande cronista Nelson Rodrigues.



Foto: Ortilo Antonio/Arquivo A União

“Faz mais de 40 anos que frequento essa feira incomparável”

Colunista colaborador

ESPETÁCULO

Peça conta histórias do Velho Chico

Gran Circo Opará combina teatro e palhaçaria em apresentação na Usina Cultural Energisa, hoje

Daniel Abath
abathjornalista@gmail.com

Histórias, lendas e personagens que habitam às margens do Rio São Francisco são levados ao palco em uma combinação de teatro, circo e palhaçaria no espetáculo *Gran Circo Opará*. Com 15 anos de trajetória, a montagem inicia agora uma nova etapa de circulação, dessa vez tendo a Paraíba como ponto de partida. Em João Pessoa, o espetáculo acontece hoje, às 16h, na Usina Cultural Energisa, em Tambiá, e também no próximo sábado (26), às 10h, na Escola Viva Olho do Tempo, em Gramame. A entrada é gratuita.

À frente da companhia Circo do Asfalto, Fran Marinho afirma que a trupe realiza temporadas na região desde 2011. A artista oriunda do Paraná formou família com o malabarista Douglas, nascido no ABC Paulista (SP), e desde então passou a viajar pelo Brasil e por países da

América Latina em um *motorhome* durante anos. Em 2020, depois de uma longa viagem que percorreu 10 países, o casal conheceu a Paraíba e decidiu estabelecer residência no município de Conde, onde vive há quase quatro anos.

A escolha do estado também está relacionada à própria pesquisa artística desenvolvida pela companhia. Fran explica: “Nós somos uma companhia de circo de rua; somos artistas, pesquisadores da rua e trabalhadores também. E não tem lugar mais incrível de fazer e de estudar a arte de rua do que o Nordeste”.

Foi justamente durante as passagens por cidades no entorno do Rio São Francisco que surgiu a pesquisa para o espetáculo — a companhia percorreu seis vezes o trajeto do rio, desde a nascente até a foz, encontrando mestres da cultura, artistas e moradores das comunidades ribeirinhas.

“Hoje a gente conhece ele por Rio São Francisco, mas antes de tudo ele era conhecido como Rio Opará”, pontua Fran acerca do primeiro nome proposto pelos povos indígenas do Nordeste para o Velho Chico. A partir das narrativas recolhidas durante as viagens, os artistas construíram uma dramaturgia que

reúne contos e lendas associados ao imaginário das comunidades que vivem às margens do curso d’água. “E, aí, transformamos em teatro e circo, utilizando a linguagem da palhaçaria, da comicidade, para poder trazer essas histórias que margeiam o rio São Francisco”.

No palco, três artistas interagem com mais de 20 bonecos, utilizando diferentes técnicas circenses e recursos teatrais. Fran interpreta a palhaça Francisquinha, Douglas atua como o malabarista Joe e Alice Dias é responsável pela manipulação dos bonecos. A montagem explora, ainda, a transformação dos próprios artistas em personagens e seres encantados presentes nas histórias. Uma das narrativas, por exemplo, apresenta a mulher de sete metros, figura associada a assombrações às margens do grande rio. O espetáculo utiliza um boneco para representar

a personagem, mas também permite que a própria atriz se transforme na criatura durante a cena.

A circulação que começa na Paraíba seguirá depois para o Maranhão e Minas Gerais, acompanhando diferentes regiões ribeirinhas. Para Fran, o projeto representa uma realização aguardada há anos: “Estamos emocionadíssimos. Era o sonho da nossa vida que esse espetáculo pudesse se encontrar com as pessoas [de quem] a gente ouviu as histórias. A gente tem muito amor por esse rio e respeito, e muito amor pela história que é contada também”.

ONDE:

■ USINA CULTURAL ENERGISA (R. João Bernardo de Albuquerque, nº 243, Tambiá, João Pessoa).

A companhia percorreu, por seis meses, cidades no trajeto do Rio São Francisco na pesquisa para a produção

Em Cartaz

Cinema

Programação de 17 a 23 de setembro, nos cinemas de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Guarabira e Remígio.

* Até o fechamento desta edição, o Cine Vieira, em São Bento, não havia divulgado sua programação.

ESTREIAS

ANTÁRTIDA. Brasil, 2026. Dir.: Bruno Safadi. Elenco: Marina Ruy Barbosa, Leandra Leal, Andréa Beltrão, Lázaro Ramos, Antônio Vulliamy, Gero Camilo. Policial/ aventura. Equipe de pesquisa se prepara para um inverno isolado na Antártida, mas um crime misterioso transforma a convivência no local. 1h33. 16 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: sala 3: dom.: 16h20, 18h45, 21h10; seg. a qua.: 14h, 16h20, 18h45, 21h10. **Campina Grande**: CINESERCLA PARTAGE: sala 5: dub.: 18h20.

GATOS NO MUSEU 2 – TESOUROS DO EGITO (*Koty Ermitazha 2 – Tayna Egiptetskogo Zala*). Rússia, 2026. Dir.: Vasilii Rovenskiy. Comédia/ animação. Gatos e rato correm ao Egito tentando encontrar antes um gênio que concede um desejo a cada mil anos. 1h30. 6 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: sala 1: dub.: 14h30, 16h40. CINÉPOLIS MANGABEIRA: sala 2: dub.: 13h15, 15h40. **Patos**: CINE GUEDES: sala 1: dub.: 15h10, 17h. **PATOS MULTIPLEX**: sala 1: dub.: 15h. **Guarabira**: CINEMAXXI CIDADE LUZ: sala 1: dub.: seg. a qua.: 15h; sala 3: dom.: 14h30, 16h30; seg. a qua.: 16h30.

MASHA E OS URSOS (*Masha i Medvedi*). Rússia, 2025. Dir.: Antonina Ruzhe. Elenco: Vitaliya Kormienko, Lyudmila Artemeva. Aventura/ comédia. Para livrar o irmão de uma maldição na floresta, garota se une aos três ursos da fábula. 1h19. Livre.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: sala 2: dub.: dom.: 14h10. CINESERCLA TAMBIA: sala 3: dub.: 15h. **Campina Grande**: CINESERCLA PARTAGE: sala 5: dub.: 16h40.

MORTE E VIDA MADALENA. Brasil, 2026. Dir.: Guto Parente. Elenco: Noá Bonoba, Tavi-nho Teixeira. Comédia/ drama. Produtora de cinema enfrenta vários problemas pessoais enquanto tenta manter seu filme de pé. 1h25. 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: qua.: 16h50.

NO LIMITE DA JUSTIÇA (*By Any Means*). EUA, 2026. Dir.: Elegance Bratton. Elenco: Yahya Abdul-Mateen II, Mark Wahlberg. Policial. Em 1966, agente negro do FBI se une a assassino da máfia para investigar assassinatos de líderes do movimento pelos direitos civis. 1h47. 16 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: sala 8: dom.: leg.: 20h50; seg. a qua.: dub.: 15h30; leg.: 20h50.

PROCURANDO EMILY (*Finding Emily*). Reino Unido/ EUA, 2026. Dir.: Alicia MacDon-ald. Elenco: Spike Fearn, Angourie Rice, Minnie Driver. Comédia/ romance. Rapaz tenta encontrar a garota ideal que conheceu numa festa, com a ajuda de uma estudante de psicologia que quer estudar sua obsessão. 1h50. 12 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: sala 8: leg.: dom.: 18h10; seg.: 12h50; ter. e qua.:

12h50, 18h10. **Campina Grande**: CINESERCLA PARTAGE: sala 4: leg.: 21h.

RESIDENT EVIL (*Resident Evil*). Alemanha/ EUA, 2026. Dir.: Zach Cregger. Elenco: Austin Abrams, Paul Walter Hauser. Terror/ ficção científica. Ao entregar pacote em hospital, mensageiro se vê no meio de um ataque de criaturas mutantes. 1h30. 18 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: sala 3 (*Atmos*): dub.: 15h, 17h15, 19h20; leg.: 21h30. CINÉPOLIS MANAÍRA: sala 2: dub.: 19h20, 21h40; sala 9: dub.: 14h45, 17h, 19h15, 21h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA: sala 1: dub.: 14h45, 17h, 19h15, 21h30. CINESERCLA TAMBIA: sala 6 (*laser*): dub.: 15h, 16h55, 18h50, 20h45. **Campina Grande**: CINESERCLA PARTAGE: sala 2 (*laser*): dub.: 15h, 16h55, 18h50, 20h45; sala 4: leg.: 18h50. **Patos**: CINE GUEDES: sala 3: dub.: 16h50, 18h50, 20h40. **PATOS MULTIPLEX**: sala 4: dub.: 17h10, 19h10, 21h10. **Guarabira**: CINEMAXXI CIDADE LUZ: sala 1: dub.: dom.: 17h20, 19h30, 21h35; seg. a qua.: 19h30, 21h35.

PRÉ-ESTREIA

A ILHA ESQUECIDA (*Forgotten Island*). EUA, 2026. Dir.: Joel Crawford e Januel P. Mercado. Aventura/ animação. Duas amigas vão parar em mundo místico onde podem perder suas memórias. 1h49. 6 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: sala 8: dub.: dom.: 12h50, 15h30; seg. a qua.: 12h50, 15h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA: sala 3: dub.: dom.: 13h. CINESERCLA TAMBIA: sala 2: dub.: dom.: 14h10. **Campina Grande**: CINESERCLA PARTAGE: sala 4: dub.: 14h10. **Patos**: CINE GUEDES: sala 3: dub.: dom.: 14h50. **PATOS MULTIPLEX**: sala 1: dub.: dom.: 17h20. **Guarabira**: CINEMAXXI CIDADE LUZ: sala 1: dub.: dom.: 14h50. **Remígio**: CINE RT: dub.: dom.: 16h15.

REAPRESENTAÇÃO

AKIRA (*Akira*). Japão, 1988. Dir.: Katsuhiro Otomo. Ficção científica/ animação. Numa Tóquio futurista, adolescente motoqueiro é transformado em ameaça psíquica por projeto militar. 2h04. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dom.: 17h; ter.: 18h.

ESPECIAL

O GRANDE CIRCO MÍSTICO. Brasil/ Portugal/ França, 2018. Dir.: Carlos Diegues. Elenco: Vincent Cassel, Mariana Ximenes, Antônio Fagundes, Bruna Linzmeyer, Jesuítia Barbosa. Drama. Um século na vida de uma família austríaca dona de um circo. 1h45. 16 anos.

João Pessoa: ESPAÇO CINEMA PASSEIO: dom.: 16h.

NCT 127 5TH – TOUR NEO CITY: SEOUL – THE REDLINE (*NCT 127 5th tour – neo city: Seoul – the redline*). Coreia do Sul, 2026. Dir.: Doyeon Kim, Kyung-Chan Kim e Soyoung Park. Documentário/ show. Exibição ao vivo do show do grupo de k-pop. 4h15. Classificação não informada.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: sala 5: leg.: dom.: 18h.

CONTINUAÇÃO

CÓDIGO: VINGANÇA (*Mutiny*). Reino Unido/ EUA, 2026. Dir.: Jean-François Richet. Elenco:

Jason Statham, Chaneil Kular. Policial. Em busca de vingança, ex-policial invade barco para desbaratar operação de tráfico humano. 1h35. 16 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: sala 1: dub.: 19h, 21h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA: sala 2: dub.: 20h45. CINESERCLA TAMBIA: sala 2: dub.: 21h. **Campina Grande**: CINESERCLA PARTAGE: sala 5: dub.: 20h20. **Patos**: CINE GUEDES: sala 2: dub.: 18h45. **Guarabira**: CINEMAXXI CIDADE LUZ: sala 3: dub.: 21h25.

COLEGAS E O HERDEIRO. Brasil, 2026. Dir.: Marcelo Galvão. Elenco: Ariel Goldenberg, Rita Pokk, Rafaela Fontanelli. Comédia/ aventura. Ator com síndrome de Down acredita que é o legítimo herdeiro de um hotel no Uruguai e parte para lá com amigos enfrentando outro pretendente à posse. 1h25. 12 anos.

João Pessoa: CINESERCLA TAMBIA: sala 5 (*laser*): dub.: 14h. **Campina Grande**: CINESERCLA PARTAGE: sala 1: dub.: 14h.

COYOTE VS. ACME (*Coyote vs. Acme*). EUA, 2026. Dir.: Dave Green. Elenco: Will Forte, John Cena, Lana Condor. Comédia/ animação. O Coiote processa a megacorporação Acme pelas seguidas e desastrosas falhas dos equipamentos que ele usa na sua incansável perseguição ao Papa-Léguas. 1h41. Livre.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: sala 3: dub.: dom.: 13h50.

DA MAGIA À SEDUÇÃO: FEITIÇO DE AMOR (*Practical Magic 2*). EUA, 2026. Dir.: Susanne Bier. Elenco: Sandra Bullock, Nicole Kidman, Dianne Wiest. Stockard Channing, Maisie Williams, Joey King. Comédia/ romance. Família de bruxas enfrenta a maldição de não ter amor. 1h50. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: sala 1: dub.: 18h. CINÉPOLIS MANAÍRA: sala 11 (*VIP*): leg.: 15h, 18h, 21h. CINÉPOLIS MANGABEIRA: sala 2: dub.: dom., ter. e qua.: 17h45. CINESERCLA TAMBIA: sala 2: dub.: 18h30. **Campina Grande**: CINESERCLA PARTAGE: sala 4: dub.: 18h30. **Patos**: PATOS MULTIPLEX: sala 1: dub.: seg. a qua.: 17h. **Guarabira**: CINEMAXXI CIDADE LUZ: sala 2: dub.: 21h10. **Remígio**: CINE RT: dub.: seg. e qua.: 18h15; ter.: 16h10.

HOMEM-ARANHA: UM NOVO DIA (*Spi-der-Man: brand new day*). EUA/ Canadá/ Reino Unido/ Alemanha, 2026. Dir.: Destin Daniel Cretton. Elenco: Tom Holland, Zendaya, Sadie Sink, Mark Ruffalo. Aventura. A pressão desencadeia mudanças físicas assustadoras no Homem-Aranha, enquanto enfrenta misteriosa ameaça que domina mentes. 2h25. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: sala 2: dub.: 14h30, 17h30, 20h30. CINÉPOLIS MANAÍRA: sala 4: dub.: 13h30, 16h45, 20h; sala 6: dub.: 13h15, 16h30, 19h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA: sala 5: dub.: 12h30, 15h30, 18h45, 21h45. CINESERCLA TAMBIA: sala 3: dub.: 19h30; sala 4: 17h50, 20h40. **Campina Grande**: CINESERCLA PARTAGE: sala 3: dub.: 16h05, 20h40. **Patos**: PATOS MULTIPLEX: sala 1: dub.: 19h40. **Guarabira**: CINEMAXXI CIDADE LUZ: sala 3: dub.: 18h30.

UMA INFÂNCIA ALEMÃ (*Amrum*). Alemanha, 2025. Dir.: Fatih Akin. Elenco: Jasper Billerback, Laura Tonke. Drama. Na Alemanha, o final iminente da 2ª Guerra atinge um menino e sua família. 1h33. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: leg.: qua.: 15h.

LISTA DE DESEJOS PARA SUPERAGÜL. Brasil, 2026. Dir.: Pedro Giongo. Documentário. Moradores de uma ilha de pescadores falam sobre o que desejam. 1h12. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dom.: 19h10.

A MARAVILHOSA ÁRVORE ENCANTADA (*The Magic Faraway Tree*). Reino Unido/ EUA/ França, 2026. Dir.: Ben Gregor. Elenco: Andrew Garfield, Claire Foy, Judi Dench. Aventura/ infantil. Crianças descobrem uma árvore mágica que as transportam para mundos fantásticos. 1h50. Livre.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: sala 4: dub.: 14h. CINÉPOLIS MANAÍRA: sala 2: dub.: dom.: 16h45; seg. a qua.: 14h10, 16h45. CINESERCLA TAMBIA: sala 2: dub.: 16h20. **Campina Grande**: CINESERCLA PARTAGE: sala 4: dub.: 16h20. **Remígio**: CINE RT: dub.: dom. e ter.: 18h30; seg. e qua.: 16h15.

MINHA MELHOR AMIGA. Brasil, 2026. Dir.: Susana Garcia. Elenco: Ingrid Guimarães, Monica Martelli. Comédia. Amigas resolvem viajar juntas para visitar as filhas no exterior. 2h05. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: sala 4: 16h20, 19h, 21h40. CINÉPOLIS MANAÍRA: sala 5: dom.: 13h; sala 7: 13h10, 16h, 18h50, 21h30; seg. a qua.: 13h, 15h45, 18h30, 21h20; sala 10 (*VIP*): 13h50, 16h45, 19h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA: sala 3: dom.: 15h50, 18h30, 21h15; seg. a qua.: 13h, 15h50, 18h30, 21h15; sala 4: 14h, 16h45, 19h30, 22h. CINESERCLA TAMBIA: sala 5 (*laser*): 15h50, 18h10, 20h30. **Campina Grande**: CINESERCLA PARTAGE: sala 1 (*laser*): 15h50, 18h10, 20h30. **Patos**: PATOS MULTIPLEX: sala 3: 15h25, 18h, 20h35. **Guarabira**: CINEMAXXI CIDADE LUZ: sala 1: seg. a qua.: 17h; sala 2: dom.: 15h15, 18h45; seg. a qua.: 15h15, 18h40. **Remígio**: CINE RT: 14h, 20h30.

MUITO PRAZER. Brasil, 2026. Dir.: Jorge Furtado. Elenco: Daniel de Oliveira, Luiza Arraes, Samantha Jones. Comédia/ romance. Ao colocar um motel abandonado para funcionar, dupla começa a produzir vídeos pornô sem os clientes saberem. 1h38. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: ter.: 16h10.

NOSSO SEGREDO. Brasil, 2026. Dir.: Grace Passô. Elenco: Ju Colombo, Flip, Robert Frank. Drama. Família que vive um luto é abalada por revelação do filho caçula. Melhor filme no Festival de Gramado. 1h48. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dom.: 15h; ter.: 20h20.

A ODISSEIA (*The odyssey*). Reino Unido, EUA, 2026. Dir.: Christopher Nolan. Elenco: Matt Damon, Tom Holland, Anne Hathaway, Robert Pattinson, Lupita Nyong'o, Samantha Morton, Zendaya, Charlize Theron. Aventura. Após a Guerra de Troia, herói grego tenta voltar para casa, enfrentando criaturas míticas, enquanto sua esposa resiste às investidas de pretendentes. 2h52. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: sala 1: leg.: 20h45.

PATRULHA CANINA – UMA AVENTURA DINO (*Paw Patrol – The Dino Movie*). Canadá/ EUA, 2026. Dir.: Cal Brunker. Aventura/ comédia/ animação. A Patrulha Canina descobre uma ilha habitada por dinossauros e tenta defendê-la de uma mineração. 1h28. Livre.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: sala 1: dub.: 13h45. CINÉPOLIS MANAÍRA: sala

8: dub.: seg.: 18h10. CINESERCLA MANGABEIRA: sala 2: dub.: seg.: 18h. CINESERCLA TAMBIA: sala 4: dub.: dom.: 16h. **Campina Grande**: CINESERCLA PARTAGE: sala 3: dom.: 14h20.

TOY STORY 5 (*Toy Story 5*). EUA, 2026. Dir.: Andrew Stanton. Aventura/ comédia/ animação. A chegada de um tablet ameaça brinquedos e as interações sociais da dona deles. 1h42. 6 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: sala 1: dub.: 15h45.

Exposições

ÚLTIMOS DIAS

EXPOSIÇÃO SESC EM ARTES VISUAIS: FOTOGRAFIA. Exposição coletiva com o eixo curatorial “Sesc Gravata: território vivo – fotografia, natureza e sustentabilidade” e obras de Allan Luna, Antônio David, Cacio Murilo, Danielly Inô, Laura Lujan, Juliana Nogueira, Felipe Cabral, Fotossintética, Ninive e Vane-sa Pessoa, com curadoria de Karla Noronha.

João Pessoa: SESC CABO BRANCO (Av. Cabo Branco, nº 2.788, Cabo Branco, João Pessoa). Visitação até 19/9. Entrada franca.

CONTINUAÇÃO

ETERNO MENINO DE ENGENHO. Fotografias raras de José Lins do Rego.

João Pessoa: MUSEU JOSÉ LINS DE REGO (Espaço Cultural, R. Abdias Gomes de Almeida, nº 800, Tambauzinho). Visitação até 30/9. Entrada franca.

EXPOSIÇÃO SESC EM ARTES VISUAIS: PINTURA EM AQUARELA. Exposição coletiva com o eixo curatorial “A vida acontece com o Sesc do litoral ao sertão” e obras de Antônio Cláudio Massa, Danielle Freitas, Jade Carneiro, Jonathan Guedes, Kleber Johnny, Lohanna Oliveira, Laila Alvarenga, Logan, Pedro Cal-lado e Rogéria Gaudencia.

Guarabira: SESC GUARABIRA (R. José Maurício da Costa, nº 148). Entrada franca.

FRANKLEYSON BRASILEIRO. Exposição A interpretação dos sonhos, com 30 telas em óleo sobre tela, além de uma escultura e uma máscara, ambas em papel machê.

João Pessoa: CARAVELA CULTURAL (Av. General Osório, nº 63, Centro). Visitação: quarta (18h à 0h), quinta (19h à 1h), sexta (19h às 2h) e sábado (17h às 3h), até 30/9. Entrada franca.

GINADANTAS. Artista apresenta esculturas em cerâmica.

João Pessoa: CENTRO CULTURAL SÃO FRANCISCO (Ladeira de São Francisco, s/n, Centro). Entrada franca.

PEDRO CALLADO. Exposição *Passa-rada*, com 20 quadros sobre a diversidade aviária do Nordeste brasileiro.

João Pessoa: ESTAÇÃO CABO BRANCO (Av. João Cirillo da Silva, Altiplano Cabo Branco). Visitação: de terça a sexta (9h às 18h); sábado e domingo, (10h às 18h), até setembro. Entrada franca.

CASA LEGISLATIVA

País elege os senadores há 136 anos

Primeiras eleições nasceram com o fim do Império; escolha dos parlamentares já passou por diversos modelos

Guilherme Oliveira
Agência Senado

Em 1890, o Brasil republi-
cano realizou sua primeira
eleição para o Senado. Não
há números oficiais do elei-
torado brasileiro naquele ano.
Sabe-se, porém, que, no início
da República, os votantes re-
presentavam cerca de 2% da
população, que era de pouco
mais de 14 milhões. Com base
nesses dados, estima-se que
cerca de 300 mil brasileiros te-
nham participado da escolha
dos primeiros 63 senadores.

Hoje, 136 anos e 36 elei-
ções depois, o eleitorado é de
158,7 milhões, o país tem 27
unidades da Federação re-
presentadas e o Senado pos-
sui 81 membros. No caminho
até aqui, foram sete Constitui-
ções, diversas regras eleito-
rais e formas de composição,
diferentes arranjos políticos e
transformações sociais.

Em um levantamento iné-
dito, a Agência Senado reuniu
as informações sobre todas as
votações para a Casa na his-
tória da República. Criado
em 1932, o Tribunal Superior
Eleitoral (TSE) unifica as in-
formações sobre as eleições
ordinárias desde 1945. Os
pleitos anteriores a esse ano
e as disputas suplementares
estão documentadas de for-
ma esparsa, mas as informa-
ções podem ser encontradas
em documentos disponíveis
nas bibliotecas do Senado e
da Câmara dos Deputados e
nos tribunais regionais eleito-
rais (TREs).

Primeira República

As primeiras eleições para
o Senado da República ocor-
reram em 15 de setembro de
1890, pouco menos de um ano
depois da proclamação. Os
então 20 estados do Brasil e o
Distrito Federal (que corres-
pondia à cidade do Rio de Ja-
neiro, capital do país), elege-
ram, cada um, três senadores
para compor a Assembleia
Constituinte que inaugurou
o novo regime. A Assembleia
foi instalada em novembro e,
em fevereiro, promulgou a
primeira Constituição repu-
blicana.

Uma das principais mu-
danças foi a forma de repre-
sentação. No Senado do Im-
pério, o número de senadores
de cada província estava re-
lacionado à sua representa-
ção na Câmara dos Deputa-
dos. Com a transformação do
país em uma federação, o Se-
nado passou a assegurar re-
presentação igual para os es-
tados. Cada um tinha direito
a três senadores, indepen-
dentemente de sua popula-
ção. A Câmara dos Deputa-
dos, por sua vez, manteve a
representação proporcional
à população.

A Constituição também
acabou com a vitaliciedade
do cargo de senador, que vi-
gorava durante o Império, e
estabeleceu mandato de nove
anos. A primeira composição
foi uma exceção: em cada es-
tado, o senador constituinte
menos votado teve mandato
de três anos, o segundo mais
votado, de seis, e o mais vo-
tado, de nove anos. A distri-
buição dos mandatos em pe-



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Senado é composto por 81 membros, com mandatos de oito anos; número de eleitos alterna de um a dois por estado em cada pleito

Ditaduras
Legislativo chegou a ser fechado nos anos 1930, após a revolução comandada por Vargas e durante o Estado Novo; na Ditadura Militar, foi criado o senador “biônico”

ríodos diferentes permitiu a
renovação alternada das ca-
deiras. A partir de então, a
cada três anos, uma das três
cadeiras de cada estado seria
renovada. Os mandatos co-
meçaram a contar em 1891.

No Senado da Primeira
República, não havia suplen-
tes de senador. Em caso de re-
núncia ou morte, uma nova
eleição era realizada para es-
colher o substituto, que cum-
priria o restante do mandato
original.

Década de 1930

A Revolução de 1930 inter-
rompeu as atividades do Con-
gresso Nacional e pôs fim aos
mandatos dos parlamentares
em exercício. O Senado foi re-
composto em 1935, depois da
promulgação de uma nova
Constituição. Dessa vez, os
senadores não integraram a

Assembleia Nacional Cons-
tituinte e foram escolhidos
depois da conclusão dos tra-
balhos.

Os senadores foram esco-
lhidos por meio de eleições
indiretas nas assembleias es-
taduais e na Câmara Muni-
cipal do Distrito Federal. O
número de parlamentares na
Casa e a duração dos manda-
tos também mudaram: passa-
ram a ser dois representantes
por estado, com mandato de
oito anos.

As eleições ocorreram nos
primeiros meses de 1935, sem
uma data unificada. Os no-
vos senadores tomaram pos-
se à medida que eram escolhi-
dos. Na primeira composição,
o candidato menos votado em
cada estado recebeu manda-
to de quatro anos, enquan-
to o outro senador ficou com
mandato de oito anos, man-
tendo a renovação alternada
das cadeiras.

A nova configuração, po-
rém, teve vida curta. Em 1937,
o golpe do Estado Novo fe-
chou as portas do Congresso
e encerrou todos os mandatos
novamente. A Constituição
de 1937, que vigorou duran-
te todo o período ditatorial
seguinte, aboliu o Poder Le-
gislativo.

Fim do Estado Novo

O Estado Novo chegou ao
fim em 1945, com a deposição
do presidente Getúlio Vargas
pelos militares e a convoca-
ção de eleições. Em dezem-

bro daquele ano, cada estado
escolheu dois senadores para
a Assembleia Nacional Cons-
tituinte. Uma peculiaridade
da eleição era que um mesmo
candidato podia concorrer a
mais de um cargo e em mais
de um estado. Vargas, por
exemplo, foi eleito deputado
federal em sete estados e se-
nador em dois: Rio Grande do
Sul e São Paulo. Ele escolheu
assumir o mandato de sena-
dor pelo Rio Grande do Sul.

Em setembro de 1946, foi
promulgada uma nova Cons-
tituição. A Carta restabele-
ceu a composição de três se-
nadores por estado, manteve
a duração dos mandatos em
oito anos e introduziu, pela
primeira vez, a figura dos su-
plentes de senador. Em janei-
ro de 1947, foram realizadas
novas eleições para o Sena-
do. A votação serviu para es-
colher o terceiro senador de
cada estado e os suplentes
dos senadores que já haviam
sido eleitos.

Os senadores que partici-
param da Assembleia Cons-
tituinte tiveram mandato as-
segurado até 1955. Já os eleitos
em 1947 tiveram mandato de
quatro anos, de modo a resta-
belecer a renovação alternada
das cadeiras. Em 1950, novas
eleições renovaram as cadei-
ras com mandato mais curto.
Em 1954, foram renovadas as
demais cadeiras, completan-
do o ciclo de alternância que
passou a orientar as eleições
para o Senado.

Regime militar

O regime instaurado pelo
golpe militar de 1964 mante-
ve inicialmente o Congresso
Nacional em funcionamen-
to, mas alterou de forma sig-
nificativa as regras eleitorais.
Após a reforma partidária
que estabeleceu o bipartida-
rismo, com a Arena, de apoio
ao governo, e o MDB, de opo-
sição, a ditadura criou a sub-
legenda. Com ela, um par-
tido poderia lançar mais de
um candidato nas eleições
majoritárias para senador e
prefeito. A soma dos votos
dos candidatos determina-
va o partido vencedor, e a ca-
deira ficava com o candidato
mais votado da legenda ven-
cedora. Assim, o candidato
mais votado individualmen-
te poderia não ser eleito.

A ditadura também criou,
para a eleição de 1978, a regra

dos senadores “biônicos”. A
norma determinava que, nos
anos em que fossem renova-
das duas cadeiras do Senado
por estado, apenas uma delas
estaria aberta à eleição direta.
A outra seria preenchida por
eleições indiretas nas assem-
bleias estaduais, nas quais o
governo tinha maioria em
quase todos os estados.

Outras mudanças foram
a instituição do segundo su-
plente, a partir de 1978, e a
adoção do voto vinculado,
em 1982. Pela regra, o eleitor
deveria escolher candidatos
do mesmo partido para to-
dos os cargos em disputa;
caso contrário, a cédula se-
ria anulada.

Redemocratização

O processo de abertu-
ra política eliminou grada-
tivamente os mecanismos
eleitorais criados durante a
ditadura. Uma emenda cons-
titucional aprovada em 1985
restabeleceu a eleição dire-
ta para todas as cadeiras do
Senado e extinguiu os sena-
dores “biônicos”. No mesmo
ano, o voto vinculado foi des-
cartado, e, em 1986, a suble-
genda foi extinta. As demais
regras para a eleição do Se-
nado foram mantidas: três
senadores por unidade fe-
derativa, mandatos de oito
anos e renovação alternada
de um terço e dois terços das
cadeiras.



Acesse o QR Code e veja todos
os senadores já eleitos na PB

História em Imagens



Palácio Conde dos Arcos foi a sede do Senado no Império e nas primeiras décadas da República



Rebeldes gaúchos da Revolução de 1930 à frente do Palácio Monroe, sede do Senado na época



Regime militar manteve o Senado aberto inicialmente, mas modificou as regras eleitorais



Com a abertura política, os brasileiros voltaram a eleger diretamente os senadores

COM A UNIÃO

Projeto amplia prazos de regularização de dívidas

Se aprovada, medida beneficiará desde pessoas físicas até pequenas empresas

Agência Câmara

Em análise na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 3186/2026 amplia as formas de regularização de dívidas de pessoas físicas e empresas com a União, suas autarquias e fundações públicas. A proposta autoriza novos descontos, aumenta o prazo para quitação e cria regras de acordo com a capacidade de pagamento do devedor. O texto altera a lei que regulamenta a negociação de dívidas com a União (Lei nº 13.988/2020).

A medida prevê pagamento em até 240 meses (20 anos) para dívidas envolvendo pessoa física, microempreendedor individual (MEI), microempresa ou empresa de pequeno porte e nas hipóteses de empresas em recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou com plano de reestruturação homologado.

Hoje, o prazo é de 120 meses (10 anos), podendo chegar a 145 meses para pessoa física, microempresa e empresa de pequeno porte. No caso de tributos sociais, como Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o limite continua sendo de 60 meses.

Conforme o projeto, as formas disponíveis de renegociação aumentam a inadimplência à medida que deixam de contemplar alguns grupos de devedores. “Quando o valor cobrado supera a capacidade real de pagamento, a Fazenda Pública não amplia a arrecadação, apenas reduz a probabilidade de recebimento, alimenta a litigiosidade e sustenta execuções fiscais de baixa efetividade”, reforça a justificativa da proposta.

Adequação

A proposta cria um instrumento para adequar o valor da dívida à capacidade de pagamento do devedor. A análise deverá considerar, entre outros fatores, a preservação da atividade econômica, a existência de recupera-



Foto: Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Texto tramita, em caráter conclusivo, em três comissões, incluindo a de Constituição e Justiça

Mudança

O prazo para pagamento de dívidas, hoje, é de 120 meses, podendo chegar a 145 meses; caso a proposta seja aprovada, o limite será estendido para 20 anos

ção judicial ou extrajudicial, plano de reestruturação homologado e situação de crise econômico-financeira.

“O redutor não é automático nem gera direito subjetivo à redução máxima. Sua aplicação depende de decisão administrativa motivada, da análise da capacidade de pagamento, da avaliação da recuperabilidade do crédito e da demonstração do interesse público”, explica o texto da proposta. O desconto incidirá sobre multas, juros de mora, encargos legais e outros acréscimos decorrentes do atraso, sem redução do valor principal da dívida.

Os percentuais máximos

variam conforme o perfil do devedor:

- pessoa física: até 90% no parcelamento e 95% no pagamento à vista. Em caso de emergência ou calamidade reconhecida, o desconto pode chegar a 100%;
- MEI, microempresa e empresa de pequeno porte: até 90% no parcelamento e 95% no pagamento à vista. Segundo o texto do projeto, a redução máxima para essas categorias também pode alcançar até 100%;
- empresa no lucro presumido: até 85% no parcelamento e 90% no pagamento à vista;
- empresa no lucro real: até 80% no parcelamento e 85% no pagamento à vista;
- empresa em recuperação judicial: até 95% no parcelamento e 100% no pagamento à vista. Em caso de emergência ou calamidade reconhecida, o desconto também pode chegar a 100%.

Bônus de adimplência

A proposta também prevê um bônus de adimplência para as parcelas pagas até a data de vencimento. O benefício poderá ser acumulado com o redutor, respeitados os limites constitucionais.

Os percentuais máximos do bônus também va-

riam conforme o perfil do devedor:

- pessoa física: até 25%. Em situação de emergência ou calamidade reconhecida, pode chegar a 30%;
- MEI, microempresa e empresa de pequeno porte: até 20%. Em situação de emergência ou calamidade reconhecida, pode chegar a 25%;
- empresa no lucro presumido: até 15%. Em situação de emergência ou calamidade reconhecida, pode chegar a 20%;
- empresa no lucro real: até 10%. Em situação de emergência ou calamidade reconhecida, pode chegar a 15%;
- empresa em recuperação judicial: até 50%. Em situação de emergência ou calamidade reconhecida, pode chegar a 60%.

Outro cenário viável pela proposta consiste em recalcular o valor da dívida no caso de renegociação usando apenas o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Multas, juros de mora, encargos legais e outros acréscimos pelo atraso não seriam considerados nesse cálculo. Se o acordo for rejeitado ou descumprido, a cobrança integral da dívida seria restabelecida.

Proposta permite juntar débitos de casais

O projeto permite juntar as dívidas do casal para definir as condições de negociação, desde que haja consentimento de ambas as partes. A renegociação deverá considerar a análise conjunta da renda, do patrimônio e da capacidade de pagamento do núcleo familiar. O texto deixa claro que a medida não transfere automaticamente para um dos cônjuges a responsabilidade pela dívida do outro.

A proposta ainda estende o mecanismo de transação aos créditos não tributários da União, de suas autarquias e fundações públicas. Contudo, ficam fora dessa regra as dívidas decorrentes de sanção penal, improbidade ad-

ministrativa, ressarcimento ao erário por dolo ou fraude, dano ambiental doloso e multas eleitorais.

Também de acordo com o projeto, a existência de irregularidade fiscal não impede a renegociação. No entanto, é preciso observar as exigências constitucionais e legais relacionadas à contratação com o poder público, ao recebimento de benefícios fiscais ou creditícios e à emissão de certidão de regularidade fiscal.

Suspensão

Outra medida prevista no texto é a suspensão da cobrança das dívidas incluídas no acordo de renegociação

quando o pedido estiver em análise. Isso inclui novos atos de cobrança e o bloqueio de patrimônio.

Se o pedido for rejeitado ou o acordo for rescindido, as cobranças poderão ser retomadas a partir da etapa em que estavam. Nos casos de cobrança judicial, a Fazenda Pública poderá pedir ao juiz a suspensão dos atos de execução relacionados às dívidas incluídas no acordo.

Próximos passos

O projeto será analisado de forma conclusiva pelas comissões de Indústria, Comércio e Serviços; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Se for aprovado nas comissões, segue para o Senado sem precisar passar pelo Plenário. Contudo, se 52 deputados recorrerem, o projeto vai para o Plenário.

■ Projeto prevê a suspensão da cobrança de dívidas abarcadas pelo acordo de negociação enquanto o pedido estiver em análise

Toca do Leão

Fábio Mozart
mozartpe@gmail.com | Colaborador

Microcrônicas (59)

“Bem ou mal, o sujeito que sou, a percepção que tenho do mundo, a profissão que abracei decorrem do fato de ter visto meu mundo pela janela do trem” (Frutuoso Chaves).

Meus olhos ferroviários viram meu mundo pela janela da locomotiva do trem.

“Os defeitos dos outros são horríveis espelhos” (Guimarães Rosa).

Quando Jesus estava com o Diabo no deserto, ocorreu um diálogo tenso entre os dois. Já naquele tempo existia o jornalista generalista, que sabe como apurar os fatos e dar crédito a “fontes ocultas”.

Jesus e o Diabo estavam sozinhos, mas, assim mesmo, o diálogo vazou.

Credita-se o vazamento ao Diabo, mesmo sendo a fonte não muito fidedigna, porque, como se sabe, essa figura é o rei da mentira.

“O cristianismo institucional é um estelionato promovido por Constantino no quarto século” (Caio Fábio, pastor e teólogo).

Tá chegando a hora de a onça beber fanta. Vem aí o livro mais aguardado pelos admiradores e estudiosos da obra do poeta Zé da Luz. Eu e Sérgio Ricardo Santos organizamos O último poema de Zé da Luz — obra póstuma do maior expoente da poesia matuta.

Recadinho do psicopata bonzinho: “Gostei de você. Vou te matar por último”.

Na teologia gnóstica, não se fazia distinção hierárquica entre homem e mulher e ensinava-se que o mal não é fruto do pecado original, como continua defendendo a Igreja de hoje, mas, sim, da ignorância.

“... nunca queira chegar ao fundo da verdade, de nenhuma verdade. A verdade é como a cebola: tira-se uma camada, e mais outra, e, quando se tira a última, não resta mais nada” (Rodolfo Walsh).

Os imbecis são os mais felizes seres humanos. Tenho meu lado imbecil, mas não sou um total idiota. Infelizmente.

Ministro André Mendonça pede que “Deus proteja o Brasil”.

Qual Deus? Textos e tradições populares mencionam simbolicamente cerca de 330 milhões de divindades ou formas do sagrado.

Cada qual com seu deus particular.

Exemplo: na cultura iorubá, o deus supremo é Olodumarê, criador de tudo e dono do sopro da vida. Ele é uma energia tão grandiosa, pura e distante que os seres humanos não o cultuam diretamente.

Para interagir com o mundo e com os humanos, Olodumarê criou os orixás. Eles são divindades que personificam as forças da natureza (como os raios de Xangô, as águas doces de Oxum ou as florestas de Oxóssi) e guiam as atividades humanas.

Os meus deuses são representados por forças impessoais como a Natureza (visão de Espinosa), a Razão, a Ciência ou o próprio Universo.

Mas não jogo pedras no altar do deus de ninguém.

A Academia Solanense de Letras distribuiu mais de duzentos livros durante a V Festa Literária de Solânea.

O ato demonstra o compromisso da Academia Solanense de Letras com a valorização da leitura, da cultura e da literatura. Parabéns a todos os envolvidos por promoverem esse importante incentivo ao conhecimento e à formação de novos leitores, principalmente ao poeta Chicco Mello.

MINERAIS CRÍTICOS

Política prevê rastreabilidade e valor

Medida alcança as etapas de pesquisa, lavra, beneficiamento, transformação do produto e mineração urbana

Agência Gov

Lei sancionada nesta semana institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. A medida leva o debate sobre o potencial mineral brasileiro para uma etapa mais complexa: transformar recursos geológicos em conhecimento, tecnologia, capacidade industrial e desenvolvimento regional. O diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Mauro Sousa, e o diretor José Fernando de Mendonça Gomes Júnior acompanharam a cerimônia.

A política alcança as etapas de pesquisa, lavra, beneficiamento, transformação mineral e mineração urbana. O texto considera críticos os recursos sujeitos a riscos de abastecimento capazes de afetar setores essenciais da economia. Os estratégicos são definidos pela relevância para o desenvolvimento tecnológico e regional, para a balança comercial ou para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Entre os instrumentos previstos, estão o Fundo Garantidor da Atividade Mineral, o Programa Federal de Beneficiamento e Transformação de Minerais Críticos e Estratégicos, o Certificado Mineral de Baixo Carbono, um cadastro nacional de projetos e uma rede de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e formação profissional.

A nova arquitetura separa a formulação da política mineral das funções de regulação. O Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos deverá coordenar a política, definir as substâncias prioritárias e selecionar projetos. A lei preserva expressamente as competências regulatórias, fiscalizatórias e de outorga da ANM, que também deverá ser ouvida na análise dos empreendimentos.

Para a agência, as consequências são concretas. O



Foto: Divulgação/Agência Gov

Lei cria instrumentos para pesquisa, transformação e formação profissional, além de ampliar as responsabilidades administrativas e regulatórias da ANM

Nova lei

A norma autoriza a participação da União, no limite de R\$ 2 bilhões, no fundo destinado a oferecer garantias a projetos do setor

Cadastro Nacional de Projetos será público e integrado ao Sistema de Informações Geográficas da Mineração (Sigmine). A ANM terá atribuições relacionadas à priorização de áreas para leilão, à habilitação e fiscalização de projetos de pesquisa e inovação e ao registro de contra-

tos privados de financiamento mineral.

O texto também institui um sistema de rastreabilidade para registrar a origem, a composição e o percurso dos minerais, as licenças e os agentes envolvidos nas transações. Os mecanismos de identificação e marcação ficarão sob supervisão da ANM. A operação do sistema, porém, ainda dependerá de regulamentação, inclusive para a definição dos padrões técnicos, das entidades credenciadas e dos prazos de adaptação.

“A nova política conecta etapas que antes eram tratadas de forma dispersa, da pesquisa mineral à transformação industrial. À ANM caberá converter essas diretrizes em regulação, dados confiáveis e fiscalização, inclusive na rastreabilidade, com transparência, previsibilidade e segurança jurídica”, afirmou o diretor-geral,

Mauro Sousa.

A norma autoriza a participação da União, no limite de R\$ 2 bilhões, no fundo destinado a oferecer garantias a projetos do setor. Também prevê até R\$ 5 bilhões em créditos fiscais de 2030 a 2034, condicionados à regulamentação, à disponibilidade orçamentária e ao grau de transformação realizado no país.

O financiamento, contudo, resolve apenas parte do problema. Especialistas ouvidos em debate acompanhado pela ANM no início do mês apontaram a escassez de profissionais especializados como um dos principais gargalos para o avanço das cadeias produtivas.

Estudo do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos estima que menos de 50 pesquisadores brasileiros tenham formação específica na separação de elementos de terras raras. O trabalho propõe

a formação de pelo menos 500 especialistas até 2040. A lei procura responder a essa lacuna ao prever uma rede nacional que articule instituições de ensino, centros de pesquisa, empresas e programas de capacitação.

A Amazônia Legal será um dos principais testes da política. Estudo divulgado pela ANM mostra que a região concentra 48,2% dos processos relacionados a minerais críticos e estratégicos no país. O Pará reúne 51% dos processos da Amazônia Legal.

“Na Região Norte, o desafio é transformar potencial mineral em capacidade instalada, emprego qualificado e desenvolvimento para os territórios. Isso exige segurança regulatória, planejamento e uma governança que incorpore desde o início a proteção ambiental e o diálogo com as comunidades”, afirmou o diretor José Fernando.

O diagnóstico da agência também mostra que parte relevante desse potencial se encontra em áreas protegidas. A expansão das cadeias produtivas dependerá da continuidade e do fortalecimento de práticas já adotadas, como o planejamento territorial, a proteção socioambiental e a participação das comunidades afetadas.

A sanção abre agora a etapa de implementação. O Conselho deverá ser instalado e regulamentado em até 90 dias. Ainda será necessário definir a lista de substâncias, os critérios de priorização, a operação do cadastro, as regras de certificação e o funcionamento da rastreabilidade. O alcance da política dependerá da capacidade de transformar as novas regras em decisões previsíveis, dados públicos, fiscalização e projetos capazes de agregar valor no país.

PESQUISA

Ceará apresenta forte potencial de lítio na província de Solonópole

Agência Gov

O Serviço Geológico do Brasil (SGB), por meio do Departamento de Recursos Minerais (Derem), divulgou os resultados sobre a potencialidade para lítio em pegmatitos da região de Solonópole, Ceará. Os dados estão publicados no *Informe de Recursos Minerais (IRM) – Avaliação do potencial de lítio do Brasil: área subprovíncia pegmatítica de Solonópole*. O informe faz parte da série *Minerais Estratégicos* e está disponível no Repositório Institucional de Geociências (RIGeo) do SGB.

A pesquisa faz parte do Projeto Avaliação do Potencial de Lítio no Brasil, que tem caráter prospectivo e visa ampliar o conhecimento geológico sobre diferentes províncias pegmatíticas do

país, especialmente quanto à potencialidade desse importante recurso mineral crítico e estratégico.

Com o objetivo de fomentar a elaboração de modelos exploratórios, guias prospectivos, além de identificar novas áreas mineralizadas, o estudo envolveu levantamento geoquímico de sedimentos de leito de rio, análise química de rochas, geofísica aérea e terrestre, além de técnicas analíticas específicas para minerais. Os trabalhos de campo contemplaram, também, a visita a 68 ocorrências de lítio já conhecidas dentro da área de estudo, sendo muitas delas, atualmente, garimpos inativos.

A integração dos dados, obtidos pelas diferentes metodologias utilizadas, apresenta resultados promissores



Foto: Divulgação/Agência Gov

Trabalhos de campo contemplaram, também, a visita a 68 ocorrências de lítio já conhecidas

para o lítio nos pegmatitos da área estudada e consolida o Ceará como região estratégica para novas descobertas. O projeto foi executado pelos pesquisadores Deoclécio Pereira Vale Filho, José Maria Aladim Carvalho Rocha, Pedro Maciel de Paula Garcia e Izaac Cabral Neto.

A pesquisa tem caráter prospectivo e visa ampliar o conhecimento sobre diferentes províncias pegmatíticas do país

Oportunidades

Editais oferecem mais de mil vagas

Da Paraíba a Alagoas, instituições no Nordeste publicam oportunidades com salários de até R\$ 25 mil

Íris Machado
irmschdo@gmail.com

Na administração tributária, no campo militar ou no Legislativo, os concurseiros de plantão têm mais de mil opções de vagas em certames por todo o Nordeste. Órgãos municipais, como a Câmara de São José do Sabugi, no interior paraibano, e a Prefeitura de Floresta, em Pernambuco, procuram pelo menos 444 profissionais de todos os níveis de escolaridade. Mas as principais oportunidades estão em Alagoas, com salários de R\$ 25 mil na Secretaria da Fazenda (Sefaz-AL) e 530 postos no curso admissional da Polícia Militar do estado (PM-AL).

São José do Sabugi

No Seridó paraibano, já na divisa com o Rio Grande do Norte, a Câmara Municipal de São José do Sabugi abriu uma seleção para 11 postos de nível fundamental, médio e técnico. Ao todo, o órgão disponibiliza chances de ingresso nos cargos de auxiliar de apoio administrativo, auxiliar de apoio legislativo, auxiliar de limpeza, copeiro, motorista, recepcionista, técnico em informática e vigilante noturno.

Para todas as funções, o edital estabelece um expediente de 30 horas semanais, assim como uma remuneração inicial de R\$ 1.621 — mais adicionais e gratificações, de acordo com os critérios previstos no Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do município. As inscrições seguem abertas até 9 de outubro de 2026, por meio do portal da banca organizadora Facet Concursos, com valores que variam conforme o grau de instrução do cargo desejado: R\$ 90 para nível fundamental e R\$ 100 para nível técnico ou médio.

Todos os candidatos deverão realizar uma prova objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, prevista para 29 de novembro de 2026. Quem se inscrever no cargo de motorista também passará por uma etapa prática, que será realizada em 20 de dezembro de 2026. A partir da homologação, o concurso terá validade de um ano e poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período.

Use o QR Code para acessar o edital da Câmara de São José do Sabugi

Prefeitura de Floresta

Profissionais de todos os níveis de ensino encontram oportunidades de trabalho no concurso da Prefeitura Municipal de Floresta, no Sertão de Pernambuco. Localizada pró-

xima à bacia do Rio São Francisco e a cerca de 433 km da capital Recife, a cidade está em busca de 432 novos funcionários para vagas de níveis fundamental, médio, técnico e superior. O maior número de postos abrange os cargos de auxiliar de serviços gerais (100), cuidador (60), assistente administrativo (30) e professor de Ensino Fundamental (30), mas há, ainda, funções nos campos da infraestrutura, saúde, tecnologia e meio ambiente.

Conforme o edital, a carga horária gira em torno de 20 a 40 horas por semana, junto a salários de R\$ 1.621 a R\$ 15.005,27 e complementações para os cargos de enfermeiro e técnico em enfermagem. Para médico plantonista, a remuneração será de R\$ 3.000 por plantão de 24 horas. É possível se inscrever no processo seletivo até 1º de outubro de 2026, no endereço digital da Facet Concursos, mediante o pagamento de uma taxa de R\$ 130 para postos de nível superior, R\$ 100 de nível técnico ou médio e R\$ 80 para os de nível fundamental.

Um teste objetivo, eliminatório e classificatório, será aplicado para todas as vagas em 1º de novembro de 2026. Candidatos às funções de motorista, operador de máquinas pesadas e operador de patrol realizarão uma prova prática adicional, com a apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com a categoria exigida para o respectivo cargo. Inscritos nos postos de magistério também passarão por uma etapa de avaliação de títulos.

Use o QR Code para acessar o edital da Prefeitura de Floresta

Sefaz-AL

Mais oportunidades de construir uma carreira pública estão a cinco horas de distância de João Pessoa, em Alagoas. Uma delas, na Sefaz-AL, oferece um total de 100 vagas para o cargo de auditor fiscal da administração tributária estadual, entre 40 postos imediatos e outros 60 destinados à formação de cadastro de reserva. A função exige a apresentação de um diploma de conclusão de curso de nível superior em qualquer área de formação, desde que fornecido por uma instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

A jornada de trabalho, de 40 horas por semana, totaliza um salário de R\$ 25.270,68. Para participar do certame, o candidato deve se cadastrar no site do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe) até

as 18h do dia 21 de outubro de 2026 e pagar uma taxa de R\$ 300. Quem pretende solicitar isenção precisa obedecer aos critérios do certame e manifestar o pedido até 24 de setembro de 2026.

A seleção terá provas objetivas de conhecimentos básicos e específicos e uma prova discursiva, todas aplicadas na capital Maceió. Os testes objetivos estão previstos para 20 de dezembro de 2026, enquanto a avaliação discursiva será realizada em 10 de janeiro de 2027. O cronograma completo pode ser conferido no edital.

Use o QR Code para acessar o edital da Sefaz-AL

PM-AL

A maior quantidade de vagas ofertadas nesta semana pertence ao processo admissional da Polícia Militar de Alagoas (PM-AL), órgão da Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio do estado (Seplag-AL). O concurso, suspenso em agosto, foi reaberto neste mês, depois da reificação do edital e do calendário propostos inicialmente. No total, a corporação soma 530 vagas para as funções de oficial de estado-maior e soldado do quadro de praças, além de estabelecer a constituição de cadastro de reserva.

Os cargos trabalham em regime de dedicação integral e requerem diploma de conclusão de curso de nível médio. Conforme o tempo de serviço, a remuneração bruta varia de R\$ 3.874,43 a R\$ 11.563,77 para o posto de oficial de estado-maior, enquanto soldados do quadro de praças recebem de R\$ 2.354,67 a R\$ 6.067,51. As inscrições seguem abertas até as 18h do dia 16 de outubro de 2026, na plataforma do Cebbraspe, sob o valor de R\$ 150, e o prazo para solicitação de isenção encerra em 23 de setembro de 2026.

As provas objetivas e discursivas ocorrerão no dia 17 de janeiro de 2027, nas cidades alagoanas de Arapiraca e Maceió. Haverá, ainda, etapas posteriores, entre testes de aptidão física; de avaliação médica das condições de saúde física, mental e psicológica; comprovação documental; investigação social; e exame toxicológico.

Use o QR Code para acessar o edital da PM-AL



Amanda Lima: “Precisei abrir mão de treinos e competições para me dedicar ao concurso”

Carreira e rotina militares exigem responsabilidade e preparo físico

Dinâmica, a rotina de um policial militar exige controle emocional, preparo físico e responsabilidade. Cada ocorrência é diferente — e é preciso estar preparado para lidar com situações inesperadas, sem perder o equilíbrio e o profissionalismo, como lembra a paraibana Amanda Lima, soldado da Polícia Militar do Ceará (PMCE). “Como mulher, também faço questão de mostrar, no dia a dia, que somos tão capazes quanto qualquer outro profissional. É uma profissão desafiadora, mas que me traz muito orgulho, principalmente quando percebo que estou fazendo a diferença na vida de alguém”, reforça.

Quando criança, ela já admirava a carreira militar, mas só começou a se imaginar com a farda da corporação ao ver a tia conquistar a aprovação no concurso da Polícia Militar da Paraíba (PMPB). Foi no período da pandemia, porém, que Amanda conseguiu repensar a trajetória profissional que havia escolhido. A realização que ela buscava não estava no curso que estudava — Educação Física, em Guarabira, no Brejo paraibano —, e sim no sonho de correr atrás da vida policial.

“Foi um processo difícil, que exigiu muita disciplina, resiliência e, acima de tudo, muitas renúncias. Eu trabalhava e aproveitava cada momento livre para estudar. Nos intervalos do trabalho, estava estu-

dando ou resolvendo questões. Na época, também era atleta de jiu-jitsu, algo que fazia parte da minha vida e que eu amava, mas precisei abrir mão dos treinos e das competições para me dedicar ao concurso. Mesmo assim, não deixei as dificuldades me fazerem desistir. Quando veio a aprovação em 2021, percebi que cada renúncia e cada hora de estudo tinham valido a pena. Hoje, além de ter conquistado o meu cargo dos sonhos, voltei para o jiu-jitsu e represento a Polícia Militar nas competições”, recorda.

Para ela, quem deseja seguir essa profissão deve estar disposto a aprender, enfrentar desafios e jamais desistir diante de dificuldades. Da preparação para o processo seletivo às primeiras atividades como soldado pronto, a profissão carrega situações de pressão constante, que transformam a habilidade de tomar decisões rápidas em uma necessidade no dia a dia. Ao servir à população, vestir a farda da Polícia Militar também implica interagir com pessoas diferentes e tratar a empatia como um exercício constante.

Atualmente em Fortaleza, no Ceará, Amanda observa a presença de cada vez mais mulheres nos espaços da corporação. Integrar o quadro de soldados da Polícia Militar, mais do que realizar um sonho, representou a descoberta de uma força que ela nunca pensou ser capaz. “Sei

que outras mulheres olham para a nossa trajetória e percebem que aquele lugar também pode ser delas. Tenho muito orgulho de fazer parte disso e de poder mostrar, por meio do meu trabalho, a força e a capacidade da mulher dentro da instituição. Quando olho para trás, vejo que tudo que vivi contribuiu para a pessoa e a profissional que sou hoje. Tenho muito orgulho da minha trajetória e de tudo que precisei superar para chegar até aqui”, acrescenta.

Oportunidade

O concurso da PM-AL oferece 500 vagas imediatas para a função de soldado do quadro de praças. O cargo exige Ensino Médio completo. A carga horária obedece ao regime de dedicação integral, com salários-base de R\$ 2.354,67, ao longo do Curso de Formação de Praças (CFP), e de R\$ 6.067,51 após a finalização do processo.

■ Quem deseja seguir essa profissão deve estar disposto a aprender, enfrentar desafios e jamais desistir diante de dificuldades

Foto: Arquivo pessoal/Amanda Lima

Selic Fixado em 16 de setembro de 2026 13,75%	Salário mínimo R\$ 1.621	Dólar \$ Comercial +0,11% R\$ 5,144	Euro € Comercial +0,18% R\$ 5,909	Libra £ Esterlina +0,67% R\$ 6,893	Inflação IPCA do IBGE (em %) Agosto/2026 -0,32 Julho/2026 0,07 Junho/2026 0,16 Maio/2026 0,58 Abril/2026 0,67	Ibovespa 185.229,17 pt -0,41%
---	---	--	--	---	--	--

ALAMBIQUE

Cachaça, tradição regional que gera valor na Paraíba

Setor reúne 59 estabelecimentos, 410 rótulos e responde por 20 mil empregos

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Patrimônio regional, a cachaça não só está na mesa do paraibano como ganhou novas formas de chegar ao copo. Da tradicional branquinha às envelhecidas em diferentes madeiras, como carvalho, jequitibá-rosa, castanheira ou baraúna, além dos *blends* (mistura de duas ou mais cachaças), a produção local tem ampliado seu portfólio para acompanhar novos gostos e mercados. Para se ter ideia desse movimento, a Paraíba reúne, hoje, 59 estabelecimentos elaboradores e 410 cachaças registradas, os maiores números do Nordeste, segundo o *Anuário da Cachaça 2026*, do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Números como esses ajudam a entender como uma tradição secular, que remonta ao período colonial e nasceu ligada à produção da cana-de-açúcar, ganhou escala na economia paraibana. A safra iniciada em 2026, por exemplo, pode chegar a 30 milhões de litros, de acordo com a Associação Paraibana dos Engenhos de Cachaça de Alambique (Aspeca), que calcula, ainda, a geração de mais de 20 mil empregos diretos e indiretos. “Temos empresas produtoras de cachaça entre os 100 maiores contribuintes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na Paraíba”, observa Marise Barreto Rocha, diretora-executiva da entidade.

Qualidade, demanda e método

Mas alcançar esse patamar exigiu mais do que aumentar a produção. Na leitura dela, a mudança é reflexo de um trabalho de mais de três décadas voltado à capacitação dos produtores, à formalização dos engenhos e à qualidade do que chega ao consumidor. Ou seja,



Safra iniciada em 2026 pode viabilizar a produção de 30 milhões de litros, calcula a Aspeca

foi sendo construído um caminho de profissionalização que começa ainda no campo e segue até a comercialização, o que também envolve pesquisa, registro dos rótulos e apoio técnico. É por conta desse método que ela evita o termo “artesanal” e prefere falar em cachaça de alambique, inclusive como forma de reforçar, dentro e fora do país, que o produto paraibano tem padrão de qualidade. “A gente sempre trabalhou a qualidade das cachaças e qualifiquei o produtor para que ele continuasse aperfeiçoando seu produto, sobretudo a branca. Até porque, quando ela é boa, os envelhecimentos só tendem a ser melhores”, explica.

É nessa qualificação contínua que Maria Júlia Baracho, diretora-executiva do Engenho Triunfo, em Areia, enxerga uma das forças mais pujantes da produção local. E o município, aliás, é um bom exemplo do espaço que a bebida ocupa na Paraíba: por lá, são 139 cachaças registradas, o segundo maior número entre os municípios brasileiros, atrás apenas de Salinas, em Mi-

nas Gerais, segundo o *Anuário da Cachaça*. “Os produtores estão de parabéns por se capacitarem sempre, e a Paraíba deve muito a eles, porque se determinaram a entregar um produto cada vez melhor, com mais qualidade”, afirma a empresária.

Nesse cenário, outro dado também chama atenção. De acordo com a Aspeca, o maior produtor individual de cachaça de alambique do Brasil está instalado em território paraibano, o que não é pouco.

Tecnologia

Esse processo de profissionalização fica mais visível quando se olha para dentro dos engenhos. Joaquim Cavalcanti, presidente da Associação dos Produtores de Cachaça de Areia (APCA-PB) e responsável pelo Engenho Saboeiro, outro expoente da região, conta que as estruturas de madeira — antes usadas no armazenamento — deram lugar ao inox; os pisos, agora, vitrificados ou de porcelanato, facilitaram a higienização dos ambientes e as análises

laboratoriais entraram na rotina para acompanhar não só a acidez, mas verificar se o produto está dentro dos padrões do Ministério da Agricultura.

No engarrafamento, por sua vez, máquinas diversas também passaram a dividir espaço com etapas ainda manuais. “Subimos de nível. À medida que fomos nos estruturando e fiscalizando melhor a nossa produção, conseguimos mostrar ao público que tínhamos um produto de excelência”, destaca.

Ao mesmo tempo, há uma parte dessa cadeia em que o trabalho essencialmente braçal continua fazendo diferença. No Saboeiro, Joaquim chega a reunir cerca de 60 trabalhadores apenas no corte da cana em determinados períodos. Como a matéria-prima é cortada manualmente, cada pessoa consegue retirar, em média, de 1 tonelada a 1,5 tonelada por dia. Segundo ele, o contingente pode variar, dependendo do tamanho do engenho — nos maiores, podem ter mais de 200 pessoas envolvidas no processo.

Novos sabores conquistam mercado externo

Foi em busca de outros paladares que o portfólio das cachaças começou a crescer. Marise Barreto, diretora-executiva da Aspeca, conta que a Paraíba, tradicionalmente ligada à cachaça branca, também conhecida como cristal, passou a apostar mais nas envelhecidas em carvalho — europeu e norte-americano — e em madeiras brasileiras, além dos *blends*.

Segundo ela, a ideia era apresentar a bebida como um destilado de maior valor agregado, indo além da caipirinha, forma pela qual muitos consumidores estrangeiros ainda a conhecem. “Fomos buscando um diferencial para que o mercado externo começasse a conhecer a cachaça sendo consumida de

outra forma”, afirma.

No recorte paraibano, a diretora-executiva da Aspeca destaca que os Estados Unidos aparecem com maior frequência entre os mercados atendidos, enquanto países do bloco Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Europa recebem o produto de forma mais esporádica. Entretanto, isso ainda não significa que a exportação tenha um peso expressivo nas vendas. Joaquim estima que cerca de 70% da cachaça paraibana permanece no próprio estado. Já o restante teria como destino o Nordeste.

Mas a mudança não responde apenas ao que vem de fora. Dentro de casa, o gosto do consumidor também ajuda a explicar essa variedade.

De acordo com os especialistas, a cachaça branca continua sendo a preferida regionalmente, mas já divide espaço com bebidas que passam meses ou anos em contato com diferentes madeiras. Carvalho, umburana, castanheira e jaqueira estão entre as citadas por Joaquim, que explica que o barril interfere tanto na cor quanto no sabor. Já o tempo de envelhecimento varia de acordo com o perfil que se pretende alcançar.

Falando em diversidade, a bebida deve ganhar, ainda neste ano, uma nova vitrine. A Aspeca prepara a segunda edição da Carta das Cachaças da Paraíba, lançada originalmente em 2018, quando reuniu 19 engenhos. Agora, a expectativa é chegar a cerca de

40 produtores e perto de 200 rótulos, reunindo em um só lugar o que o estado tem de melhor.

Consumo

Maior parte da cachaça paraibana permanece no estado, enquanto os mercados dos EUA, do Mercosul e da Europa ganham espaço entre os destinos alcançados pelo produto

Economia em Desenvolvimento

Marcílio Correia
marciliorcorreia.professor@gmail.com | Colaborador

Selic em queda: quem ganha e quem precisa esperar?

Discutir juros no Brasil é discutir, também, o ritmo de crescimento da economia.

A taxa Selic não é apenas um número divulgado pelo Banco Central. Ela aparece na decisão de uma família de financiar um imóvel, no planejamento de uma empresa que precisa comprar uma máquina, no capital de giro de um pequeno comerciante e na disposição de um empreendedor para abrir ou ampliar um negócio.

Em 16 de setembro, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central do Brasil, reduziu a Selic de 14% para 13,75% ao ano, no quinto corte consecutivo. O movimento indica uma flexibilização gradual da política monetária, mas não significa que o dinheiro tenha ficado barato. O próprio Banco Central mantém uma postura cautelosa diante da inflação ainda acima da meta, das expectativas desancoradas e das incertezas no cenário externo e fiscal.

Os efeitos chegam de maneira diferente aos agentes econômicos. Para as famílias, juros elevados significam crédito mais caro, maior comprometimento da renda e menor disposição para assumir financiamentos. Para as empresas, o impacto aparece no capital de giro, no custo das dívidas e na análise de novos investimentos. Projetos que poderiam ser viáveis com juros menores podem ser adiados quando o custo do capital supera o retorno esperado.

O mesmo ocorre com os investimentos. Enquanto a Selic permanece elevada, aplicações de renda fixa continuam oferecendo remuneração relevante, o que aumenta o custo de oportunidade de direcionar recursos para ativos mais voláteis ou para projetos produtivos de retorno mais longo. À medida que os juros recuam, porém, essa relação começa a mudar. O investidor tende a olhar com maior atenção para ações, crédito privado, fundos e outros ativos

“

Juros menores podem estimular consumo, crédito e investimento

cujo desempenho pode se beneficiar de uma redução gradual do custo do dinheiro. Para as empresas, a queda da Selic também pode melhorar as condições de financiamento, mas seus efeitos não são imediatos. Contratos de crédito, expectativas de inflação, risco do tomador e

percepção sobre a trajetória dos juros continuam determinando o custo efetivo do capital.

Na economia brasileira, portanto, a tendência é de uma transição gradual. Juros menores podem estimular consumo, crédito e investimento, mas o ritmo dependerá da persistência da inflação e da confiança dos agentes econômicos. No cenário de referência, o Banco Central projeta inflação de 5,2% em 2026, 3,9% em 2027 e 3,2% no primeiro trimestre de 2028, enquanto a meta permanece em 3%. Em outras palavras, o custo do dinheiro começa a recuar, mas permanece elevado.

Para a Paraíba, o desafio é transformar uma eventual melhora das condições financeiras em investimento produtivo, expansão das empresas, inovação e geração de empregos. A redução dos juros abre espaço, mas não garante crescimento.

O ponto central é que juros menores mudam os incentivos da economia. Famílias podem voltar a consumir, empresas podem reconsiderar investimentos e investidores podem diversificar suas escolhas. O tamanho desse movimento dependerá, sobretudo, de quanto a inflação permitirá que o processo de redução dos juros avance.

CUSTO DO VÍCIO

Tabaco: o negócio bilionário do país

Brasil lidera exportações do insumo e vendeu, em 2025, 561 mil toneladas para 121 países, movimentando US\$ 3,38 bi

Gabriel Albuquerque
Jornal da USP

O poder do cigarro, obviamente, não está somente na propaganda, mas sobretudo no fator econômico, uma vez que a indústria do tabaco movimentou bilhões de dólares em todo o planeta, gerando um custo financeiro e social muito superior aos seus lucros diretos para os países. O Brasil é o maior exportador de tabaco do mundo, uma liderança que vem desde 1993, ficando com a China o título de maior produtora e maior consumidora de tabaco do mundo. Em 2025, o Brasil bateu recorde e movimentou cerca de US\$ 3,38 bilhões, com a venda de 561 mil toneladas de tabaco para 121 países. A atividade concentra-se no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, estados de onde vêm 96% da produção nacional do produto. O país fornece tabaco principalmente para a Europa e o Extremo Oriente.

Dados do *iPC Maps* (estudo anual especializado que mede o potencial de consumo de todos os municípios brasileiros) apontam que, até o fim deste ano, os brasileiros gastarão cerca de R\$ 34,8 bilhões com produtos derivados ou relacionados ao tabaco, valor que representa uma alta de 8,5% em relação às despesas no ano passado, quando o setor movimentou R\$ 32,1 bilhões. Só no estado de São Paulo, as despesas com fumo somam quase R\$ 12 bilhões. Logo atrás vêm Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, ambos com aproximadamente R\$ 3,2 bilhões; Minas Gerais ocupa o terceiro lugar, com

R\$ 3 bilhões. Para contrabalançar essa situação, é bom frisar que o cigarro é o produto com a maior carga tributária do Brasil, com os impostos representando cerca de 83,32% do preço final pago pelo consumidor na banca. O Governo Federal reajustou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que incide sobre o maço, para R\$ 3,50, elevando o preço mínimo legal de venda para R\$ 7,50.

A partir de janeiro de 2027, o modelo de cobrança mudará com as regras da Reforma Tributária, que criou — a partir da Emenda Constitucional nº 132/2023 — o Imposto Seletivo (IS), cujo objetivo é o de desestimular o consumo de produtos e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente por meio do aumento de preços. A previsão de arrecadação do IS, embutida no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 (Ploa), é de uma receita em torno de R\$ 41,9 bilhões no primeiro ano de vigência do tributo.

Produção

Segundo dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), a plantação de tabaco na Região Sul do Brasil envolve 135.972 famílias produtoras, com o Rio Grande do Sul no topo da lista (67.815 famílias envolvidas), Santa Catarina na segunda posição (40.656 famílias ocupadas na atividade) e Paraná na terceira colocação (27.501 famílias produtoras). O setor teve um recuo de 1,5% no número de famílias em relação ao ciclo anterior, quando eram 138.020. A atividade é marcada por ser de caráter essencialmente ligada à



Foto: Thibault Luyez/Peixels

Produção é ligada, principalmente, à agricultura familiar; mais de 135 mil famílias são produtoras no Sul do país

agricultura familiar. A área média cultivada de tabaco por propriedade é pequena, embora o cultivo gere alta rentabilidade por hectare em comparação a outros grãos tradicionais.

Para o médico sanitário Gonzalo Vecina Neto, professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP), “o agro no Brasil virou um negócio que ninguém pode por a mão — o agro da plantação do tabaco é um desses. Tem que existir uma política pública que ajude a substituir a plantação de tabaco por algum tipo de plantação que tenha o retorno adequado para que essas famílias parem de viver de plantar tabaco. Esse é um obstáculo que tem que ser observado. O Brasil deixar de ser o maior exportador de tabaco do mundo seria muito importante, mas tem que ter uma po-

lítica pública para substituição dessas plantações, principalmente no Rio Grande do Sul”.

Para o professor Luciano Nakabashi, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) da USP, os produtores de tabaco são muito dependentes desse ciclo do produto. “Você já tem fornecedores, você já tem toda a cadeia ali organizada, não é fácil”, diz ele, referindo-se a uma possível diversificação econômica para esses produtores não dependerem tanto do tabaco. “É claro que depende do tamanho da propriedade, alguns produtos vão ser mais ou menos adequados, alguns produtos são mais adequados para grandes produtores, outros você não tem esses ganhos de escala, então você pode plantar em áreas menores”.

Ele entende que o Estado poderia intervir nesse processo. “Acho que o Estado pode ajudar nesse sentido de qualificação e de conectar os produtores rurais com fornecedores de outros tipos de produto. O Estado tem um papel nesse sentido para facilitar essa transição”.

Externalidade

O professor Pedro Forquesato, do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da USP, em São Paulo, pensa a questão do tabaco do ponto de vista da economia de externalidade e internalidade. No caso, “externalidade é quando você toma uma ação econômica que afeta outras pessoas, sem que isso esteja refletido no mecanismo de preço, no preço que o comprador e o produtor pagam”.

Ele cita o ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 2007, Roger Bruce Myerson, segundo o qual a externalidade é quando alguém usa algum recurso e não paga por isso. “Qual é a externalidade do cigarro? É a saúde das outras pessoas, esse é um recurso que a pessoa, que o produtor e o consumidor do cigarro, na transação do consumo do produto, estão utilizando e não estão pagando por isso. A princípio, pelo ponto de vista econômico, a pessoa afetar a sua própria saúde é uma escolha pessoal”.

Forquesato reforça mais uma vez o fato de que a decisão de fumar é individual, ou seja, se o indivíduo deseja fumar, mesmo isso tendo um custo para sua saúde, trata-se de uma decisão única e exclusivamente dele, a sociedade, a princípio, não deve intervir.

Contrabando de cigarro gera evasão fiscal de até R\$ 8,5 bilhões

Fernando Silvestre
e Gabriel Albuquerque
Jornal da USP

Quando o cigarro entra em cena, seja literalmente, por meio das telas do cinema, seja figurativamente, via discussões em rodas de amigo no boteco da esquina, é quase impossível não abordar o efeito colateral que o contrabando representa para a saúde econômica do país. Segundo dados de institutos de pesquisa e estudos recentes, como os da Fundação Getúlio Vargas, ao contrabando do produto, deve-se uma evasão fiscal anual média no Brasil de R\$ 7,5 bilhões a R\$ 8,5 bilhões em impostos, valor que o país deixa de arrecadar.

Historicamente, a perda acumulada ultrapassou os R\$ 90 bilhões na última década, afetando diretamente os cofres públicos e o financiamento de serviços como saúde e seguran-

ça. Atualmente, o mercado ilegal abrange cerca de 32% de todos os cigarros consumidos no país. Na verdade, serve como uma das principais fontes de financiamento e lucros para facções do crime organizado.

Grande parte dos cigarros contrabandeados por aqui tem origem no Paraguai, o que exige uma explicação: enquanto a carga tributária sobre o cigarro produzido no Brasil varia de 70% a 90%, no Paraguai a taxa média gira em torno de 13% — ou seja, tudo se resume a uma questão de disparidade tributária, o que permite que o produto paraguaio entre no mercado nacional custando menos da metade da preço do produto legalizado. E por onde entra? Basicamente, pelas fronteiras secas e fluviais de estados como o Mato Grosso do Sul (Ponta Porã) e Paraná (Foz do Iguaçu).

É a partir daí que as redes criminosas distribuem as car-

gas pelas principais rodovias rumo aos grandes centros urbanos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. De resto, o crime organizado, em todo o planeta, sempre viu no contrabando de cigarros uma forma de diversificar os seus ganhos ilegais sem grandes riscos. No Brasil, as facções do crime mantêm suas próprias fábricas clandestinas, onde são falsificadas as marcas paraguaias populares — tudo, é claro, na surdina, para evitar a fiscalização nas rodovias de fronteira.

Contrabando versus tráfico

Você já parou para pensar por que, quando se trata de cigarro, o termo que se usa para definir a ilegalidade é “contrabando”, enquanto para as outras drogas ditas ilícitas (cocaína, maconha, haxixe) costuma-se usar a palavra “tráfico”? A explicação é simples, segundo Juan Carlos Bui-

trago, professor convidado do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo). O contrabando consiste na entrada ou saída de mercadorias de um país sem o pagamento dos tributos correspondentes ou em descumprimento das normas alfandegárias, envolvendo produtos lícitos, como, além de cigarros, aparelhos eletrônicos ou combustíveis, que são simplesmente desviados dos canais legais e fiscais. Já o tráfico refere-se especificamente à comercialização de bens cuja circulação é proibida por lei, como drogas, armas ou animais silvestres. “Em outras palavras, o contrabando diz respeito a ‘como’ a mercadoria circula (fora do controle fiscal ou alfandegário), enquanto o tráfico concentra-se no ‘que’ é comercializado (um bem ilícito por natureza). No entanto, na prática, os limites entre ambos os conceitos costumam se confundir, uma vez que as mesmas rotas e redes logísticas servem para ambos”.

O contrabando do cigarro, claro está, tem nos ganhos econômicos o seu principal objetivo. Como visto acima, a diferença de preço determinada pela carga tributária, alta no Brasil e baixa no Paraguai, gera uma margem de lucro considerável para quem consegue transportar o produto sem pagar impostos. “Em termos operacionais, o contrabando funciona por meio de redes logísticas que atravessam frontei-

ras terrestres e rotas fluviais, e até mesmo através de estruturas mais sofisticadas, que envolvem múltiplas empresas de fachada, a utilização de destinos intermediários e, em alguns casos, a corrupção em pontos estratégicos”, esclarece Buitrago.

Não é preciso ser vidente para concluir o impacto do contrabando de cigarro para a economia de um país como o Brasil. “O impacto mais direto é a perda de arrecadação tributária: bilhões de reais deixam de entrar nos cofres públicos anualmente. Há também um efeito de concorrência desleal com a indústria formal, que paga impostos e emprega trabalhadores regularmente, gerando desemprego no setor legal. Além disso, existem impactos que vão além do econômico: saúde pública (cigarros contrabandeados não seguem os padrões regulatórios e podem conter substâncias mais nocivas), segurança (as rotas de contrabando são usadas também para outros bens ilícitos) e fortalecimento de estruturas criminosas, que se financiam com essa atividade”.

Muito se discute a respeito

de qual seria uma política pública eficaz para lidar com esse tipo de crime. Há quem ache, inclusive, que reduzir a incidência de impostos sobre o cigarro seria uma boa solução. Buitrago é de opinião de que não existe bala de prata. “A redução de impostos é uma medida frequentemente discutida e, de fato, pode reduzir a margem de lucro do contrabando ao diminuir a diferença de preço entre o produto legal e o ilegal. Mas tem um custo: menor arrecadação e potencial aumento do consumo de tabaco, o que vai contra os objetivos de saúde pública. Uma política pública equilibrada normalmente combina fiscalização de fronteira mais eficiente e cooperação internacional; rastreabilidade da cadeia produtiva (selos fiscais, códigos de rastreamento); combate à lavagem de dinheiro ligada a essas redes; e uma revisão tributária cuidadosa, que talvez não reduza drasticamente os impostos, mas cabre a carga para diminuir o incentivo econômico ao contrabando sem abrir mão da arrecadação e da política antitabagismo”, conclui ele.



Foto: Divulgação/Polícia Rodoviária Federal

Grande parte dos produtos que entram de forma ilegal no Brasil vieram do Paraguai

A **Facta Financeira**, em respeito aos seus clientes, parceiros e à população do Estado da Paraíba, vem a público prestar os devidos esclarecimentos sobre as condições contratuais e a estrutura de custos aplicadas aos seus contratos de empréstimo consignado:

1. Taxa de Juros: Informamos que a taxa de juros praticada nos contratos de empréstimo consignado para beneficiários do INSS respeita rigorosamente o teto máximo estipulado pelos órgãos reguladores, fixado em **1,85% ao mês**. Reafirmamos nosso compromisso com a transparência e a conformidade legal, garantindo que nossas taxas operam rigorosamente dentro dos limites permitidos pela legislação vigente.

2. Acréscimos Legais: O único acréscimo legalmente previsto incidente sobre as operações é o Imposto sobre **Operações Financeiras (IOF)**, tributo federal obrigatório e comum a todas as instituições financeiras do país.

3. Comissões e Taxas de Adesão: A Facta Financeira esclarece e reitera que **não cobra qualquer taxa de adesão, taxa de abertura de crédito ou comissão** diretamente dos tomadores de empréstimos consignados em seus contratos.

A Facta Financeira reafirma sua dedicação à transparência, à ética e ao cumprimento incondicional das normas financeiras e de proteção ao consumidor.

SAC: 0800.942.0462 — www.factafinanceira.com.br

IMPACTOS LOCAIS

Paraíba prepara-se para El Niño intenso em 2027

Fenômeno climático deve coincidir com período chuvoso no estado

Iluska Cavalcante
Ascom Secties

O fenômeno climático El Niño, que aquece as águas do Oceano Pacífico e altera o regime de chuvas em todo o planeta, deve atingir intensidade elevada em 2027, e o que mais preocupa não é sua simples ocorrência, mas o momento em que ele deve agir. Em relação à Paraíba, o dado relevante é que o fenômeno está praticamente garantido para o próximo ano e pode coincidir com a quadra chuvosa do estado — de março a maio —, período responsável por boa parte da recarga dos reservatórios no semiárido.

Segundo o professor John Cunha, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), o El Niño não é um evento raro: ocorre em cerca de 25% dos anos e, na maior parte das vezes, passa quase despercebido, sem provocar mudanças significativas nos padrões de chuva. O que diferencia o cenário atual é a intensidade. Quando a temperatura da região monitorada do Oceano Pacífico ultrapassa 1,5 °C acima da média histórica, medida pelo Índice Oceânico Niño, o ONI, cientistas passam a falar em “super El Niño”: não um fenômeno novo, mas uma versão mais pronunciada do mesmo processo, com impacto mais provável sobre o clima.

Em condições normais, os ventos sopram de leste para oeste sobre o Pacífico, concentrando as chuvas na Indonésia e na Oceania. Durante o El Niño, esse padrão altera-se e parte da umidade migra em direção



Professor John Cunha explica que efeitos, na PB, devem intensificar-se no próximo ano

Alerta

Quando a temperatura da região monitorada do Oceano Pacífico ultrapassa 1,5 °C acima da média histórica, cientistas passam a classificar o fenômeno como “super El Niño”

à América do Sul. O resultado é heterogêneo: regiões historicamente úmidas, como a Amazônia, tendem a receber menos chuva, enquanto trechos da costa sul-americana — caso do Sul do Brasil — podem registrar volumes acima do normal. “A gente está vendo um ano de El Niño semelhante ao que provocou as inundações em Porto Alegre e em toda a região do Rio Grande do Sul, em 2024”, compara Cunha.

No caso paraibano, o ciclo atual do fenômeno, ativo de julho a dezembro de 2026, deve ter efeito limitado, já que

esse período não concentra as chuvas mais expressivas do semiárido. A atenção está voltada para 2027: os modelos climáticos indicam probabilidade próxima de 100% de o El Niño estar atuando, justamente, durante a quadra chuvosa da Paraíba. “Se eu tenho o El Niño acontecendo agora, vou ter pouco impacto na Paraíba, porque é um período que não tem chuvas significativas, principalmente na região semiárida”, explica o professor. “Mas, na nossa quadra chuvosa principal, ele vai estar ativo. Então, vai ter impacto”, acrescenta.

Seca pode comprometer reservas estaduais

Em agosto, os reservatórios do estado somavam 52% da reserva hídrica, sem previsão de chuvas relevantes até janeiro. Um monitoramento de seca aponta cerca de 40% do território nordestino em situação de seca moderada a grave. A projeção da equipe do professor John Cunha é que a Paraíba inicie 2027 com cerca de 40% de reserva, volume que precisará durar o ano inteiro, justamente sob risco de nova estiagem na quadra chuvosa. “A chance de a gente continuar perdendo volume de água até dezembro é grande, e no principal período de recarga do reservatório, a gente não vai ter chuva”, afirma o docente.

A Paraíba já enfrentou cenários parecidos. Anos de El Niño marcaram períodos de seca no estado em 1993-1994, 1997-1998 e, mais recentemente, 2016-2017, quando o açu-de de Boqueirão, principal manancial de abastecimento de Campina Grande, chegou a cerca de 3% da capaci-

dade, exigindo a transposição de água do Rio São Francisco. Para Cunha, esse histórico não é motivo de alarme, mas de planejamento: os episódios anteriores mostram que antecipar medidas — da gestão hídrica à venda estratégica de rebanhos — faz diferença direta na hora de atravessar o período mais seco.

Incertezas

Apesar da confiança nos modelos sobre a ocorrência do fenômeno, prever exatamente qual região sofrerá mais permanece um desafio. “Dizer exatamente onde vai acontecer é o principal desafio, porque são sistemas dentro de um fluxo da atmosfera que têm certa dificuldade de ser modelados com tanta precisão”, pondera o pesquisador. “No entanto, a gente tem muito mais capacidade de dizer que há um risco muito alto. Conhecer a realidade que a gente tem hoje, um ano antes do período crítico, é importante”. De acordo

com ele, o alerta deve traduzir-se em ação concreta, sobretudo voltada às populações mais vulneráveis, que vivem na Zona Rural, sem infraestrutura hídrica adequada e com acesso à água de menor qualidade.

Conforme o docente, a resposta mais eficaz não é o alarme, mas a convivência planejada com a semiaridez, conceito consolidado nas últimas duas décadas de política hídrica no Nordeste. Isso envolve desde ações de governo — como reforço de infraestrutura e priorização do abastecimento humano e animal — até medidas de menor escala: cisternas para captação de água de chuva, manejo do solo para conter a erosão, recomposição da vegetação nativa e práticas agroecológicas com espécies mais resistentes ao clima da caatinga. Cabe à população um papel simples e direto: reduzir o consumo de água de forma consciente, mesmo a quem não sente o impacto no bolso, é uma forma de soli-

dariedade com quem depende, diretamente, dos recursos hídricos da região.

O fenômeno, garante o professor, é cíclico e conhecido, e é justamente esse conhecimento prévio que permite transformar um risco climático em planejamento, e não em surpresa.

“

Temos a capacidade de dizer que há um risco muito alto. Conhecer a realidade que a gente tem hoje, um ano antes do período crítico, é importante

John Cunha

Poeira Estelar

Claudio Furtado
claudiofurtado@secties.pb.gov.br

O grande vazio

Tem uma expressão da banda Pink Floyd que sempre me acompanha quando penso em Física: “espaços vazios”. No álbum *The Wall*, aquele intervalo entre as canções pesa tanto quanto as notas em si — e não deixa de ser uma boa metáfora para o que a Ciência descobriu sobre o Universo: ele é, antes de tudo, vazio.

A mensagem escondida

E por falar em *Empty Spaces*, a faixa tem uma curiosidade e tanto: escondida logo antes da parte cantada, há uma mensagem gravada ao contrário. Tocada de trás para frente, revela a voz de Roger Waters parabenizando quem chegou até ali por ter descoberto o segredo, e convidando a mandar a resposta para “Old Pink” — o alter ego do protagonista do álbum — aos cuidados de uma espécie de sanatório em Chalfont, uma brincadeira que remete a Syd Barrett, o fundador afastado da banda. Logo depois, uma voz real interrompe avisando que a esposa de Waters estava ao telefone. Achei bonito que bem no meio de uma faixa quase toda instrumental, quase vazia de letra, a banda tenha escondido justamente uma mensagem — como se quisesse lembrar que todo silêncio guarda algo à espera de ser descoberto.

O Sistema Solar cabe nele mesmo

Comece pelo nosso quintal cósmico. A distância média entre a Terra e o Sol é de cerca de 150 milhões de quilômetros — a chamada “Unidade Astronômica”. Agora imagine enfileirar, lado a lado, todos os outros planetas do Sistema Solar, do menor ao maior. Somando os diâmetros de todos eles, dá pouco menos de 400 mil quilômetros — mais ou menos a distância daqui até a Lua. Ou seja, essa fila inteira de planetas caberia, folgada, centenas de vezes dentro do espaço que separa a Terra do Sol. Entre nós e nossa própria estrela, sobra muito mais vazio do que planeta.

4% de tudo

Se isso já causa uma certa vertigem, o quadro fica ainda mais estranho quando olhamos para o universo inteiro. Tudo que enxergamos — estrelas, galáxias, poeira, nós mesmos — é feito de matéria bariônica, a matéria comum, de prótons e nêutrons, e ela representa apenas uns 4% a 5% de tudo que existe. O resto divide-se entre a matéria escura e a energia escura. Duas presenças que a gente não vê, mas sente. Não observamos essa matéria escura diretamente: percebemos sua sombra nas curvas de rotação das galáxias, que giram rápido demais para a massa visível que têm, e nas lentes gravitacionais, quando a luz de objetos distantes curva-se mais do que a matéria luminosa sozinha explicaria.

O vazio dentro do átomo

O mais curioso é que essa mesma lógica se repete-se lá embaixo, na escala mais miúda que existe: o átomo. Um átomo é, na prática, 99,999% vazio. Se o núcleo atômico tivesse o tamanho de uma bola de futebol, o primeiro elétron estaria girando a quilômetros de distância dali. Uma bolinha isolada, orbitando muito longe, no meio do nada. É como se, entre o núcleo e a nuvem de elétrons, houvesse uma cidade inteira de vazio — e ainda assim, graças às forças, que atuam nessa distância enorme, a matéria continua parecendo firme ao toque. A cadeira em que você está sentado agora, a mesa, o próprio corpo, tudo isso que parece tão sólido, são, no fundo, quase inteiramente espaços vazios, sustentados por forças elétricas que criam a ilusão de solidez.

O vazio como personagem

Do Sistema Solar ao coração do átomo, passando pelo universo inteiro, o vazio não é exceção, é a regra. A matéria, essa coisa que parece tão presente e tão nossa, é que é rara: um raro grão de sal em dois oceanos de nada. Talvez por isso o rock tenha tantas canções sobre espaços vazios e sobre o que não se vê — é o mesmo vazio que a física encontra quando olha fundo demais, para dentro ou para fora.

No fim, fico com uma ideia simples: o vazio não é o oposto da existência. É a condição dela — o espaço que sobra é, também, o espaço em que tudo o que importa acontece.

Claudio Furtado, secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior da Paraíba, é professor e doutor em Física da UFPB.

Colunista colaborador

MEIO AMBIENTE

João Pessoa redescobre suas árvores

Pré-inventário revela 15,3 mil exemplares em 902 ruas e aponta desafios para ampliar a arborização da capital

Camila Monteiro
milabmonteiro@gmail.com

Quem mora em João Pessoa há algum tempo já escutou algo sobre a capital ter sido a segunda cidade mais verde do mundo. O título surgiu em 1992, mas o fato é que nunca houve nenhum estudo que o comprove. O *Censo Demográfico 2022*, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trouxe um número que contradiz parte dessa memória coletiva. A proporção de moradores em vias com presença de árvores caiu de 78,4%, em 2010, para 53,2%. O dado colocou João Pessoa na 17ª posição entre as capitais brasileiras e no quarto lugar em relação ao Nordeste, atrás de Fortaleza (59,7%), Teresina (57,7%) e Natal (55,2%).

Contudo, segundo Anderson Fontes, engenheiro agrônomo e diretor de Controle Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente (Semam-JP), o índice do IBGE tem um recorte simplista, pois considera apenas a existência de árvores vinculadas a uma residência, sem contabilizar praças ou fragmentos de mata próximos. “É um documento muito específico. Dá para se basear, fazer gestão com ele, mas não é a fotografia completa da cidade”, explicou.

O diretor reconstitui a origem do título que ainda hoje molda o imaginário da cidade. “Desde 1992, a população paraibana, a população brasileira, teve aquela informação de que João Pessoa era a segunda cidade mais verde do mundo, só perdendo para Paris”, lembra. Segundo ele, o parâmetro vinha de uma recomendação internacional, de que os municípios deveriam ter cerca de 12 m² de área verde por habitante. “A cidade que tiver isso está bem conceituada na arborização, mas, hoje, o próprio órgão não intensifica mais essa questão de *ranking*”, pon-

dera. Para ele, o indicador mais atual e relevante não é a posição ocupada, e sim a participação em programas, como o Tree Cities of the World (Cidades de Árvores do Mundo), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/ONU), título que João Pessoa já recebeu pela quinta vez consecutiva. “É um reconhecimento de que a cidade faz seu plano de manejo, planta bem, cuida bem das árvores e intensifica o programa com a sociedade civil organizada”, afirmou.

O engenheiro agrônomo ainda explicou que o Governo Federal criou o Plano Nacional de Arborização Urbana (PlaNAU), em março deste ano, com o objetivo de ampliar e qualificar a cobertura arbórea urbana, além de promover a biodiversidade. “Uma das primeiras ferramentas de um plano de arborização é você inventariar, diagnosticar, contar

quantas árvores existem”, explicou. E é isso que a Semam-JP está realizando. Um pré-inventário já foi finalizado, como parte de um estudo maior que será divulgado posteriormente.

A estimativa preliminar é de 200 mil a 300 mil árvores na cidade. O número parte do pré-inventário que já identificou 15.385 árvores em 902 das mais de oito mil ruas da capital paraibana. O levantamento agora avança para um diagnóstico completo, com georreferenciamento.

Um dos achados que mais chamou a atenção da própria equipe, como destaca Anderson, foi a origem dessas árvores: 70% das identificadas na primeira fase do plano de arborização foram plantadas e cuidadas pelos próprios moradores, não pelo poder público. “Na calçada de dona Maria, que mora no bairro de Mandacaru, por exemplo, foi ela quem pegou a muda, com-

prou ou recebeu da prefeitura, plantou e zelou pela árvore. Isso mostra que a população sente-se empoderada e ama as árvores, talvez mais do que em muitas outras cidades do Brasil”, disse.

Dois lados

O pré-inventário já permitiu mapear desigualdades dentro da própria cidade. Bairros como Castelo Branco, Bancários e Jardim Cidade Universitária — região que abriga o Parque Linear das Três Ruas e a Universidade Federal da Paraíba — concentram a maior presença de árvores viárias, ao lado de áreas como Valentina de Figueiredo, onde moradores ainda mantêm exemplares nas calçadas.

Do outro lado, Manaíra aparece como o bairro com menor arborização viária. A verticalização substituiu antigas casas com quintais arborizados por prédios e mesmo

praças de porte considerável não compensam a escassez de árvores nas calçadas. Para o diretor de Controle Ambiental da Semam-JP, esse fator já reflete em temperaturas mais altas na região.

Espécies encontradas

O levantamento também revela a composição da flora urbana. São 115 espécies identificadas, sendo 70% exóticas e 30% nativas. A campeã de plantios é a ficus-benjamina (*Ficus benjamina*), espécie mais plantada nos anos 1980, seguida pela chuva-de-ouro (*Cassia ferruginea*) e a castanhola (*Terminalia catappa*), todas exóticas. Enquanto isso, ipês foram as espécies nativas mais comuns nas ruas da cidade.

A gestão municipal não planta exóticas e o Viveiro Municipal só produz mudas de plantas nativas, explicou Anderson. Ele ainda acrescentou que, dentro do programa

João Pessoa Mais Verde, haverá, paulatinamente, a substituição das espécies de fora pelas próprias do país.

O diagnóstico também está mapeando as árvores centenárias da cidade, que carregam valor histórico, além do ambiental. É o caso das figueiras-asiáticas (*Ficus microcarpa*), localizadas na Praça Rio Branco, no Centro. “Às vezes, ninguém nem sabe o nome oficial da praça, mas todo mundo lembra da árvore”, observa Anderson. Outras árvores de destaque são os oitizeiros (*Licania tomentosa*), que margeiam a Praça Pedro Américo, também no Centro da cidade.

Conforme a Prefeitura Municipal de João Pessoa, 7.252 mudas de árvores nativas foram plantadas em 2026. Além disso, mais de 5.830 mudas foram doadas à população para o plantio de janeiro a agosto deste ano.

Áreas verdes são cruciais para bem-estar coletivo

Para o ecólogo Bruno Assis, reduzir a arborização urbana a uma questão estética é um erro. “Ela cria espaços de contato cotidiano com a natureza e contribui para reduzir a sensação de estresse, favorecer momentos de descanso, lazer e contemplação e estimular a prática de atividades físicas”, pontuou. Tais fatores atuam diretamente na relação entre a qualidade ambiental e de vida para a população.

Por isso, conscientizar a sociedade sobre a importância das áreas verdes como estruturas de saúde ambiental e bem-estar coletivo é essencial. “Quando conseguimos aproximar as pessoas de ambientes naturais, de maneira segura e organizada, existe uma mudança na própria re-

lação delas com o território. A pessoa deixa de enxergar a área verde apenas como um espaço vazio ou paisagístico e passa a reconhecê-la como um patrimônio ambiental que também pertence a ela”, detalhou o ecólogo.

Os benefícios de manter as árvores no ambiente urbano são diversos. De acordo com Bruno, as árvores, além de propiciar sombra, reduzindo a incidência direta da radiação solar, liberam água para a atmosfera e ajudam a dissipar parte da energia térmica no ambiente. “Esse efeito é especialmente importante nas cidades, onde a grande quantidade de concreto, asfalto e outras superfícies impermeáveis favorece a formação das chamadas ‘ilhas de calor urbanas’. Portanto,

quando ampliamos a arborização e preservamos áreas verdes, não estamos apenas plantando árvores, estamos aumentando a capacidade da cidade de regular o próprio microclima”.

Porém, o papel das árvores vai além do clima. Segundo o profissional, copas e solo permeáveis funcionam como parte de um sistema natural de drenagem, retardando a chegada da água da chuva ao solo, um fator relevante para uma cidade que enfrenta, recorrentemente, episódios de alagamento. Áreas verdes bem distribuídas também cumprem função social — criando espaços de convívio e pertencimento —, e ecológica, funcionando como corredores que conectam fragmentos de mata e permitem

a circulação da fauna silvestre pela malha urbana.

Perseverança

Diante desse cenário, o Jardim Botânico Benjamin Maranhão, localizado no bairro da Torre, segue como um símbolo de resistência em meio à cidade. Inserido no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Buraquinho, uma unidade de conservação de proteção integral com cerca de 512,9 hectares, o espaço é um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica em área urbana do Brasil.

A unidade reúne 557 espécies de angiospermas, distribuídas em 396 gêneros e 110 famílias botânicas, além de 23 espécies de samambaias e uma licófito, segundo o levantamento florístico mais recente. O local conta com diversas

trilhas guiadas, além de um bromeliário e um orquidário com finalidades conservacionistas e educacionais. Somase a essas iniciativas a existência de um meliponário, local dedicado à criação de abelhas nativas sem ferrão, com o intuito de sensibilizar a população sobre a importância dessa espécie.

Para a diretora do Jardim Botânico, Juliana Coutinho, a importância da Mata do Buraquinho para João Pessoa vai muito além da paisagem. “Por ser um fragmento florestal, localizado em perímetro urbano, contribui para a qualidade ambiental, oferece bens e serviços ecossistêmicos para a manutenção da biodiversidade, proteção dos recursos naturais e para o equilíbrio do ambiente urbano”, afirma.



A Praça Rio Branco, no Centro, concentra árvores centenárias que aliam importância ambiental e valor histórico

ISIS STELA

Freira usa o esporte como ferramenta de humanização

Isis declarou que o esporte é superação, mas não é um convite ao individualismo

Madre declara que futsal é a sua modalidade preferida, mas que a corrida está mais inserida no seu cotidiano

Danrley Pascoal
danrleyp.c@gmail.com

Para alguns grupos, praticar esporte ainda é um tabu. Quando falamos de padres e freiras, há estigma da fé. O preconceito prevalece e acaba afastando, antes de tudo, homens e mulheres de um estilo de vida saudável. O jornal **A União** conversou com Isis Stela Alves dos Santos, de 37 anos, que é madre, mas pratica corrida e joga futsal. Ela conta um pouco do seu esforço para não deixar o julgamento humano fazê-la parar.

“Quando falamos de vida religiosa, precisamos entender que ser freira não nos tira a humanidade. Pelo contrário, potencializa quem somos e nos torna ainda mais humanas. No nosso convento, nós buscamos a integração do nosso ser através do autocuidado, formação e promoção de todas as dimensões de nosso ser. E daí entra também o nosso bem-estar físico. O nosso corpo é templo do Espírito Santo, mas também é através dele que atuamos em nossa vida missionária. Portanto, precisa de cuidado e atenção”, explica a madre.

Ela é fundadora e superiora do Instituto das Irmãs Diocesanas do Divino Coração (Instagram @irmasdiocesanas.oficial), que atua principalmente em cidades da Paraíba e Rio Grande do Norte, “fazendo trabalhos que aproximam o povo do coração de Cristo, o bom pastor”. Além disso, a irmã é contadora, com pós-graduação em Gestão Ecclesial, e graduanda de Teologia.

“O esporte é muito promovido em nosso convento. E sempre gostei de me exercitar, mesmo antes da vida religiosa. Hoje, como religiosa, entendo que o cuidado com minha saúde e bem-estar é condição para viver minha vocação com excelência. Gosto muito de patinar, o que faço pouco. Sempre gostei de jogar futsal, e a prática tem muitas adeptas em nosso convento. E, atualmente, me encantei com a corrida. Ainda iniciante, tenho tentando manter a disciplina de exercícios que me ajuda a viver bem,

cumprindo meu dia de orações, estudos, trabalhos e missões”, completou a irmã.

Prazer de correr

Madre Isis declarou que o futsal é seu esporte preferido, mas que joga com menos frequência do que gostaria. Hoje, a corrida está mais inserida no seu dia a dia. Segundo a madre, quando ela e suas irmãs de fé estão correndo, não há competição, mas um sentimento de fraternidade.

“Como disse, iniciei na corrida, com a inspiração de algumas de nossas irmãs. Não sou maratonista, participei há poucos dias da Corrida de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro [evento religioso realizado na cidade de Mossoró (RN)]. Foram 5 km, foi desafiante, mas muito interessante, porque corri com outras de nossas irmãs e fizemos todo o percurso juntas. Inclusive, cruzamos a linha de chegada juntas”, conta a irmã Isis.

Religião e esporte

Ao jornal **A União**, madre Isis destacou ser muito feliz pela vida e missão que abraçou como mulher, cristã e religiosa. Para além do esporte, diz ter alegria por pertencer a Deus totalmente e viver da sua providência e vontade. Segundo ela, sua vocação nunca foi uma barreira ao seu amor pelo esporte.

“O esporte é superação, mas não é um convite ao individualismo. Assim como a fé, nos imerge numa construção pessoal que só tem sentido se pensada na vivência comunitária. O esporte é autocuidado que nos promove e deve ser associado a nossa espiritualidade como parte integrante do que somos. Creio que hoje o ser humano como um todo tem se aberto à necessidade da prática esportiva. E a cada experiência cria convicções de sua importância. No nosso meio, vejo também como uma crescente”, disse.



Fotos: Arquivo pessoal



Isis Stela tem participado ativamente de corridas e jogos com outras religiosas, convicta de que o esporte é condição para ter uma vida mais saudável

FUTEBOL FEMININO

Seleção vai fazer quatro amistosos

Jogos serão contra a Argentina, em 10 e 13 de outubro, e contra o Japão, em 29 de novembro e 5 de dezembro

Toni Assis
Agência Estado

Com o foco na preparação da equipe para a disputa da Copa do Mundo feminina no ano que vem, a Seleção Brasileira tem quatro amistosos para este fim de ano. O Brasil vai enfrentar a Argentina em duas datas de outubro e volta a entrar em ação entre o fim de novembro e início de dezembro, com mais dois compromissos, diante do Japão.

Os quatro confrontos têm datas e locais definidos. Os duelos diante da equipe sul-americana serão realizados nos dias 10 e 13, no mês que vem, no Beira-Rio, em Porto Alegre.

Já diante da Seleção Japonesa, a delegação nacional vai cruzar o mundo. Assim, as brasileiras vão atuar no dia 29 de novembro em Hiroshima e depois finalizam a preparação com a última partida amistosa em Okayama, em 5 de dezembro.

“

Temos a chance de encerrarmos o ano com Datas Fifa contra seleções bastante distintas

Arthur Elias

Os duelos serão os últimos testes da equipe do trei-



Foto: Livia Villas Boas/Staff Images/CBF

Jogadoras da Seleção principal do Brasil durante comemoração de gol em amistoso contra a Jamaica em 2024, na Arena de Pernambuco, vencido por 4 a 0

nador Arthur Elias neste ano de 2026. A convocação para a primeira etapa da Data Fifa de outubro está marcada para acontecer no próximo dia 22 de setembro, às 15h, na sede da CBF, no Rio.

O treinador da equipe na-

cional celebrou o fato de ter testes contra equipes de diferentes estilos visando o Mundial de seleções do ano que vem. Segundo ele, a oportunidade vai ser valiosa.

“Temos a chance de encerrarmos o ano com duas Datas

Fifa contra seleções bastante distintas. A Argentina teve um grande desempenho nas eliminatórias e na Copa América. É uma seleção que evoluiu muito. E a Seleção Japonesa é uma das favoritas para a Copa e sempre um confron-

to muito difícil, pela qualidade das suas jogadoras e sua velocidade de jogo”, disse.

A Copa do Mundo de 2027 será realizada no Brasil de 24 de junho a 25 de julho. A competição vai contar com as seguintes cidades-sede: Belo

Horizonte (Mineirão), Brasília (Mané Garrincha), Fortaleza (Arena Castelão), Porto Alegre (Beira-Rio), Recife (Arena Pernambuco), Rio (Maracanã), Salvador (Arena Fonte Nova) e São Paulo (Neo Química Arena).

Formiga vê a Copa no Brasil como impulso para o futebol

Agência Estado

Ex-jogadora e atual diretora de Políticas de Futebol Feminino do Ministério do Esporte, Formiga falou sobre a oportunidade que vê na Copa do Mundo Feminina de 2027, no Brasil, para impulsionar a modalidade. Durante a Women’s International Football Summit (WIFS), espaço de discussão sobre o futebol feminino, a ex-atleta destacou que este é o momento para impulsionar o futuro da modalidade no país.

Para Formiga, o legado de sediar a Copa pode se espalhar pelo Brasil e não ficar restrito às cidades-sede. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e Recife receberão partidas do Mundial, mas a ex-jogadora deseja que os frutos do torneio também alcancem outras regiões do país.

“Precisamos olhar com carinho para os projetos sérios que há anos vêm dando oportunidades a meninas. Que o legado da Copa possa atingir o máximo de meninas no país”, comentou no evento.

A ex-jogadora também destacou que a competição pode aproximar o futebol feminino de cidades que não receberão partidas. Formiga citou a possibilidade de levar grandes seleções para outras regiões e defendeu que os projetos sociais que já trabalham com meninas sejam considerados no processo de expansão da modalidade.

“Mesmo que a Seleção não jogue lá, temos oportunidades de levar grandes seleções para lá, para despertar o interesse dessas cidades a começar a trabalhar futebol feminino. Mesmo clubes que não estão na Série A podem, através da Copa do Mundo, dar um ‘start’”, afirmou.

Mundial 2027

A realização do Mundial no país também aumenta a expectativa em torno da Seleção Brasileira, que terá a vantagem de disputar a competição em casa. O Brasil busca seu primeiro título e tem como melhor campanha o vice-campeonato de 2007, quando perdeu a final para a Alemanha.

Formiga afirmou que o momento pode ser importante para a equipe e defendeu

uma postura mais confiante na preparação para o torneio. Para a ex-jogadora, que se despediu da Seleção em 2021, a proximidade da Copa deve ser encarada como uma possibilidade de transformar o futebol feminino brasileiro.

Expansão

Formiga defende uma maior integração do futebol feminino em outras regiões e que o legado da Copa do Mundo no Brasil possa atingir o máximo de meninas no país

“Já vivemos muito com incertezas. Nossa fala tem que ser taxativa. Vai ser possível transformar. Precisamos acreditar. Quantos anos batemos na trave para ganhar a Copa do Mundo? Talvez essa seja a oportunidade. O momento chegou e é este”, disse.



Foto: Thaís Magalhães/CBF

Formiga está otimista em relação ao crescimento do futebol feminino no Brasil com a Copa

RICHARLISON

Jogador luta para deixar o Tottenham

Atacante segue insatisfeito no clube inglês, onde não vem sendo relacionado para jogos, e busca rescindir o contrato

Leonardo de Sá
Agência Estado

A vida de Richarlison no Tottenham não parece que vai melhorar. O jogador buscou uma alternativa para sair do clube na última janela de transferências, porém não obteve sucesso. Mesmo com a liberação do clube do norte de Londres para que o Pombo encontrasse um novo time, as ofertas recebidas e as opções disponíveis, em alguns momentos, não agradaram ao time inglês e, em outros, não foram satisfatórias para o atleta. Com isso, o tempo passou, as opções do atacante se esgotaram e sua única alternativa foi continuar no Tottenham.

O camisa 9 segue no elenco dos ingleses e não tem sido relacionado para as partidas da temporada, chegando ao ponto de Roberto De Zerbi, técnico do clube do norte de Londres, afirmar que Richarlison não jogará mais pelo time. Além disso, a última esperança do brasileiro era retornar ao seu país para jogar por seu time do coração, o Vasco, mas a negociação não deu certo por discordâncias sobre o tempo de contrato, situação admitida pelo atacante em vídeo no Instagram.

Agora, as opções de Richarlison são escassas diante da cruzada iniciada com seu pedido para deixar o Tottenham. O cenário é ainda mais complicado pela perceptível tensão no vestiário, em um momento no qual o atacante permanece no elenco, mas sem espaço com o técnico italiano.

Para Pedro Lopes, advogado e sócio-fundador do PPLlaw, escritório especializado em direito desportivo, o atacante ainda tem três caminhos para deixar o Tottenham, mas todos apresentam obstáculos.

“São três caminhos [para Richarlison], em ordem de viabilidade. O primeiro, e mais provável, é um acordo com o Tottenham para a rescisão do contrato. O segundo é esperar a janela de janeiro para buscar uma transferência definitiva. O terceiro, e mais arriscado, é a rescisão unilateral por justa causa, caso o jogador consiga sustentar que o clube adota uma conduta abusiva para forçá-lo a sair. Se a Fifa não reconhecer a justa causa, o atleta pode ser responsabilizado por indenização”, explica.

O especialista em direito desportivo lembra ainda que o contrato do atacante com o clube do norte de Londres vai até junho de 2027.

Rescisão

O jornal *The Athletic* informou na última semana que Richarlison e seus advogados já estudariam a possibilidade de recorrer a um artigo do regulamento da Fifa para tentar rescindir seu contrato com o Tottenham. Por meio do artigo 15 do regulamento da entidade, o atleta poderia alegar “justa causa esportiva” e usar como argumento a falta de oportunidades em campo e o afastamento do elenco principal.



Richarlison atravessa momento muito difícil na carreira, sem poder mostrar o seu futebol

O jogador não faz parte dos 25 inscritos para disputar a Premier League e treina separado. Segundo Pedro Lopes, porém, a aplicação do artigo depende do cumprimento de três requisitos previstos no regulamento da Fifa. “O regulamento da Fifa exige três requisitos cumulativos: que o atleta seja um profissional consagrado, que tenha atuado em menos de 10% das partidas oficiais do clube na temporada e que notifique a rescisão nos 15 dias seguintes à última partida oficial da temporada”, comenta.

Declarações de Zerbi

Uma eventual possibilidade para Richarlison seria buscar, na fala de De Zerbi, a justificativa para a rescisão. O técnico afirmou que não pretende utilizar o atacante nas partidas do Tottenham, mesmo que ele esteja disponível, o que pode ser usado pelo jogador para sustentar a tese de que está sendo impedido de exercer sua profissão.

Para Bernardo Marchesini, membro da Comissão de Direito Desportivo da OAB/SC e sócio do RCA Advoga-

dos, a situação é delicada, mas as declarações do treinador podem ter peso em uma eventual disputa. Segundo ele, não escalar um jogador faz parte das prerrogativas técnicas do treinador, mas impedir de forma prolongada que o atleta tenha qualquer possibilidade de atuar é uma situação diferente.

“Uma situação complexa, mas cabível seria utilizar declarações como a proferida pelo técnico De Zerbi para buscar, perante a Fifa, a rescisão por culpa do clube, o que tiraria do jogador o dever de pagar a multa contratual”, afirma.

Segundo Marchesini, caso a Fifa entenda que não houve motivo suficiente para a rescisão por culpa do Tottenham, Richarlison poderia ser obrigado a pagar uma indenização prevista no contrato. Por outro lado, se a justa causa for reconhecida, o jogador deixaria o clube sem essa obrigação.

Ficar livre

Caso Richarlison consiga rescindir o vínculo com o Tottenham, ficará livre para procurar outra equipe. A si-

tuação abriria uma possibilidade que hoje é limitada pelo calendário das janelas de transferências, mas o registro dependeria das regras do país para o qual ele se transferir.

Bernardo Marchesini explica que um jogador que se torna agente livre pode ser registrado mesmo fora do período de transferências, desde que sejam respeitadas as normas da federação de destino. No Brasil, por exemplo, seria necessário observar os prazos estabelecidos pela CBF para inscrição no BID.

“Extinto o vínculo, o atleta se torna agente livre, e o regulamento da Fifa permite o registro fora dos períodos de inscrição, respeitadas as regras da federação de destino”, explica.

Caso não consiga uma rescisão ou transferência antes disso, Richarlison ainda terá a possibilidade de cumprir o restante do vínculo com o Tottenham. O contrato do atacante com o clube inglês é válido até junho de 2027, quando ele ficará livre para definir seu próximo destino sem a barreira com o clube inglês.

Pedro Alves

pedroalvesjp@yahoo.com.br

Tomando forma

Realmente, pelo menos para a primeira edição e pelo menos até agora, as reflexões que propus sobre os critérios adotados para a participação da Copa Paraíba se impuseram na realidade muito mais como alarmismo do que como um prático problema. A Federação Paraibana de Futebol conseguiu mesmo convencer todos os seis clubes que lançou como integrantes natos do campeonato deste ano a disputar o torneio. Todos já têm treinadores acertados e, até agora, só o Esporte de Patos não anunciou jogadores, embora tenha prometido publicamente isso para breve. O Esporte, aliás, que inevitavelmente é uma das atrações. Isso porque terá no seu comando um novo presidente, o otimista Mário Leitão, professor universitário federal aposentado, que pela primeira vez foi alçado ao cargo principal do Pato.

Além disso, o seu treinador é o principal nome da história do futebol dentro do torneio: Marcelinho Paraíba. Ainda que não tenha uma carreira como técnico que amarre as chuteiras da sua trajetória como jogador de futebol, o craque de passagens por Grêmio, São Paulo, Hertha Berlin e Seleção Brasileira, inevitavelmente, é a maior figura da competição. Mesmo sem começar o torneio com o status de melhor treinador. Longe disso, eu diria.

Marcelinho chega ao clube com uma boa história a contar também. Seu pai, Pedrinho Cangula, foi jogador do Terror do Sertão, e, segundo palavras de Marcelinho, ficou bem feliz com o acerto do filho com o clube patoense. Batemos um rápido papo com Marcelinho na última terça-feira (15), na live do PB Esportes, site do amigo João da Paz, que comandou a entrevista. A amiga Vitória Soares, da Arena Correio, completou a mesa-redonda digital.

Lá, Marcelinho falou da expectativa para a Copa Paraíba, torneio que vale uma vaga na Copa do Brasil. Mas, com o perdão do trocadilho, o Esporte é o patinho feio do torneio. Mas o otimismo de Mário Leitão e de Marcelinho Paraíba que o Pato possa dar trabalho é comovente. Eu, particularmente, duvido muito que isso ocorra.

No topo da tabela ainda imaginária da competição, Serra Branca, Campinense e Treze. Começo pelo Serra porque, para mim, chega como favorito ao título. O clube foi buscar o treinador Waguinho Dias do ABC, que acaba de subir com o clube potiguar para a Série C. Foi agressivo, portanto, em termos de comissão técnica no mercado. Além disso, tem o meia Dione no elenco, candidato a protagonista da Copa. Coppetti, Leilson e Rodolfo Potiguar fecham os bons nomes.

O Treze manteve Adriano Souza mesmo após eliminação na Série D. Convicção no trabalho interessante, marca que já foi do Galo, mas que há anos não é. Ou não era. Seguem ainda Marquinhos e Buba. Nomes que devem ajudar o time a ser competitivo nesta Copa Paraíba.

O Campinense vai apostar na volta de Dico Wooley. O torneio também marca o retorno de William Simões ao cargo de presidente e, mais do que isso, de formatador de elenco. E um dirigente que alcançou um título de Copa do Nordeste, um vice do torneio, três estaduais e a formação de bons elencos em momentos de dificuldade financeira se respeita. O bom zagueiro Franklin, um dos melhores da posição do Paraibano 2026, permanece.

O Nacional de Patos vai de Roberval Davino como técnico. Um treinador histórico do futebol nordestino e do interior paulista. Jamais imaginei ver ele na Paraíba que não fosse por um dos clubes do trio de ferro. O Naça pensou grande até. Vamos ver o elenco. E, por fim, o Atlético de Cajazeiras de Raimundo Wagner, que, imagino, vá ser coadjuvante. Até aqui só o lateral-direito Felipinho é um atleta que me agrada na montagem do elenco do Továo.

No mais, a competição deste ano não deve ter intercorrências graves. Ninguém ameaçou não jogar e, pelo contrário, todos confirmaram presença e estão trabalhando com alguma antecedência na montagem de seus times. O que me surpreende. O torneio, realmente, vale muito. Uma vaga na Copa do Brasil pode valer, de entrada, pegando as cifras deste ano, de R\$ 400 mil a R\$ 800 mil, a depender do *ranking* do clube. Quem não quer?

Jogadores do Flamengo cumprimentam torcedores após a classificação para as semifinais da Copa Libertadores depois de eliminar o Del Valle

BRASILEIRÃO

Flamengo joga para manter liderança

Rubro-Negro enfrenta o Bragantino no Maracanã; rodada deste domingo ainda terá mais quatro partidas

Da Redação

Cinco jogos fecham, hoje, a 28ª rodada do Brasileirão: às 11h, na Arena do Grêmio, jogam Grêmio e Palmeiras (Premiere); às 16h, na Neo Química Arena, tem Corinthians x Fluminense (TV Globo), bem como Vitória x Cruzeiro (Premiere) no Baradão; às 18h30, no Maracanã, o Flamengo recebe o Red Bull Bragantino (SporTV e Premiere); mais tarde, às 19h30, o Athletico-PR joga contra o Bahia (Premiere) na Arena Baixada.

O domingo (20) terá como destaque a briga pela liderança da Série A. Flamengo e Palmeiras lutam intensamente pelo título da competição. O Rubro-Negro (líder) tem 57 pontos, já o Alviverde (vice-líder), 56. Ambos garantiram vaga na semifinal da Copa Libertadores no meio de semana passado e, agora, voltam todas as atenções para o torneio de pontos corridos.

Grêmio x Palmeiras

O Alviverde tem uma dura missão na manhã de hoje, quando enfrenta o Tricolor Imortal, com a Arena do Grêmio lotada. Isso porque Renato Gaúcho fará sua reestreia como treinador da equipe sulista diante do seu torcedor. A expectativa é de que 55 mil pessoas estejam no estádio.

O Grêmio soma 28 pontos e vem de duas derrotas seguidas. Na estreia de Renato, contra o Botafogo, no Rio de Janeiro, na última quarta-feira (16), a equipe gaúcha perdeu por 3 a 2. Pressionado, o técnico aposta

no mando de campo para bater o Palmeiras. “Com todo respeito ao Palmeiras, sabemos das dificuldades, mas o Grêmio, com a Arena cheia, é muito forte. A partir deste domingo, o nosso torcedor está convocado para vir, nos apoiar e lotar a Arena nos próximos jogos, para que a gente consiga os pontos necessários para sair dessa situação. Vamos trabalhar para colocar o Grêmio em seu devido lugar”, afirmou Renato.

Do lado palmeirense, o que preocupa é a ausência de Murilo. No entanto, Abel Ferreira terá os retornos de Barboza e Marlon Freitas, que foram desfalques contra o São Paulo. O time paulista precisa vencer para ter chances de terminar a rodada na liderança. Além dos três pontos, o Alviverde depende de um tropeço do Flamengo.

Grêmio e Palmeiras contabilizam 102 jogos disputados em toda história, conforme o *site* ogol.com.br. Os gaúchos têm 22 vitórias, os paulistas, 46 triunfos, e ainda há o registro de 34 empates. No Sul, houve 52 partidas: o Tricolor Imortal tem 18 vitórias, 21 empates, e foram registrados 13 triunfos do Alviverde.

Flamengo x RB Bragantino

Para se manter na primeira posição sem preocupação com o Palmeiras, o Rubro-Negro necessita dos três pontos diante do Touro Louco. Embalado pela classificação na Libertadores, o torcedor sonha com o enecampeonato da competição nacional e promete fazer grande festa no Maracanã na noite de hoje. No



Renato Gaúcho conversa com jogadores antes do treinamento visando o jogo contra o Palmeiras

Brasileirão, o Flamengo vem de uma sequência de três vitórias.

A missão flamenguista não será tão fácil. Isso porque o duelo mais recente entre as equipes terminou 3 a 0 para o Massa Bruta, em 3 de abril de 2026. Desde 2023, os dois clubes tiveram sete encontros, com quatro vitórias do Flamengo, um empate e duas vitórias do Bragantino. Em toda a história, foram disputados 24 jogos, com nove vitórias do Rubro-Negro, sete empates e oito triunfos do time de Bragança.

Leonardo Jardim falou, em entrevista coletiva, sobre atuar com força máxima na partida de hoje, considerada pelo treinador como uma “final”. “Temos que nos preparar da melhor forma, respeitando sempre todos, e

tentando impor as nossas ideias. É uma final contra o Red Bull, e temos que estar altamente concentrados e com atitude para conseguir os pontos”, disse.

Corinthians x Fluminense

Outro semifinalista da Libertadores, o Fluminense visita o Corinthians na Neo Química Arena em busca de um lugar no G4 do Brasileirão. Com 45 pontos, o time carioca vive bom momento com Marcão no comando técnico. O treinador trabalha de forma interina, mas tem o apoio do elenco para terminar a temporada. Do outro, o time de Fernando Diniz amarga seu pior momento em 2026. Eliminados da Libertadores, o Alviverde acumula cinco derrotas seguidas na Série A. Uma derro-

ta hoje pode colocar um fim no trabalho do técnico corinthiano.

Palmeiras

Um ponto atrás do líder Flamengo (57 a 56), o Alviverde joga mais cedo (11h) contra o Grêmio, em Porto Alegre, na tentativa de recuperar a liderança do Brasileirão

Patrono da Academia de Letras, Ciências e Artes do Vale do Mamanguape (Alca-VM), Carlos Dias Fernandes (1874–1942) é um dos homenageados da 5ª edição do evento

Na próxima sexta-feira (25), a Rainha do Vale realiza festa literária gratuita com participação de 11 municípios paraibanos

Ilustração: Tônio

Mamanguape

respira literatura



Ademilson José
Especial para A União

Lançamento de livros, feira de artesanato, exposições de arte e premiação de estudantes ganhadores de um concurso literário que envolve escolas dos 12 municípios da região. Esse é um resumo do que acontecerá na 5ª Festa Literária do Vale do Mamanguape, marcada para começar na próxima sexta-feira (25), a partir das 9h, na Câmara Municipal, no Litoral Norte da Paraíba. O evento gratuito é promovido pela Academia de Letras, Ciências e Artes do Vale do Mamanguape (Alca-VM) que, na oportunidade, também comemorará seus nove anos de fundação.

“Esta será, sem sombra de dúvidas, a maior festa literária já realizada no interior do estado”, afirma Neuzomar de Souza que, com Cássio Marques, Tarcísio Martins e Edna Calixto, formam a equipe de acadêmicos que, sob a batuta do presidente da entidade,

Alfredo Fagundes, vem trabalhando nos planejamentos e na organização do evento.

O concurso de redação sobre memória e história regional destacará três estudantes de cada uma das 12 cidades e, ao fim de tudo, serão selecionadas as três melhores notas da região. As premiações serão anunciadas na parte solene do evento, que acontece pela manhã. Além dos acadêmicos, também se farão presentes os prefeitos e os secretários de Cultura de Mamanguape e dos demais 11 municípios da região.

Serão exibidos vídeos resumindo a história de cada cidade, assim como a exposição de pinturas e artesanatos que, além de expostos, também poderão ser comercializados por seus autores nas 12 tendas do festival.

“Começamos somente com livros em 2018, mas hoje o que temos mesmo é uma festa completa de cultura”, resume Cássio Marques, secretário da academia, ao acrescentar a apresentação de corais, grupos de danças e tudo do que envolve o folclore regional, a exemplo de comidas típicas.

Na solenidade marcada para começar às 9h, prefeitos e prefeitas ocuparão a mesa dos trabalhos com a diretoria da Academia de Letras, Ciências e Artes do Vale do Mamanguape.

Abertura das atividades será abrilhantada pela banda de música de Mataraca. Prefeitos e secretários de Educação farão entrega dos prêmios aos vencedores (três primeiros lugares) e, na ocasião, professores e/ou tutores desses alunos também serão premiados.

O prefeito e o presidente da Câmara de Mamanguape, respectivamente, Joaquim Fernandes e Neto Belino, estão, desde o início dos preparativos como principais parceiros da academia, e, com eles, também a prefeita Magna Gerbasi (Rio Tinto), Elizabete de Oliveira (da Baía da Traição), Ellys Sonia (Marcação), Eymard de Araújo Pedrosa (Mataraca), Carlyanne Soares Borba (Capim), Joao Batista Santos da Silva (Itapororoca), Helio Severino de Sousa (Cuité), Adjmir Sousa da Silva (Curral de Cima), Michele Ribeiro de Oliveira (Pedro Régis), Marcio Aurélio Madruga Cruz (Jacaraú) e Camaf Douglas (Lagoa de Dentro).

A tarde será toda dedicada a lançamentos e mesas redondas, nos quais escritores e poetas da academia irão autografar e debater com estudantes sobre novas obras ou que foram apresentadas em festas literárias anteriores. Deno-

mina do “Pra-ta da casa”, um dos principais destaques deste momento será a participação do vice-presidente da entidade, o escritor e historiador Marcos Cavalcanti, que lançará livros biográficos sobre 13 personalidades e artistas nascidos em Mamanguape.

Entre as personalidades mamanguapenses biografadas na festa literária, destacam-se o padre Azevedo, que foi o inventor da máquina de escrever; Marcos Barbosa, que, antes mesmo de Santos Dumont, foi o primeiro homem a voar; os governadores Álvaro de Carvalho, Aristides Lobo e Castro Pinto; além ainda do escritor José Vieira, que ficou fora da coletânea dos 13 primeiros vultos homenageados, mas que será apresentado como o próximo lançamento.

Autor de 67 livros e plaquetes, Marcos Cavalcanti também vai aproveitar o momento literário da tarde para, como fundador e primeiro presidente, contar a história da Alca-VM.

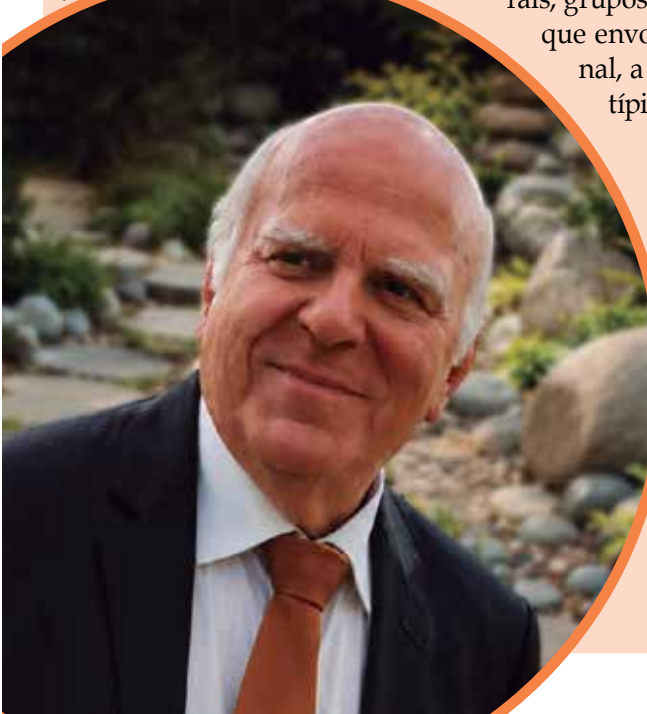
Fundada em 14 de setembro de 2017, neste ano a entidade comemorou CNPJ e aprovação de utilidade pública da Câmara Municipal de Mamanguape, reconhecimento que também vem obtendo dos demais municípios da região.

A reunião de criação aconteceu no antigo palacete dos Lundgren, onde funcionava uma biblioteca da Prefeitura de Rio Tinto e, como primeiro presidente, as providências iniciais relacionadas à preparação de estatuto e criação de bandeira e brasão da entidade.

Graças ao apoio da então prefeita de Mamanguape, Maria Eunice, em 25 de outubro de 2024, a academia ganhou sede própria na entrada de Mamanguape, espaço onde instalou uma estátua do seu patrono, o celebrado intelectual mamanguapense Carlos Dias Fernandes, homenageado da edição inaugural e novamente celebrado agora.

“Nesse momento em que realizamos um grande evento cultural, aproveitamos para celebrar também os nove anos de fundação da entidade, que além de nossa casa acadêmica é, também, a guardiã da memória cultural de nossa região”, comemora o poeta Alfredo Fagundes.

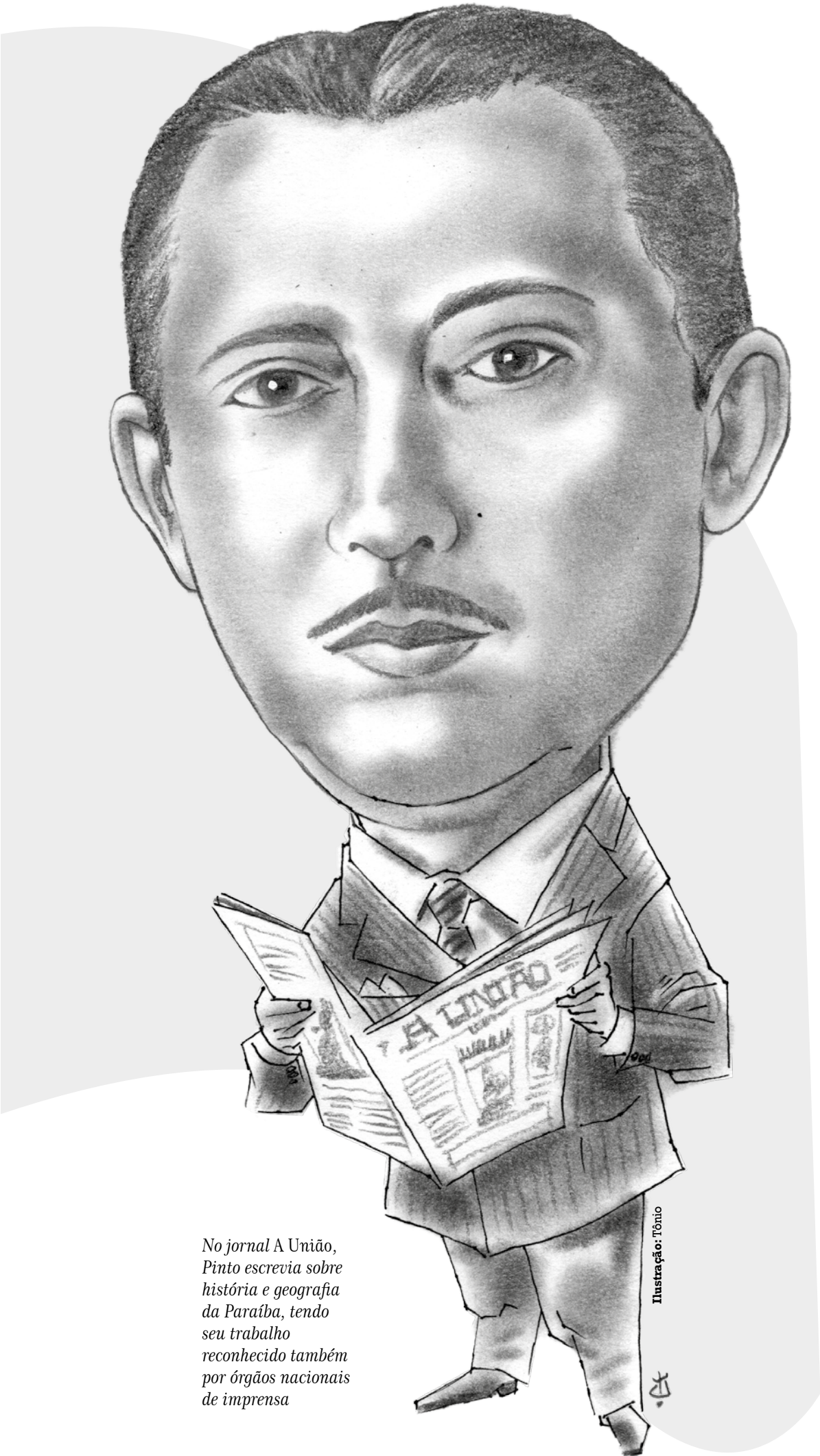
Foto: Reprodução/Instagram



Poeta Alfredo Fagundes (E) é o atual presidente da Alca-VM, entidade que organiza o festival; na ocasião, o escritor Marcos Cavalcanti (D), como primeiro presidente e fundador, contará a história da formação da academia

Foto: Leonardo Ariel





No jornal A União, Pinto escrevia sobre história e geografia da Paraíba, tendo seu trabalho reconhecido também por órgãos nacionais de imprensa

Ilustração: Tônio

Angélica Lúcio

angelicallucio@gmail.com

Eu defendo a comunicação pública como política de estado

A Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública) realizou nesta semana, em Brasília (DF), a quarta edição de seu Congresso Nacional de Comunicação Pública (Compública), reunindo comunicadores de todas as regiões do Brasil. Estive no evento representando o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), ao lado de colegas de trabalho que construíram a primeira política de comunicação da instituição.

Criada há 10 anos, a ABCPública reúne hoje 500 associados com representações em todo o Brasil. Quer dizer, 500 associados até o dia em que escrevi este texto, afinal, a cada dia do congresso, que contou com mais de 1.800 participantes, o número de comunicadores que decidiu participar da entidade só vem aumentando.

Na abertura do evento, no último dia 16, o presidente da entidade, Jorge Duarte, explicou o que é e o que não é a instituição. “Somos um espaço que mostra, a quem está na área, que ninguém está sozinho. Há muita gente em todo o país remando na mesma direção”.

Duarte, porém, fez um alerta: “A ABCPública nasceu com o propósito de fazer comunicação pública para o cidadão e aproximar quem enfrentava desafios semelhantes. A ABCPública não foi criada para defender uma profissão, uma mídia, uma categoria e, sim, a comunicação voltada para o cidadão”.

E quando falamos em cidadão, muitos de nós, comunicadores, cometemos um equívoco: colocamos todas as pessoas na mesma caixinha, como se tal termo identi-



Foto: Mauro da Costa Aguiar Neto/Divulgação

Colunista participando da quarta edição do congresso nacional da ABCPública, em Brasília (DF)

ficasse um ente uno, uniforme. Algo, todos sabemos, muito distante da realidade e dos milhões de indivíduos que compõem os nossos “brasis”. Por isso que é necessário fazer comunicação pública de forma estratégica, planejada e direcionada às mais diversas pessoas.

Ainda sobre o papel da ABCPública, Jorge Duarte lembra que todos nós queremos

trabalhar melhor. “Queremos aprender e encontrar soluções, ajudar nossas instituições a resolver problemas, conhecer o que os outros profissionais fazem diante dos desafios parecidos e voltar com mais repertório à disposição. Queremos ter a satisfação de ter o nosso trabalho compreendido, com espaço para contribuir e, principalmente, útil para as instituições e para o cidadão”.

Os associados da entidade já sabem que a ABCPública é uma rede de aprendizagem e colaboração. E todos que vivem o seu dia a dia percebem que ela aproxima pessoas que enfrentam problemas parecidos e faz experiências e soluções circularem.

Para Jorge Duarte, comunicação precisa ter intenção, método e competência. Ele defende que a comunicação não precisa apenas de mais reconhecimento. Precisa de lugar no método de trabalho da organização.

Já o professor e pesquisador Wilson Bueno (docente da Escola de Comunicação e Artes da USP e homenageado, nesta edição do Compública, com o prêmio Beth Brandão) argumenta que a comunicação pública precisa estar fundada no diálogo, na convivência, no respeito ao contraditório, no pluralismo de ideias e opiniões.

Eu represento a regional Paraíba da ABCPública e convido você, comunicador, a se integrar à nossa associação. Como membro da entidade, defendo a comunicação pública como política de estado. E considero ser muito simbólico que os 10 anos da ABCPública tenham sido comemorados na Câmara dos Deputados, por ocasião do bicentenário da instituição.

Durante três dias, estivemos na Casa do Povo debatendo que a comunicação pública precisa ter como foco os interesses do povo. Nada menos. Não por acaso, o tema do Compública em 2026 foi “Uma agenda para a cidadania”. Viva a comunicação pública e seus atores!

Luiz Pinto

Nordestino com todas as virtudes e os defeitos

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

De porteiro a redator, de campesino a servidor federal, da Paraíba ao Rio de Janeiro, Luiz Pinto foi um homem de transição. Entre as disputas políticas de seu tempo, a atuação na imprensa e o exercício profissional na administração pública, circulou por diferentes espaços institucionais, articulando vivências que podem ser vistas, ainda hoje, em sua produção intelectual.

Luiz da Silva Pinto nasceu em 10 de abril de 1904, na cidade de Mamanguape, no Litoral Norte paraibano, filho de José Heráclito de Menezes Pinto e Mariana da Silva Pinto. Como seus pais eram naturais de Bananeiras, no Brejo da Paraíba, para lá retornaram a fim de trabalhar num sítio quando o menino tinha ainda seis meses de idade. Luiz só ingressaria na escola na adolescência, e com a ajuda do padrinho, Severino Lucena, seguiu com 19 anos para a capital, a fim de assumir uma colocação no Tesouro do Estado.

Não demorou muito para ser encaminhado para A União, a princípio como porteiro. Como a vaga já estivesse ocupada, foi mandado para servir como aprendiz de revisão com Mardoqueu Nacre, e depois para a distribuição. Quando o então presidente João Suassuna ficou sabendo do parentesco do jovem com seu amigo, o padre Pinto, nomeou-o para o cargo de escriturário do Tesouro do Estado.

Estabelecido no serviço público, iniciou estudos na Academia de Comércio Epitácio Pessoa, ampliando sua colaboração também com a imprensa. Na Paraíba, atuou inicialmente em O Combate, e, no Recife (PE), escreveu para os periódicos Diário da Manhã e Diário da Tarde. O trabalho administrativo aliava-se aos es-

tudos e à produção no campo das letras. Para além da imprensa, escreveu e publicou, por aquela época, suas primeiras obras: *Coelho Lisboa* (1935) e *Síntese Histórica da Paraíba* (1939).

Nelson Firmó, que conheceu Luiz Pinto pessoalmente quando de sua visita à Paraíba, destacou em artigo para o *Diário da Manhã*, de março de 1939, a “envolvente personalidade de jovem estudioso de nossa história, espírito inquieto, pesquisador bem lúcido, voltado sempre, com emoção e entusiasmo, para as coisas da inteligência”. Discorria sobre o livro histórico recém-lançado pelo paraibano, que considerava ser de grande aprendizado, sugerindo uma obra semelhante para Pernambuco. “A porcentagem dos que nada sabem de nossa terra, é realmente alarmante. Uma síntese, a exemplo do que já se faz na Parahyba, proporcionaria às crianças e aos rapazes de nossas escolas um melhor e mais rápido conhecimento do grande passado que possuímos”, escreveu Firmó.

Luiz Pinto participou ativamente dos processos políticos de sua época, tanto na campanha vitoriosa de João Pessoa como nas intensas disputas que se seguiram após seu assassinato. Com a ascensão de Argemiro de Figueiredo à presidência do estado, Luiz Pinto passou a atuar a seu lado, primeiro à frente do *Jornal da Parahyba*, onde juntamente com Tancredo de Carvalho buscava dar apoio à candidatura de José Américo à Presidência, depois à frente da Biblioteca e Arquivo Público do Estado, para a qual foi nomeado. O *Diário da Manhã* (PE), destacou sua atuação na imprensa e nos estudos de história, descrevendo-o como “um autêntico embaixador das qualidades envolventes dos paraibanos”.

No jornal A União, Luiz Pinto escrevia sobre educação, história e geografia

da Paraíba, tendo seu trabalho reconhecido por órgãos nacionais de imprensa, como a *Revista Dom Casmurro*, editada na capital federal. À frente da Biblioteca do Estado, desejava ampliar a difusão do conhecimento acumulado nos livros, sugerindo a criação de bibliotecas nos municípios paraibanos.

O convívio com o círculo de intelectuais paraibanos da época o tornou um dos personagens da fundação da Academia Paraibana de Letras (APL), em 1941, pois foi justamente em seu gabinete que Coriolano de Medeiros reuniu o primeiro grupo de escritores. Celso Mariz registrou o momento ocorrido naquele ano: “Foi na Biblioteca Pública. Luiz Pinto era o diretor da casa e estava à mão. Coriolano havia convidado pessoalmente alguns e telefonado a outros que foram chegando. Nós fomos avistados na esquina do Cabo Branco, ouvimos um ‘psiu’ e atendemos. Quando somávamos 10, Coriolano sentou-se ao centro da mesa grande e declarou que passamos a constituir a Academia Paraibana de Letras, nada havendo a discutir. Nomeou comissão para redigir os estatutos e tudo seguiu com pressa e em ordem até o fim”.

Com o afastamento de Argemiro de Figueiredo da interventoria estadual, Luiz Pinto começou a sofrer perseguições, tanto na imprensa quanto fisicamente, chegando até mesmo a ser preso.

A biografia escrita por seu amigo Nelson Cabral, relata que foi agredido com palavras de baixo calão e até preso, quando então resolveu deixar a Paraíba com toda a família.

Após uma breve temporada em Aracaju (SE), onde deixou a esposa e os filhos, seguiu sozinho para o Rio de Janeiro (RJ). Na capital federal, valeu-se de suas habilidades na escrita para conseguir um lugar na revista *O Momento*, de Asdrúbal Cardoso, enquanto trabalhava no ramo empresarial, até que foi incorporado ao Serviço de Recenseamento, quando pôde levar também a família. Embora fosse funcionário de um departamento subordinado à presidência da República, Luiz atuou politicamente na oposição.

Em 1954, ele foi nomeado diretor do Serviço de Documentação do Departamento de Administração do Serviço Público, depois foi transferido para a Fazenda Nacional. Em 1961, diplomou-se em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e chegou a advogar por três anos, até ser impedido em razão do cargo que ocupava.

Filiado à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), estendeu sua colaboração a periódicos como *A Notícia*, dirigida por Cândido Campos, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca* e revistas como *Vamos Ler*, *Revista da Semana* e *A Carioca*. No campo da imprensa administrativa, dirigiu a *Revista de Finanças Públicas*.

Alicerce

Convívio com o círculo de intelectuais da época tornou Luiz Pinto um dos personagens da fundação da Academia Paraibana de Letras (APL), na qual ele ocupou a cadeira nº 12

Tocando em Frente

The Beatles — Forever (V): mudanças na banda

A partir da fixação do Quarryman como um grupo, pelo menos dois bateristas fizeram parte da banda: Pete Shotton, com sua improvisada bateria e, depois, Peter (Pete) Best, sob a influência de sua mãe, Mona Best, que, por ser proprietária do Casbah Coffe Club, abriu as portas para um novo caminho dos garotos.

Embora estivessem geograficamente distantes, Liverpool (Inglaterra) e Hamburgo (Alemanha) mantinham uma relação de proximidade sob o ponto de vista cultural e econômico, nesse caso devido à cidade alemã manter um influente mercado portuário com a cidade inglesa. Os vínculos permaneceram, fazendo-as conservarem laços musicalmente históricos, sobretudo pelo que foi deixado desde as primeiras apresentações ditas oficiais dos Beatles.

Foi assim que, ainda com o nome de The Silver, os meninos de Liverpool iniciaram sua caminhada na trilha do sucesso que alcançariam. Eles começaram a tocar em um pequeno *club/bar* chamado de “Indra”. A título de curiosidade: por essa época, eles conseguiram espaço para pemoitar/dormirem em uma cabana de um cinema fronteiriço onde, em horas vazias, aproveitavam o espaço do palco para “treinarem” no que seria o *mise-en-scène* de futuras e profissionais apresentações. Ali, ensaiaram os primeiros passos do que viria a ser uma espécie de marca registrada da banda.

Por essa época, a tônica do repertório girava em torno de *hits*, como “What’d I said”, de Ray Charles, que sempre fazia parte da sua *playlist*.



Professor Francelino Soares
francelino-soares@bol.com.br



Foto: Jürgen Vollmer/Reprodução

Baterista “Stu” Sutcliffe (D) com a sua namorada, a fotógrafa Astrid Kirchner (E)

Lá no Indra, o clima começou a pesar quando os habitantes circunvizinhos passaram a reclamar do barulho causado quando das apresentações dos ainda The Silver Beatles, o que ocasionou o fechamento do local. Houve então a mudança das primeiras apresentações para um clube, o Kaiser Keller, sob o patrocínio do primeiro empresário

oficial do grupo, Bruno Koschmider. Ali já se apresentava outra banda, Rory Storm & The Hurricanes.

Em outubro de 1960, o baixista dos Hurricanes, Lou Wakers gravou um disco amador com Lennon, McCartney e George, tendo aquele trazido consigo o então tecladista de sua banda, Richard Starkey, já alcunhado

de Ringo. Fato histórico: a gravação perdeu-se no tempo e no espaço, porém teria sido a primeira investida fonográfica em que os quatro Beatles tocaram juntos.

O trabalho dos quatro fabulosos começou a ganhar campo, ainda sob a tutela de Koschmider, o grupo tocando, algumas vezes, durante 12 horas por noite. Começa, ali e então, a aproximação dos componentes da banda com as drogas, sob o pretexto de aguentarem o tranco de apresentações tão cansativas, portanto — como eles mesmos deixavam transparecer — mais para se manterem acordados e “espertos” do que por mera recreação. Aliás, era esse o pretexto que outras bandas usavam para fazer uso de entorpecentes.

Foi então que, dentre os frequentadores das apresentações, surgiram Klaus Voorman e a namorada dele, a exímia fotógrafa profissional Astrid Kirchherr. Problema maior: ela se apaixonou por Stuart “Stu” Sutcliffe, então baterista da banda, que, induzido pela namorada, sob o pretexto de que os músicos estariam enveredando pelo mundo das drogas, da luxúria e da permissividade sexual, ela o convence a abandonar o grupo. Ela, no entanto, continuou como fotógrafa e fã da trilha musical do grupo, vindo a se tornar a fotógrafa oficial dos Beatles. A esse respeito, também foi ela quem trouxe para a banda o corte de cabelo que já era usado pelo namorado Stu, bem como sugestões para as primeiras vestimentas criativas dos Beatles.

Com a saída de Stu, abriu-se a vaga para o novo baterista, Richard Starkey, o Ringo Starr (Liverpool, 1940), o que será o objeto da próxima coluna.

TECNOLOGIA

Mark Zuckerberg rejeita pausar os avanços da IA

Para ele, confiança e alinhamento são vitais para diferenciar agentes e modelos

Sergio Caldas
Agência Estado

O CEO da Meta, Mark Zuckerberg, criticou ape- los recentes para suspen- der ou desacelerar o desen- volvimento da inteligência artificial (IA), dizendo que cada laboratório tem a res- ponsabilidade e o incenti- vo de avançar no ritmo ne- cessário para treinar seus modelos com segurança. A declaração foi feita em uma publicação no X, nes- ta semana, após alertas de executivos de tecnologia sobre os riscos do avanço acelerado da IA e a neces- sidade de reforçar mecanis- mos de segurança.

Segundo Zuckerberg, a dinâmica de mercado cria um incentivo para que as empresas tornem seus sis- temas mais confiáveis e ali- nhados às preferências dos usuários. “As pessoas não vão querer usar agentes que estejam desalinhados com elas e que não façam o que elas pedem, então os la- boratórios têm um forte in- centivo natural para tornar seus modelos mais alinha- dos”, escreveu.

Ele observou que há debate sobre desacelerar o progresso das capacida- des até que o alinhamento acompanhe, mas afirmou que confiança e alinhamen- to rapidamente se tornam os fatores mais importan- tes para diferenciar agen- tes e modelos. “Qualquer laboratório que não foque em alinhamento ficará para trás”, disse.

Zuckerberg também afirmou que os laboratórios enfrentam responsabili- de significativa caso seus



Segundo o CEO da Meta, “qualquer laboratório que não foque em alinhamento ficará para trás”

modelos causem danos, o que, segundo ele, reforça o incentivo para prevenir problemas. Como exem- plo, citou a decisão da Meta de adiar por vários meses o lançamento do sistema Muse para priorizar segu- rança e proteção.

O executivo disse ainda que recorrer a avaliadores e consultores independentes é uma boa prática do setor e que a Meta Superintelligen- ce Labs (MSL) já faz isso em várias áreas. Ele defendeu, de forma mais ampla, um ecossistema de avaliadores “maior e mais diverso”.

Por fim, Zuckerberg afir- mou que direcionar a gran- de maioria do poder com- putacional para servir as

pessoas, em vez de “correr” para o autoaprimoramen- to recursivo, é uma das me- lhores formas de garantir um desenvolvimento segu-

ro da tecnologia, acrescen- tando que a Meta assumiu esse compromisso e que ou- tros laboratórios podem fa- zer o mesmo.

Charada

Resposta da semana anterior: tonalidade (1) = cor + sepulcro (2) = cova. **Solução:** parte su- perior do dromedário (3) = corcova.

Charada de hoje: Eu giro (2), escutando o canto do pinto (1), enquanto circulo (3) para os lados.

Francelino Soares:
francelino-soares@bol.com.br



Ilustração: Bruno Chioffi



Foto: Dida Sampaio/Estação Conteúdo

Eita!!!!

Curiosidades sobre a cultura popular

Para a escritora, jornalista e roteirista Goimar Dantas, conhecer as manifestações populares amplia a compreensão sobre a própria formação cultural do país. Doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, com ênfase em Literatura Infantil e Juvenil, ela é autora de *Quem tem medo de papangu?* (Cortez Editora), livro que resgata a trajetória de personagens mascarados que se tornaram símbolos do Carnaval de Bezerros, no Agreste pernambucano. A seguir, Goimar Dantas separou algumas curiosidades sobre a cultura popular brasileira.

Não é apenas lenda

Quando se fala em folclore, é comum pensar primeiro em personagens como Saci, Mula sem Cabeça e Boto. Mas o conceito é bem mais abrangente. Danças, festas, brincadeiras, provérbios, receitas, crenças e costumes também integram as expressões populares.

Tradições mudam de um lugar para outro

Uma comida ou uma história pode assumir características diferentes dependendo da região em que é praticada ou contada. Essa variedade ajuda a explicar por que o repertório popular brasileiro é tão amplo e reúne conhecimento ancestral com características próprias em diferentes territórios.

Histórias podem ganhar novos significados

A oralidade tem um papel importante na formação da sabedoria popular. Ao passar de uma pessoa para outra, uma narrativa pode incorporar detalhes, personagens e interpretações diferentes. Por isso, não é estranho encontrar versões distintas de uma mesma lenda.

Faz parte da infância

Parlendas, trava-línguas, cantigas de roda, brincadeiras e histórias contadas por familiares estão entre as primeiras experiências de muitas crianças com a cultura popular. São práticas simples, presentes no cotidiano, que carregam palavras, ritmos e referências compartilhadas entre gerações.

Algumas expressões se transformam para continuar existindo

O folclore não precisa permanecer exatamente igual para ser preservado. O caso dos papangus de Bezerros é um exemplo: inicialmente associados a figuras intimidadoras usadas para manter a ordem em procissões religiosas, eles ganharam novos significados e se transformaram em símbolos do Carnaval pernambucano. Segundo Goimar, essa capacidade de transformação é uma das características que mantêm a cultura popular viva. “O folclore está presente em muitos aspectos da nossa vida cotidiana. Ele preserva conhecimentos, crenças e modos de viver que ajudam a construir a memória de diferentes comunidades brasileiras”.

9 diferenças

Antonio Sá (Tônio)

Tiras

O Conde

Antonio Sá (Tônio): ocondesa@hotmail.com



Jafoi & Jaera

Jorge Rezende (argumento) e Tônio (arte)



Solução

1 — piolas; 2 — cartas; 3 — rachão; 4 — papel na parede; 5 — cauda do rato; 6 — bñico; 7 — grade; 8 — boca do preso; 9 — palavrita „toro“.